



CRISTIANE THAISE BONFIM PICINATO

**A CULTURA E A HISTÓRIA PRESENTES NO PROCESSO DE
(RE)NOMEAÇÃO DAS CIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA DE
EDUCAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, UM ESTUDO
SEMÂNTICO ENUNCIATIVO**

**TRÊS CORAÇÕES – MG
2021**

CRISTIANE THAISE BONFIM PICINATO

**A CULTURA E A HISTÓRIA PRESENTES NO PROCESSO DE
(RE)NOMEAÇÃO DAS CIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA DE
EDUCAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, UM ESTUDO
SEMÂNTICO ENUNCIATIVO**

Dissertação (Mestrado acadêmico) ou Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado profissional) ou Tese (doutorado) apresentada(o) à Universidade Vale do Rio Verde (UninCor) como parte das exigências do programa de Mestrado/Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Ensino

Orientadora: Dra. Jocyare Cristiana Pereira de Souza

TRÊS CORAÇÕES
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Universidade Vale do Rio Verde - UNINCOR

Picinato, Cristiane Thaise Bonfim

P593c A cultura e a história presentes no processo de (re)nomeação das cidades da superintendência de educação de São Sebastião do Paraíso, um estudo semântico enunciativo / Cristiane Thaise Bonfim Picinato. Três Corações, 2021.
111 f. : il. color.

Orientador: Dra. Jocyare Cristiana Pereira de Souza.

Dissertação (mestrado) – Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR. Mestrado em Gestão, Planejamento e Ensino.

1. Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). 2. Brasil. Base Nacional Comum Curricular (2017). 3. Minas Gerais. Currículo de referência (2018). 4. São Sebastião do Paraíso (MG). 5. Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira. 6. Etnologia dos nomes. I. Souza, Jocyare Cristiana Pereira de. II. Universidade Vale do Rio Verde – Unincor. III. Título.

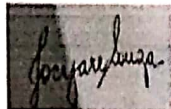
CDU:801:981.51

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado APRESENTADO POR CRISTIANE THAISE BONFIM PICINATO, COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE NO PROGRAMA DE Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino.

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, reuniu-se, remotamente, a Comissão Julgadora, constituída pelos professores doutores: Profa. Dra. Jocysre Cristina Pereira de Souza (UninCor), Prof. Dr. Dirceu Antônio Cordeiro Júnior (UninCor) e Prof. Dr. Nelson Lambert de Andrade (UNIVAS), para examinar a candidata Cristiane Thaise Bonfim Picinato na defesa de sua dissertação intitulada: "A CULTURA E A HISTÓRIA PRESENTES NO PROCESSO DE (RE)NOMEAÇÃO DAS CIDADES DA SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, UM ESTUDO SEMÂNTICO EMUNICIATIVO ". A Presidenta da Comissão, Profa. Dra. Jocysre Cristina Pereira de Souza, iniciou os trabalhos às 12h, solicitando à candidata que apresentasse, resumidamente, os principais pontos do seu trabalho. Concluída a exposição, os examinadores arguíram alternadamente a candidata sobre diversos aspectos da pesquisa e da dissertação. Após a arguição, que terminou às 16:26h, a Comissão reuniu-se para avaliar o desempenho da candidata, tendo chegado ao seguinte resultado: Profa. Dra. Jocysre Cristina Pereira de Souza (aprovada), Prof. Dr. Dirceu Antônio Cordeiro Júnior (aprovada) e Prof. Dr. Nelson Lambert de Andrade (aprovada). Em vista deste resultado, a candidata Cristiane Thaise Bonfim Picinato foi considerada aprovada, fazendo jus ao título de Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino.

Três Corações, 31 de agosto de 2021.

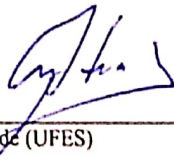
Novo título (sugerido pela banca):



Profa. Dra. Jocysre Cristina Pereira de Souza (UninCor)



Prof. Dr. Dirceu Antônio Cordeiro Júnior (UninCor)



Prof. Dr. Nelson Lambert de Andrade (UFES)

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

Paulo Freire

DEDICATÓRIA

A **Deus**, autor da minha vida e meu sustento diário.

Aos meus pais, **Rita e Carlos**, por sempre acreditarem em mim e por terem abdicado de suas vidas em prol das realizações e da felicidade de seus filhos.

Ao meu irmão **Júnior**, por sua preocupação, carinho e incentivo a todo o tempo.

Ao meu esposo **Márcio** e ao meu filho **Emanuel**, por todo amor, companheirismo, incentivo, apoio e compreensão.

Nada disso teria sentido se vocês não existissem na minha vida e me apoiassem tanto quanto apoiam!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nesta existência. Obrigada por me permitir errar, aprender e crescer, por Sua eterna compreensão e tolerância, por Seu infinito amor, pela Sua voz “invisível” que não me permitiu desistir e principalmente por ter me dado uma família tão especial, enfim, obrigado por tudo. À professora Jocyare, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes. Obrigada por acreditar em mim e pelos incentivos. Tenho certeza que não chegaria neste ponto sem o seu apoio. Aos membros da banca examinadora, Professor Dr. Dirceu Antônio Cordeiro Júnior e Prof. Dr. Néelson Lambert, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação. À minha família, por apoiarem e compreenderem o meu isolamento em função das pesquisas e estudos. À minha mãe e ao meu pai deixo um agradecimento especial, por todas as lições de amor, companheirismo, amizade, caridade, dedicação, abnegação, compreensão e perdão que vocês me dão a cada novo dia. Sinto-me orgulhosa e privilegiada por ter pais tão especiais. E ao meu irmão querido, sempre pronto a me apoiar em tudo nesta vida. Ao meu amado esposo Márcio, por todo amor, carinho, compreensão e apoio em tantos momentos difíceis desta caminhada. Obrigada por permanecer ao meu lado, mesmo sem os carinhos rotineiros, sem a atenção devida e depois de tantos momentos de lazer perdidos. Obrigada pelo presente de cada dia, pelo seu sorriso e por saber me fazer feliz. Ao meu príncipe Emanuel, por todo amor incondicional que você sempre me deu. A sua existência é o reflexo mais perfeito da existência de Deus. Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

LISTA DE TABELAS

1 - Quantidades de Escolas por Municípios abrangidos pela Superintendência Regional de Ensino de São Sebastião do Paraíso.....	46
2 - Nomes dos materiais utilizados no 4º ano do Ensino Fundamental I.....	47
3 – Reescrituras das linhas a partir do texto retirado do site da Prefeitura Municipal de Guaxupé.....	69

LISTA DE FIGURAS

Palácio das Águias em Guaxupé/MG	76
A Casa dos Elefantes em Guaxupé/MG	77
Cia Mogiana de Estradas de Ferro em Guaxupé/MG	78
Decreto de abolição da escravatura	80
Foto da Aplicabilidade da pesquisa na SEMANA DA CULTURA E DIVERSIDADE - Minicurso, no Instituto Federal, Campus Muzambinho.....	85
Foto da Aplicabilidade da pesquisa na SEMANA DA CULTURA E DIVERSIDADE – Minicurso no Instituto Federal, Campus Muzambinho	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e normas ISO
ABP - Aprendizagem Baseada em Projetos
CGPLI - Coordenação-Geral dos Programas do Livro
Cia – Companhia
DSD – Domínio Semântico de Determinação
DSDs - Domínios Semânticos de Determinação
ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação
Funai - Fundação Nacional do Índio
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INL - Instituto Nacional do Livro
MD – Material didático
Mds – Materiais didáticos
MEC - Ministério da Educação
MG – Minas Gerais
PNBE - Programa Nacional Biblioteca na Escola
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
PNLD – Plano Nacional do Livro Didático
RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
S.P – Sem Página
SEB - Secretaria de Educação Básica
SIMAD - Sistema de Distribuição de Livros
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
SSSP - Superintendência de Educação de São Sebastião do Paraíso
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT - Universidade Federal de Mato
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos
UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
USAID - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

LISTA DE GRÁFICOS

1: DSD 1.....	70
2: DSD 2.....	72
3: DSD 3.....	73
4: DSD 4.....	75
5: DSD 5.....	79
6: DSD 6.....	80
7: DSD 7.....	82

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo um estudo analítico e reflexivo acerca das legislações vigentes em âmbito nacional e estadual considerando os aspectos de construção de uma identidade cultural de fato que possibilite a todos os alunos da Educação Básica manifestar seus ideais e reconhecerem-se como um sujeito cultural, atuante na história a qual está inserido além de, focalizar a importância da incorporação da cultura local no processo de ensino-aprendizagem dentro das escolas. A pesquisa é uma análise das legislações brasileiras e mineiras vigentes no cenário Educacional, a partir da Constituição Federal de 1988, percorrendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº. 9394/96), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG, 2018) a fim de verificar como estes contemplam e instituem em práxis pedagógica, o estudo do processo de origem e cultura que denominaram os nomes das cidades brasileiras, em especial das cidades mineiras que compõem a Superintendência de Educação de São Sebastião do Paraíso seguido de um estudo Semântico-Enunciativo, tendo como objetivo principal o fortalecimento de uma identidade cultural de fato, bem como a possibilidade de oferecer aos alunos da educação básica o direito de manifestar seus ideais e reconhecerem-se como um sujeito cultural, atuante na história a qual estão inseridos, focalizando a importância da incorporação da cultura local no processo de ensino-aprendizagem dentro das escolas. A pesquisa de caráter qualitativo e exploratório foi elaborada com base no Estudo Semântico-Enunciativo, teoria do pesquisador linguista Eduardo Guimarães sobre o processo de origem e cultura que denominaram os nomes das cidades brasileiras, em especial das cidades mineiras. A cultura e a educação são elementos socializadores e possuem uma relação próxima e incontestável. A incorporação da cultura local no processo de ensino-aprendizagem nutre o processo educacional e tem um papel de suma importância na formação de um indivíduo crítico e socializado. Com o resultado conclui-se que transmitir a cultura local, através das práticas educacionais, torna-se imprescindível por agregar valor a vida social dos educandos e resguardar os objetivos da ação educativa, do desenvolvimento da capacidade crítica e responsabilidade social e dos valores essenciais para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Cultura Local. Ensino. Educação Básica. Práticas Educativas.

ABSTRACT

The present work has as objective an analytical and reflective study about the laws in force at national and state level considering the aspects of building a cultural identity that allows all students of Basic Education to manifest their ideals and recognize themselves as a subject cultural, active in history which is inserted in addition to, focus on the importance of incorporating local culture in the teaching-learning process within schools. The research is an analysis of the Brazilian and mining laws in force in the Educational scenario, starting from the Federal Constitution of 1988, covering the Law of Directives and Bases of National Education (LDB, n°. 9394/96), the National Common Curricular Base (BNCC , 2017) and the Minas Gerais Reference Curriculum (CRMG, 2018) in order to verify how they contemplate and institute in pedagogical praxis, the study of the process of origin and culture that named the names of Brazilian cities, especially of Minas Gerais cities that make up the Superintendence of Education of São Sebastião do Paraíso followed by a Semantic-Enunciative study, with the main objective of strengthening a de facto cultural identity, as well as the possibility of offering basic education students the right to express their ideals and recognize as a cultural subject, active in the history to which they are inserted, focusing on the importance of incorporating local culture in the teaching-learning process within schools. The research of qualitative and exploratory character was elaborated based on the Semantic-Enunciative Study, theory of the linguistic researcher Eduardo Guimarães about the process of origin and culture that named the names of the Brazilian cities, especially the cities of Minas Gerais. Culture and education are socializing elements and have a close and undeniable relationship. The incorporation of local culture in the teaching-learning process nourishes the educational process and plays an extremely important role in the formation of a critical and socialized individual. With the result, it is concluded that transmitting the local culture, through educational practices, becomes essential for adding value to the social life of students and safeguarding the objectives of educational action, the development of critical capacity and social responsibility and the essential values for the exercise of citizenship.

Keywords: Local Culture. Teaching. Basic education. Educational Practices.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 ATLAS DOS NOMES QUE CONTAM HISTÓRIA DAS CIDADES BRASILEIRAS..	16
2.1 O ATLAS EM NÍVEL NACIONAL	16
2.2 O ATLAS EM NÍVEL ESTADUAL	18
2.3 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ATLAS DOS NOMES QUE CONTAM HISTÓRIAS DAS CIDADES BRASILEIRAS	19
2.4 PERCURSO DA PESQUISA	22
3 IDENTIDADE CULTURAL: O QUE PREVÊ OS DOCUMENTOS LEGAIS QUE FOMENTAM A EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS?.....	27
3.1 UMA RELAÇÃO PESSOAL COM A LEGISLAÇÃO.....	28
3.2 MARCOS LEGAIS: CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, LDB, RCNEI E PNE	29
3.3 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).....	33
3.4 CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS.....	37
4 ABORDAGEM SOBRE OS MATERIAIS DIDÁTICOS UTILIZADOS NAS ESCOLAS QUE FAZEM PARTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO.....	43
4.1 ABORDAGEM X NÃO ABORDAGEM / IDEAL X REAL.....	44
4.2 LEVANTAMENTO DOS MDs (MATERIAIS DIDÁTICOS) UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E PARTICULARES DE TODAS AS CIDADES ABRANGIDAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO ...	45
4.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS MDs E ANÁLISES.....	47
4.3.1 ENSINO FUNDAMENTAL I – 4º ANO – ANÁLISE DOS MD’S MAIS UTILIZADOS NAS ESCOLAS ABRANGIDAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO.....	48
4.3.2 ARTE – NOVO PITANGUÁ (EDITORA MODERNA).....	48
4.3.3 CIÊNCIAS - BURITI MAIS (EDITORA MODERNA).....	49
4.3.4 EDUCAÇÃO FÍSICA – PRÁTICAS CORPORAIS (EDITORA MODERNA).....	50
4.3.5 GEOGRAFIA – BURITI MAIS (EDITORA MODERNA).....	51
4.3.6 HISTÓRIA - BURITI MAIS (EDITORA MODERNA).....	52
4.3.7 MATEMÁTICA - BURITI MAIS (EDITORA MODERNA).....	53
4.3.8 PORTUGUÊS - BURITI MAIS (EDITORA MODERNA).....	54

4.3.9 PROJETOS INTEGRADORES.....	55
4.4 UMA ANÁLISE GERAL DOS MD'S	56
5 A HISTÓRIA QUE O NOME ENUNCIA.....	58
5.1 MATERIAL E MÉTODO – GUAXUPÉ.....	59
5.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	60
5.2.1 FRIEDRICH NIETZSCHE	60
5.2.2 FOUCAULT, LINGUAGEM E PODER	62
5.2.3 EDUARDO GUIMARÃES E A LINGUAGEM SOB UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA.....	65
5.3 MATERIAL E MÉTODO	68
5.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	70
5.5 RESULTADOS.....	83
6 APLICABILIDADE E O GÊNERO DOCUMENTÁRIO COMO FERRAMENTA EFICAZ NO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL.....	85
6.1 A APLICABILIDADE.....	85
6.2 DOCUMENTÁRIO HISTÓRICO	88
6.3 PROSPECTO DO PRODUTO.....	91
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
8. REFERÊNCIAS.....	95
9 ANEXOS	101

1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1970, Eduardo Guimarães começou a escrever sobre o estudo de significados do ponto de vista da enunciação. Desenvolveu seus estudos, focado no seu interesse pela história, considerada por ele um elemento fundamental no processo enunciativo. “Num acontecimento em que um certo nome funciona, a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas” (GUIMARÃES, 2002, p.27).

Compreendendo a importância de estudar os processos de designação urbanos e interpretando as questões sobre as relações sociais, compreendemos a questão do nome no processo histórico de urbanização.

Conhecer o dispositivo teórico formulado pela Semântica do Acontecimento de Guimarães, fez despertar o interesse por explorar o processo designativo dos nomes de algumas cidades mineiras, mais especificamente, nas cidades contidas no Circuito Sul Mineiro, zoneado pela Superintendência Regional de Educação de São Sebastião do Paraíso.

O intuito desta pesquisa é de agrupar informações, explicitar os conceitos desenvolvidos por Guimarães nessa linha teórica, contribuir para a solidificação desta teoria e reafirmar que, a cultura e a educação são elementos socializadores e possuem uma relação próxima e incontestável.

Para tal realização, permeamos um estudo sobre a temática da importância da incorporação da cultura local no processo de ensino-aprendizagem dentro das escolas, embasado na ideia de identidade cultural municipal como um elemento que nutre o processo educacional e que tem um papel de suma importância na formação de um indivíduo crítico e socializado. Analisamos os documentos e legislações vigentes atuais para identificar como o processo de incorporação desta cultura local é garantido nestes documentos de base. Analisamos os livros didáticos distribuídos gratuitamente pelo Governo Federal para escolas públicas, apostilas de instituições particulares e outros e, finalizamos com uma análise do nome do município Guaxupé abrangido pela Superintendência de Educação de São Sebastião do Paraíso, foco desta pesquisa, a partir da teoria da Enunciação de Eduardo Guimarães.

Tal pesquisa tem como foco de trabalho a Educação Básica, pautada na formação integral do sujeito, nos currículos de trabalho que já contemplam efetivamente os eixos de trabalhos envolvendo as disciplinas de História e Geografia e na interdisciplinaridade com as outras disciplinas, como mais precisas para o foco de estudo deste trabalho.

2 ATLAS DOS NOMES QUE CONTAM A HISTÓRIA DAS CIDADES BRASILEIRAS.

O Atlas dos nomes que contam história das cidades brasileiras – circuito sul de Minas se apresenta diferentemente da estrutura comum dos trabalhos acadêmicos. Os capítulos I, II e III apresentam, conforme detalharemos na seção 2.4, uma estrutura textual que contempla coleta de dados, métodos de análise, resultados e discussões de resultados. Deste modo, este trabalho enquanto resultado da linha de pesquisa Formação de Professores do Mestrado em Gestão Planejamento e Ensino, cujo foco de atuação está na Educação Básica, seguiu uma linha de análise que se inicia nos documentos legais.

O resultado dos documentos que normatizam o ensino fez surgir o capítulo em que analisamos o material didático de relevância da Superintendência de Ensino de São Sebastião do Paraíso e este, conseqüentemente, fez significar o capítulo que evidencia a apresentação do Atlas dos nomes que contam histórias das cidades brasileiras - Circuito Sul Minas.

2.1 O ATLAS EM NÍVEL NACIONAL

O Projeto Atlas, em nível nacional, está alocado na Unicamp-IEL como um dos projetos do Grupo de Pesquisa Semântica do Acontecimento coordenado pelo Prof. Eduardo Guimarães Com relação às repercussões dos trabalhos em nível nacional, explicita-se que:

A partir da posição que considera a construção enunciativa do sentido, o objetivo do grupo é desenvolver pesquisas em Semântica da enunciação, com interesse específico pela caracterização dos espaços de enunciação, pelo funcionamento dos nomes próprios, da designação de palavras-conceito, das relações argumentativas, da relação de predicação e dos modos de funcionamento dos enunciados. Nos próximos anos se dará atenção particular a observação do modo de agenciamento do falante em lugares de enunciação (Locutor, alocutor, enunciador) e nas relações específicas destes lugares. Outro aspecto fundamental é a análise argumentativa de textos, tomando a argumentação como sentido que se constitui como um modo de se sustentar uma relação entre argumento e conclusão, e não como busca da persuasão ou convencimento (PORTAL CNPq, 2020).

Pesquisadores do Projeto Atlas, em nível nacional, passaram a desvelar a história regional e/ou local (tempo e espaço), tomando como ponto de partida o estudo dos nomes

dos municípios, suas histórias e constituições (estudo semântico enunciativo), revelando processos de ocupação, exploração e formação do território nacional, regional e local.

No Estado do Mato Grosso, em 2016 surgiu o Projeto Atlas dos nomes que contam histórias das cidades brasileiras (em nível nacional). O livro apresenta as análises numa ordem de acontecimentos marcados pela historiografia brasileira. Hoje, o Atlas no Mato Grosso, em nível nacional, está na 3ª edição. Os autores embasam as análises não só em fontes escritas, como também trabalham a memória e a identidade a partir da nomeação de sujeitos que, em tempo e lugares díspares, redizem, reescrevem as histórias dos lugares.

Os textos que fazem parte desse livro nos levam à compreensão de que, enquanto objeto histórico, tanto a gramática como o dicionário, ou o ensino e seus programas, assim como as manifestações literárias são uma necessidade que pode e deve ser trabalhada de modo a promover a relação do sujeito com os sentidos, relação que faz história e configura as formas da sociedade. O que nos leva a dizer que, por isso mesmo, eles são um excelente observatório da constituição dos sujeitos, da sociedade e da história (PLATAFORMA UNEMAT, 2021).

Uma parceria entre a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) está permitindo que professores das duas instituições realizem uma pesquisa sobre a origem e o significado dos nomes dos 79 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

O Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras: Um estudo semântico- enunciativo do Mato Grosso é uma obra composta por 14 artigos de autoria de pesquisadores/docentes e discentes da UNEMAT, UNICAMP, UFMT, UFSCar e UFMG que foram desenvolvidos a partir das atividades do Projeto de Pesquisa – Nomes Próprios: Estudos de Significação e Atlas, em nível nacional, dos Nomes que Dizem das Histórias das Cidades Brasileiras.

Nessa perspectiva, verificamos que o Atlas ao designar um nome, evoca uma memória que atravessa o sujeito na enunciação em um processo histórico-enunciativo, cuja significação, é determinada pelas condições sociais. Para Guimarães (1997), “esses nomes formam um recorte que se relacionam com as atividades econômicas, de trabalho e de poder, que se materializaram pela memória em nomes de cidades, ruas, praças, igrejas”.

Guimarães (2018), com seu interesse pela história tida como elemento fundamental no processo enunciativo, descreveu os processos de designação urbanos e interpretou as questões sobre as relações sociais, no processo histórico de urbanização. Seu livro Semântica

do Acontecimento foi o resultado de um percurso de questionamentos, estudos e discussões de questões relacionadas aos modos como os sentidos se constituem e de observações sobre a enunciação como prática política, com atenção especial sobre a argumentação e os processos de designação.

Por meio do estudo desta teoria que embasa a pesquisa, percebemos que ao explorar os significados distintos constantes nos nomes sobre o conceito de lugar, podemos entender sua história através da experiência humana e seus significados, verificando assim, que o lugar possui uma personalidade, um sentimento espacial e ideias de um grupo ou povo sobre o espaço.

2.2 O ATLAS EM NÍVEL ESTADUAL

Ao vir para o Estado de Minas Gerais, o Projeto Atlas, em nível estadual, se desloca de um lugar estritamente linguístico, com área de concentração em Linguagem e suas Tecnologias, para o Mestrado Profissional em Gestão e Planejamento e Ensino, cuja área de concentração é o Ensino com foco na Educação Básica. Institui-se, portanto, um deslocamento que evidencia o diálogo entre a Linguística e Ensino: locado na linha de pesquisa Formação de Professores e como parte do Projeto de Pesquisa Formação de Professores: diagnósticos e perspectivas, o Atlas dos Nomes que contam histórias das cidades brasileiras – Circuito Sul de Minas, coordenado pela professora Dra. Jocyare Cristina Pereira de Souza, objetiva desenvolver, à luz da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), Metodologia do Ensino da Leitura da Cultura e História Local, tornando-se ferramenta eficaz no ensino da leitura.

Guimarães (2002, 2018) tem significativa contribuição para as áreas de estudo que se destinam à preocupação e ao olhar sobre os modos como se constitui a relação linguagem-mundo, observando como materialidade de análise o processo de designação e os sentidos que são instaurados por essa designação, o que reforça a compreensão da importância de estudar os processos de designação urbanos, interpretar as questões sobre as relações sociais e compreender a questão do nome no processo histórico de urbanização.

O estudo proposto pelo Atlas dos Nomes que contam histórias das cidades brasileiras, em nível estadual, ao estabelecer o diálogo entre Linguagem e Ensino, legitima a importância da incorporação da cultura local no processo de ensino-aprendizagem dentro das escolas, embasado na ideia de identidade cultural municipal como um elemento que nutre o processo

educacional e que tem um papel de suma importância na formação de um indivíduo crítico e socializado.

2.3 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DO ATLAS DOS NOMES QUE CONTAM HISTÓRIA DAS CIDADES BRASILEIRAS: UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (VOL 1. CIRCUITO SUL DE MINAS) SOB À LUZ DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Em meados da década de 1970, Eduardo Guimarães, focado no seu interesse pela história tida como elemento fundamental no processo enunciativo, começou a escrever sobre o estudo de significados do ponto de vista da enunciação. Compreendendo a importância de estudar os processos de designação urbanos e interpretando as questões sobre as relações sociais, compreendemos a questão do nome no processo histórico de urbanização.

Eduardo Guimarães nos propõe em seu livro “Análise de texto – procedimentos, análises, ensino” um estudo e análise textual a partir da perspectiva de funcionamento e articulações argumentativas em relação ao texto e nos apresenta a “Semântica do Acontecimento” como uma questão textual que contém significado e que produza sentido numa relação de leitura. Esse tipo de análise textual diferenciado ao partir do texto ou, neste caso, da história de nomeação das cidades, a partir da valorização do texto enquanto unidade de significação, considera o sentido produzido na enunciação como um acontecimento de linguagem, sendo o acontecimento de nomeação das cidades, considerado em virtude de estar num certo momento do tempo, antes de outro acontecimento também no tempo.

De acordo com os escritos de Guimarães, o estudo semântico enunciativo é estabelecido ao “desenvolver procedimentos próprios para a interpretação e compreensão do texto” (GUIMARÃES, p.13, 2017), com objetivo principal de dizer que sentido eles têm, ou melhor, que sentidos eles produzem, numa relação de leitura. Para tanto, desenvolve um procedimento específico de análise de texto, tomando o funcionamento enunciativo e os desenvolvimentos da semântica da enunciação.

O processo de nomeação consiste em dar um nome, identificar, dar existência a algo/alguém no mundo e, por isso, é anterior à designação. A designação, por sua vez, é a significação de um nome em relação a outros, à história, ao acontecimento, na enunciação. Segundo Guimarães (2017, p. 81), “é uma relação linguística de sentido enquanto exposta ao real. Deste modo, a relação linguística é uma relação tomada na história.” Por fim, a

referência é “um procedimento linguístico pelo qual se particulariza algo na e pela enunciação” (GUIMARÃES, 2003, p. 20), ou seja, é um elemento de localização, de sinalização no texto, a indicação do que ele refere.

O acontecimento, por sua parte, é definido como “o que faz diferença na sua própria ordem” (GUIMARÃES, 2011, p. 15) e que é constituído pela temporalidade. O autor afirma que,

Assim, um acontecimento não é considerado em virtude de estar num certo momento no tempo, antes de um outro acontecimento também no tempo. O que especifica um acontecimento é a temporalidade que ele constitui: um passado, um presente e um futuro. Ou seja, um acontecimento é diferente de outro porque recorta um passado de sentidos que convive com o presente da formulação do Locutor e assim traz uma projeção de futuro de sentidos que não significariam não fosse o acontecimento em questão (GUIMARÃES, 2011, p.15).

Guimarães (2007) propõe o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD) que visa explicar o funcionamento da significação em um texto. Essa análise de texto permite constatar as datas as quais se referenciam os marcos históricos que determinam a história de nomeação e emancipação das cidades. Levando em consideração estas datas, os DSDs acontecem neste texto, e é possível estudar e compreender o processo de designação, nomeação, formação histórica, apagamentos e silenciamentos que determinam a nomeação da cidade. Também é possível verificar a colonização e a imigração ocorrida na região, o domínio religioso, o processo de diversificação da agricultura, da urbanização e de industrialização, as influências ocorridas na arquitetura das cidades e, em suma, a paisagem físico-social brasileira. Ou seja, por meio da análise e interpretação dos levantamentos por datas, faremos as análises e recortes de dados e materiais que nos remetam à transversalidade, articulação, reescrituração do memorável, aos encontros de cenas enunciativas (locutor, alocutor) e todas estas análises e recortes culminarão na construção dos DSDs.

Deste modo, Guimarães (2009) nos argumenta que os procedimentos de agenciamento enunciativo são de dois tipos: de articulação e de reescrituração. Primeiramente, explicando o primeiro mecanismo, o autor pontua sobre o que é a articulação.

[...] o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade. Ou seja, a organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala (GUIMARÃES, 2009, p.50).

Para realizarmos nossa análise semântica conforme os parâmetros levantados trabalharemos de acordo com o procedimento geral de análise:

- 1) Toma-se um recorte qualquer e produz-se uma descrição de seu funcionamento;
- 2) Interpreta-se seu sentido na relação com o texto em que está integrado;
- 3) Chega-se a, ou toma-se, outro recorte e faz-se dele uma descrição;
- 4) Interpreta-se seu sentido na relação com o texto em que está integrado, tendo em vista a interpretação feita do primeiro recorte.
- 5) Busca-se um novo recorte, etc. até que a compreensão produzida pelas análises se mostre suficiente para o objetivo específico da análise. (GUIMARÃES, 2011, p. 45).

Através dos recortes realizados na construção dos DSDs é possível tratar do estudo da significação, bem como de sua constituição ao considerar a relação designativa produzida pelo acontecimento de nomeação, além de permitir uma análise de modo analítico interpretativo, que nos levou à compreensão semântica.

O estudo proposto por Guimarães (2005) tem também uma preocupação em deixar claro que o sujeito que enuncia não se enuncia como ser físico, senhor daquilo que diz, ao contrário, é a linguagem que o toma em um determinado lugar de enunciação. Para Guimarães (2005), “o sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

Ao discutir a respeito de acontecimento e da temporalidade, Guimarães (2005) abre espaço para que possamos pensar a relação do real da linguagem com a memória. Para o autor, “todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro” e ao mesmo tempo “esta latência de futuro significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável” (GUIMARÃES, 2005, p. 12). Esse retorno a um memorável se faz a cada novo acontecimento, não apenas por uma lembrança ou recordação pessoal de fatos, mas sempre por uma nova temporalização, um novo acontecimento de linguagem.

É importante perceber que o funcionamento deste texto se dá como um acontecimento, porque, no dizer de Guimarães (2011), “recorta um passado de sentidos que convive com o presente do Locutor” (p.15), de maneira que a enunciação projeta, por sua vez, um futuro de sentidos. A retomada de sentidos em um memorável que faz os enunciados significar se dá em função do próprio acontecimento da enunciação, que constitui uma temporalidade e divide o que é anterior – passado – a sua emergência – presente – e sua projeção – futuro. É nesse sentido que Guimarães (2002) afirma que um enunciado é uma diferença na própria ordem.

Tendo como base construtiva o processo de formação histórica e de nomeação das cidades por meio da linguagem e seus elementos essenciais, parte-se da premissa de que essa nos leva ao conhecimento da cultura e à compreensão dos sentidos históricos reais, muitas vezes apagados e esquecidos ao longo do processo de formação histórico. Os eventuais apagamentos e silenciamentos de cultura identificados podem ser interpretados como algo não fecundado, sem vida, inexistente, sendo também empregado como algo jamais utilizado, jamais visto.

Destacamos aqui, a importância de um estudo efetivo sobre a cultura na escola a partir de uma tomada de consciência sobre os processos históricos de nomeação/renomeação dos municípios mineiros, a necessidade de refletir sobre a linguagem enquanto instrumento de poder e resultado de um processo de identificação ou rejeição que nos permite construir nossas chamadas subjetividades.

Tendo como aporte teórico “A Semântica da Enunciação” de Eduardo Guimarães, considerando o sentido produzido na enunciação como um acontecimento de linguagem e que o processo de formação e ocupação histórica das terras que originaram as cidades contam com um passado histórico carregado de sentidos, o Atlas dos nomes que contam história das cidades brasileiras: Um estudo semântico-enunciativo do Estado de Minas Gerais (Vol 1. Circuito Sul de Minas) permitirá uma interrelação entre a associação de práticas culturais efetivas, bem como será uma possibilidade de tornar-se uma ferramenta de análise, leitura e escrita no âmbito desta relação.

2.4 O PERCURSO DA PESQUISA

Entendemos que a escola necessita de pressupostos, de conceitos fundamentais que orientem seus caminhos, resguardando os objetivos da ação educativa, do desenvolvimento da capacidade crítica, da apreensão e hierarquização de valores essenciais para o exercício da cidadania. Considerando o problema de pesquisa que norteou esse estudo - como os livros didáticos adotados nas escolas de Educação Básica dos municípios do Circuito Sul Mineiro contemplam o estudo da história regional/local (tempo e espaço) desses municípios? - hipotetizamos que não houvesse efetivação do reconhecimento cultural por meio de estudos sobre a história de nomeação dos municípios mineiros nas propostas de ensino apresentadas na Educação Básica e nos materiais didáticos utilizados por estas instituições de ensino, o que foi confirmado, constatando uma lacuna no ensino da temática na educação básica

mineira, evidenciada nas legislações estudadas e não encontradas nas maioria dos materiais didáticos analisados.

Dentro de uma abordagem pedagógica pautada numa perspectiva de educação multicultural, Candau e Anhorn (2000, p.2) afirmam que "hoje se faz cada vez mais urgente a incorporação da dimensão cultural na prática pedagógica" e para Forquin (1993), "a relação existente entre escola e cultura, nos instiga a buscar uma melhor compreensão acerca da importância da cultura no processo de aprendizagem e nas práticas pedagógicas".

Nesse sentido, essa pesquisa possibilitou esta interrelação entre a associação de práticas culturais efetivas, resgatando a origem e existência de um sujeito cultural de fato, bem como foi uma possibilidade de tornar-se em uma ferramenta de análise, leitura e escrita. Esta pesquisa, conforme apresentado na seção 2.3, fundamenta-se na Semântica do Acontecimento Guimarães (2002, 2018), considerando o sentido produzido na enunciação como um acontecimento de linguagem. Nessa concepção o acontecimento de nomeação das cidades que constituem a Superintendência de São Sebastião do Paraíso e, mais especificamente, da cidade Guaxupé, evidencia o processo de formação e ocupação destas terras, enuncia o memorável carregado de sentidos, a história rememorada na nomeação e renomeação.

A pesquisa iniciou-se com uma análise dos documentos que norteiam o ensino brasileiro e em especial em Minas Gerais: Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de diretrizes e Bases para a educação (LDB), os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI's), o Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Referência de Minas Gerais (CR/MG), a fim de verificar e analisar como o estudo da Cultura local é contemplado nestes documentos e também nos embasarmos enquanto pesquisadores, nos documentos legais importantes no cenário educacional.

Os marcos legais foram contemplados neste estudo em uma sequência hierárquica. Deste modo, a Constituição Federal 1988 abre a sequência hierárquica de datas, reconhecendo a criança e o adolescente como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, na sequência, O ECA, nos possibilita refletir sobre os direitos das crianças e adolescentes, especificamente, no mundo dos Direitos Humanos. A LDB, que determina o uso da liberdade de ensinar e aprender, bem como determina ao docente que propague a cultura e o pensamento científico. O RCNEI, objetiva apontar as metas de qualidade que contribuem para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades e se tornem capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância sejam reconhecidos,

contribuindo para que as instituições tenham acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural.

A BNCC, surgiu como um documento que aponta caminhos para a realização do trabalho com as competências e habilidades específicas de cada área de conhecimento, nos mostra que estas podem ser desenvolvidas em diálogo com a educação integral e o projeto de vida dos estudantes, com diretrizes que levam ao estudo das culturas locais, estabelecendo como fundamental que os alunos conheçam, compreendam e reconheçam a importância das mais diversas manifestações artísticas e culturais, sendo capazes de se expressarem e atuarem por meio das artes, nos permite trazer as inovações e estratégias metodológicas que colaboram para o trabalho integrado e contextualizado, garantindo assim, a efetividade de um trabalho interdisciplinar.

Também nos é possível, pela BNCC, explorar temas relacionados ao contexto em que o estudante está inserido, contemplando características regionais e assuntos ligados à história, à cultura e às tradições da sua comunidade. O CRMG, nos propõe um estudo de base comum curricular para a educação mineira, que contemple a cultura regional como um processo originário da ocupação territorial e que destaca os fatores econômicos e naturais como influenciadores na origem da cultura local, envolvendo as diversas abordagens culturais que constituem as várias “Minas Gerais”. Todavia, as instituições de ensino precisam abrir espaços para acolher a pluralidade e a diversidade, planejar práticas pedagógicas considerando as culturas plurais, dialogando com a riqueza e toda diversidade de crenças e manifestações, fortalecendo a qualificação da educação mineira.

Verificamos ainda, no decorrer das pesquisas, que o livro didático é um instrumento de grande valor educacional e, atualmente, vem se constituindo em uma ferramenta de caráter pedagógico capaz de provocar e nortear possíveis mudanças e aperfeiçoamento na prática pedagógica. O PNLD disponibiliza os livros em ciclos diferentes nos quatro segmentos: educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

Posteriormente, realizamos uma análise Semântico-Enunciativa dos nomes que constituem as cidades sul mineiras, zoneadas pela Superintendência de Ensino de São Sebastião do Paraíso, apropriando-se da teoria constitutiva desta pesquisa e dos Domínios Semânticos de Determinação (DSD) proposto pelo linguista Eduardo Guimarães, a fim de evidenciar a história que marca o processo de ocupação, exploração e formação do território nacional e comprovar a necessidade de o aluno ser inserido como um sujeito constitutivo e pertencente à história local.

A reflexão se deu a partir de um levantamento histórico e bibliográfico sobre a pesquisa realizada, bem como uma amostra dos vários recortes históricos que constituem o processo de nomeação do município Guaxupé, evidenciando que a linguagem é um instrumento de poder e resultado de um processo de identificação ou rejeição das subjetividades humanas.

Ao considerar este processo de análise, o acontecimento de enunciação, traçamos uma disparidade entre o presente do acontecimento de nomeação, história local e a temporalidade dos acontecimentos que deram origem a esta nomeação.

A aplicabilidade desta pesquisa se deu por meio de um projeto de formação docente no Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Muzambinho, intitulado por *Semana da Cultura e Diversidade: a história não escrita, que aconteceu nos dias 24, 25 e 26 de maio de 2021*, em formação teórica oferecido por meio de minicursos e oficinas práticas sobre o estudo dos nomes dos municípios, sua história e constituição, revelando processos de ocupação, exploração e formação do território local e nacional. Os docentes foram capacitados a subsidiar o estudo referente à história regional/local (tempo e espaço). Deste modo, os conteúdos serão ampliados num movimento espiral dentro da escola, se transformando num material didático que atingirá toda a Educação Básica, em que docentes e discentes poderão expandir as informações coletadas de acordo com a necessidade e a faixa etária que se pretende atingir.

Dentro das escolas, este estudo poderá ser utilizado como metodologia para um trabalho de leitura, além de oportunizar que os estudantes conheçam mais profundamente a história de seu povo e as culturas que formaram sua atual identidade, além de possibilitar um aprimoramento das habilidades e competências exigidas em língua portuguesa, buscando, com esta proposta inovadora, atingir resultados diferentes e mais promissores que aqueles hoje encontramos em indicadores de avaliações externas sobre a proficiência leitora no Brasil.

Nesse norte, a pesquisa, com foco na teoria da Enunciação de Eduardo Guimarães, pretende despertar o interesse por explorar o processo designativo dos nomes de algumas cidades contidas no Circuito Sul Mineiro, nesta pesquisa, nas cidades zoneadas pela Superintendência Regional de Educação de São Sebastião do Paraíso, e em específico na cidade de Guaxupé.

O intuito é de agrupar informações, explicitar os conceitos desenvolvidos por Guimarães nessa linha teórica, contribuir para a solidificação desta teoria e reafirmar que, a

cultura e a educação são elementos socializadores e possuem uma relação próxima e incontestável.

Por fim, a pesquisa nos levou a refletir na construção de um artefato de produto educacional a ser utilizado nas análises gráficas dos DSDs e posteriormente por outras escolas. Para tanto, disponibilizaremos um documentário que contribuirá com o estudo da transversalidade exógena (de fora do texto para dentro do texto), construído às vistas de um trabalho de campo com objetivo de coletar as histórias orais não registradas que influenciaram no processo de formação da cultura e nomeação da cidade Guaxupé, além de servir como um material de pesquisa, que estará disponível para os alunos da educação básica como um instrumento para ampliarem seus repertórios de leitura e consequentemente adentrá-los no letramento em texto e no letramento digital.

O gênero documentário, foi escolhido, uma vez que tem como principal característica descrever e interpretar o mundo da experiência coletiva (determinado fato, lugar ou pessoa) é consagrado pela prática de sua produção e experimentação, principalmente porque nos impõe poucos critérios limitantes quanto à exploração de sua linguagem e formas de expressão. Sendo assim, pode ser definido com características particulares e que são essas características que nos fazem apreendê-lo como tal.

Entende-se que documentar a cena enunciativa que se pretende registrar, por meio desse documento que captura e recorta o real, poderá trazer legitimidade ao fato que se deseja historicamente anunciar, por meio do olhar de um “Locutor-enunciador”, como nos ensina Guimarães (2017), podendo-se, dessa forma, produzir importantes documentos, principalmente da cultura e da história regional/local.

O Documentário *A história que o nome de Guaxupé enuncia*, narrado por uma aluna da educação básica, especificamente do 3º ano do ensino médio, Roberta Kelly Gomes dos Santos, conta a história de apagamentos e silenciamentos na formação e constituição do processo de nomeação da cidade de Guaxupé/ MG. Apresenta personagens importantes no processo de formação municipal, traz traços e evidências do progresso econômico, crescimento urbano, caracterização da arquitetura e monumentos e patrimônios históricos da cidade: Palácio das Águias, Casa dos Elefantes, Antiga Estação Ferroviária de Guaxupé e diversas construções antigas, denominados como patrimônios históricos.

Recortes históricos e geográficos embasaram a busca por estabelecer a relação entre as análises estabelecidas neste contexto e em relação a contextos anteriores, evidenciando a história contada nesta pesquisa e no artefato do produto.

3. IDENTIDADE CULTURAL: O QUE PREVEEM OS DOCUMENTOS LEGAIS QUE FOMENTAM A EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS?

Existe uma multiculturalidade no Brasil que pode ser verificada pela diversidade de raízes culturais dos diversos grupos sociais, étnicos e culturais existentes na sociedade. Assim sendo, adotar uma educação multicultural, com a incorporação de pressupostos curriculares cooperativos, significa promover um ambiente saudável onde todos possam manifestar seus ideais livremente, sem constrangimentos ou discriminações, e participativos do processo educacional. Para Forquin (1993), “a relação existente entre escola e cultura, nos instiga a buscar uma melhor compreensão acerca da importância da cultura no processo de aprendizagem e nas práticas pedagógicas”.

Candau e Anhorn (2000, p.2) afirmam que "hoje se faz cada vez mais urgente a incorporação da dimensão cultural na prática pedagógica". Candau defende uma abordagem pedagógica pautada numa perspectiva de educação multicultural, ou seja, dever-se-ia incluir essa discussão no currículo escolar e, por certo, nos projetos da escola.

A cultura, por ser um agente forte de identificação pessoal e social, caracteriza-se como um modelo comportamental, integrando segmentos sociais e, sendo assim, a multiculturalidade inserida no processo de aprendizagem, pode auxiliar os educandos a expandir suas potencialidades. Entretanto, é necessário lembrar que a percepção individual tende a sofrer influências por parte do grupo.

Embora a escola seja local, de evidências dessas multiculturalidades, existe uma grande dificuldade na interação das práticas educativas com a diversidade cultural vivenciada pelos alunos e, normalmente, os conteúdos selecionados e trabalhados não apresentam nenhuma relação com o universo cultural, limitando-se apenas ao estudo da cultura tradicional e folclores.

A introdução da diversidade cultural, como práticas escolares, permite depreender um esforço no sentido de um compromisso pedagógico, pois estas atividades podem ser usadas para promover a integração de alunos, permitindo um sentido mais social da convivência. A cultura faz parte do cotidiano das pessoas e manifesta-se nas mais variadas formas. Candau (2003) afirma que “a cultura é um fenômeno plural, multiforme que não é estático, mas que está em constante transformação, envolvendo um processo de criar e recriar”.

Sendo a cultura um componente ativo na vida de todo indivíduo, cada um, criador e propagador, esta, sem dúvida, deve se fazer presente no ambiente escolar, inserida no processo

de ensino-aprendizagem. Candau e Anhorn (2000) afirmam que "hoje se faz cada vez mais urgente a incorporação da dimensão cultural na prática pedagógica".

Sabe-se que a cultura é um componente ativo na vida da humanidade e que os costumes e hábitos nela contidos expressam a totalidade da vida social do homem e os diferenciam entre povos e classes, tendo a sua origem e o seu caráter adquiridos no meio social e histórico, em grande parte, de forma inconsciente e, como é evidente que a escola é uma instituição de aprendizagem, de socialização e propagação de cultura, esta pesquisa buscou verificar como esta temática tem sido apresentada nas legislações vigentes atuais, com o objetivo de verificar como o estudo da cultura local é garantido em lei e currículos que contemplam a educação nacional, assim como propor uma reflexão sobre o papel da escola neste processo de formação cultural.

3.1 UMA RELAÇÃO PESSOAL COM A LEGISLAÇÃO

Embora conhecedora de uma grande parte dos documentos que legislacionam e servem de currículo de base da Educação Nacional e Mineira pelo fato de ser professora Municipal de Educação Básica na cidade de Guaxupé, Minas Gerais, e também por atuar com docente em Curso Superior de formação de professores (também na referida cidade), e por sentir a necessidade de estar atualizada com as legislações vigentes, este estudo referencial, de modo mais ampliado, deu-se como uma proposição inicial da pesquisa, com o objetivo de refletir, a partir de tais documentos, os aspectos relacionados a cultura local, uma vez que ao conhecê-los de uma forma global, não possibilitaria a mim relatar se tais documentos garantiriam ou não um estudo específico de base ampla ou interestadual acerca da temática de estudo proposta nesta dissertação.

Desse modo, conhecer melhor esses materiais, ampliando o conhecimento das propostas que regulamentam este estudo local, tornou-se necessário para fomentação da base da pesquisa e de embasamento legal e curricular do trabalho específico mineiro com a Educação Básica, o que possibilitou verificar que os documentos legais, que norteiam a Educação Nacional, apresentam papéis fundamentais para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação.

Tais documentos possibilitam a reflexão, planejamento e prática pedagógica de todo o seu processo educacional brasileiro. Entre os principais documentos, encontram-se: a Constituição

Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI's), o Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), reunindo os referenciais que direcionam o estado, município, escolas e professores para a consolidação de uma educação de qualidade e para todos.

Nesse sentido, verifica-se como os documentos legais, que normatizam o ensino na Educação Básica Brasileira, determinam o estudo da cultura local e regional, considerando a criança e o adolescente como um sujeito de direitos, sobretudo, direitos educacionais como dever do estado, do município e da família.

3.2 MARCOS LEGAIS: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, LDB, RCNEI E PNE

A Constituição Federal de 1988 representa umas das contribuições mais valiosas na garantia de nossos direitos. Ela é fruto de um amplo movimento de discussões e participação popular, intensificado com o processo de transição do regime militar para a democracia. Dessa participação, resultou um texto constitucional avançado e que estabelece as bases para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º).

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (BRASIL, art.208, 1988).

Após dois anos de Constituição, foi promulgada uma lei federal de número 8.069/90, que veio legalmente reconhecer a criança e o adolescente como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento. Trata-se de uma lei específica para as crianças e adolescentes: o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA. Essa lei significa mais do que um simples instrumento jurídico. Ela inseriu as crianças e os adolescentes brasileiros no mundo dos direitos, especificamente, no mundo dos Direitos Humanos, além de estabelecer um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, buscando com isto impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças.

Essa lei regulamentou o artigo 227, da Constituição Federal. É por isso também que, em seu artigo 4º, o ECA reafirma a responsabilidade da família, da sociedade, da comunidade e do poder público em assegurar, com absoluta prioridade, os direitos da criança, dentre eles, o direito à educação.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, art. 4, 1990).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, de número 9394/96, atribui às esferas federal, estadual e municipal a responsabilidade pela elaboração e execução da proposta pedagógica, que deve ser articulada com as famílias e a comunidade, na criação de processos de integração da sociedade com a escola, deixando claro que os docentes também são responsáveis por colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. Em seu 1º artigo, no título I – Da Educação, define:

esta lei abrange todos os processos de formação que ocorrem na interação humana, desde a vida familiar, passando pela escola, pelo trabalho, pelos movimentos sociais e organizações, até as manifestações culturais, pois o ser humano, enquanto existe, encontra-se em processo formativo; enquanto há vida, há aprendizado, há evolução. (BRASIL, 2019, s. p.).

Em relação ao modo como o ensino deva ser organizado, a LDB determina o uso da liberdade de ensinar e aprender, bem como determina ao docente que propague a cultura e o pensamento científico e a pesquisa além de possibilitar a construção e o respeito aos diferentes saberes aos educandos, pautando-se na perspectiva do respeito ao bem comum e considerando a diversidade étnico-racial e respeito às diversidades de opiniões e modos de vivência dos diversos sujeitos que constituem a nossa sociedade. O ensino será ministrado com base nos princípios de:

- II**– liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III**- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV** – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- XI** - vinculação entre a educação escolar o trabalho e as práticas sociais;
- XII** – consideração com a diversidade étnico-racial. (BRASIL, 2019, s.p.).

O Artigo 13, dessa lei, apresenta as incumbências da tarefa do professor e aponta caminhos a serem cumpridos nessa função e na relação com o trabalho desenvolvido na prática pedagógica docente.

Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, 2019, s. p.).

Os sistemas municipais de ensino, de acordo com a LDB, englobam as instituições de Ensino Fundamental, Médio e educação informal mantidas pelo poder público municipal,

Os sistemas municipais de ensino compreendem:

- I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;
- II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;
- III – os órgãos municipais de educação. (BRASIL, 2019, s. p.).

Já o artigo 22 determina que a educação básica tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (BRASIL, atualizado em 2019, art.22, s.p). Em relação à adaptação da instituição conforme a cultura local, as instituições de ensino possuem liberdade de organização curricular e isso lhes propicia, de acordo com a LDB, em seu art. 26º, que organizem seus currículos contendo uma parte comum diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. De acordo com o parágrafo 4º, do art. 26º, da LDB 9394/96, a disciplina História levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). [...] § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a

formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. (BRASIL, 2019, s.p.).

O RCNEI, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, foi um documento elaborado e publicado pelo Ministério da Educação em 1998 e integrou a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo MEC, em 1998, atendendo às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.034/96) que estabelecia, pela primeira vez na história de nosso país, que a educação infantil era considerada a primeira etapa da educação básica. Teve como objetivo, auxiliar a realização do trabalho educativo diário junto às crianças pequenas. Apresentava no volume 2, “Formação Pessoal e Social”, o eixo de trabalho que favorece, prioritariamente, os processos de construção da Identidade e Autonomia das Crianças.

Segundo o RCNEI, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a capacidade das crianças de terem confiança em si próprias e o fato de sentirem-se aceitas, ouvidas, cuidadas e amadas oferecem segurança para a formação pessoal e social. A possibilidade de assumirem responsabilidades, desde pequenas, favorece o desenvolvimento e a autoestima, essencial para que as crianças se sintam confiantes e felizes. O desenvolvimento da identidade e da autonomia estão intimamente relacionados com o processo de socialização.

O Referencial Curricular Nacional teve como objetivo apontar as metas de qualidade que contribuíssem para que as crianças tivessem um desenvolvimento integral de suas identidades e se tornassem capazes de crescer como cidadãos cujos direitos à infância fossem reconhecidos. Visou, também, contribuir para que se pudesse realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciassem o acesso e a ampliação, dos conhecimentos da realidade social e cultural pelas crianças.

O âmbito de conhecimento de Mundo refere-se à construção das diferentes linguagens pelas crianças e às relações que estabelecem com os objetos de conhecimento. Este âmbito traz uma ênfase na relação das crianças com alguns aspectos da cultura. A cultura é aqui entendida de uma forma ampla e plural como o conjunto de códigos e produções simbólicas, científicas e sociais da humanidade construído ao longo das histórias dos diversos grupos, englobando múltiplos aspectos e em constante processo de reelaboração e ressignificação. (BRASIL, Vol.1 p.46).

Nesse sentido, de acordo com os marcos legais, o PNE, Plano Nacional de Educação, aprovado em 26 de junho de 2014 com validade até 2024, estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação e afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7 e

seguintes), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e traz várias estratégias para validar que os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos sejam alcançados. A meta 7.1 refere-se a:

estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local. (BRASIL, meta 7, 2014).

3.3 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A BNCC, Base Nacional Comum Curricular, o mais novo documento de base curricular nacional, é uma ferramenta que traduz, comenta e explica as competências específicas e as habilidades de cada área de conhecimento desta etapa. Escrita por uma equipe de especialistas tem por objetivo auxiliar na elaboração de currículos alinhados. Esta ferramenta sugere como as competências e habilidades podem ser desenvolvidas em diálogo com a educação integral e o projeto de vida dos estudantes, com o apoio de temas e objetos diversos do conhecimento. Traz inovações e estratégias metodológicas que colaboram para o trabalho integrado e contextualizado das áreas do conhecimento e exemplos de objetivos de aprendizagem, além de definir os direitos de aprendizagens de todos os alunos do Brasil.

Desse modo, várias são as diretrizes que levam ao estudo das culturas locais destacadas na Base. Assim, a BNCC, constitui um conjunto padronizado de habilidades e competências sobre o qual, como afirma Sacristán (2013, p.19) “julgar-se-á o sucesso e o fracasso, o quanto é satisfatória ou insatisfatória a escola, quem cumpre o que é estabelecido e quem não faz”. Deste modo, não se constitui apenas por uma seleção de saberes históricos, mas sim como instrumento direcionador de controle do fazer pedagógico dos professores artístico-cultural”. (BRASIL, p. 9, 20017). A BNCC (2017), na competência 3, Repertório Cultural, estabelece como fundamental que os alunos conheçam, compreendam e reconheçam a importância das mais diversas manifestações artísticas e culturais. Ainda, acrescenta que os alunos devam ser participativos no que se refere a estas manifestações, sendo capazes de se expressarem e atuarem por meio das artes.

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. (BRASIL, p. 9, 2017).

Ao orientar sobre o processo de ensinar e aprender História e Geografia, o documento apresenta algumas das perspectivas recorrentes no debate da área de ensino. Destaca-se a

importância de estabelecer relações entre passado e presente. Ressalta-se que essa compreensão não se dá de forma automática, são necessárias “referências teóricas capazes de trazer inteligibilidade aos objetos históricos selecionados” (BRASIL, 2017c, p. 347), o que possibilita identificar a interdisciplinaridade com as outras áreas do conhecimento. Sobre o processo de identificação, a BNCC adverte sobre a necessidade de estimular os estudantes a questionarem o objeto ou documento, com perguntas tais como: “De que é feito o objeto em questão? Seu significado alterou no tempo e espaço?” [...]. Dessa forma, é possível uma melhor compreensão da Geografia e das mudanças histórico/geográficas ocorridas por meio das permanências e as relações sociais.

[...] pretende-se possibilitar que os estudantes construam sua identidade relacionando-se com o outro (sentido de alteridade); valorizem as suas memórias e marcas do passado vivenciadas em diferentes lugares; e, à medida que se alfabetizam, ampliem a sua compreensão do mundo. Em continuidade, no Ensino Fundamental – Anos Finais, procura-se expandir o olhar para a relação do sujeito com contextos mais amplos, considerando temas políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo. Dessa forma, o estudo da Geografia constitui-se em uma busca do lugar de cada indivíduo no mundo, valorizando a sua individualidade e, ao mesmo tempo, situando-o em uma categoria mais ampla de sujeito social: a de cidadão ativo, democrático e solidário. Enfim, cidadãos produtos de sociedades localizadas em determinado tempo e espaço, mas também produtores dessas mesmas sociedades, com sua cultura e suas normas. (BRASIL, 2017c, p. 360).

Quanto à comparação, o documento registra que possibilita a visão do Outro. A contextualização é considerada fundamental na formação histórica dos estudantes, permitindo-lhes localizar momentos e lugares específicos de um evento. A interpretação contribui para a formação crítica e a análise, considerada uma habilidade complexa, pressupõe problematizar a própria escrita da história.

De acordo com a Base, um dos objetivos da disciplina História é:

Estimular a autonomia do pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania. (BRASIL, 2017c, p. 350).

A BNCC também estimula as instituições de ensino a integrarem em seus currículos, além das aprendizagens apontadas como essenciais da Educação Básica, temas relacionados ao contexto em que o estudante está inserido, contemplando características regionais e assuntos ligados à história, à cultura e às tradições da sua comunidade. Para tanto, é importante que a proposta curricular seja construída de forma colaborativa, contando com a participação de

profissionais da educação e de membros da comunidade que ajudem a combinar todos esses aspectos ao documento. A construção de um currículo contextualizado que abranja temas relacionados à cultura, é um grande diferencial para as escolas que aproveitarem a oportunidade.

O foco do trabalho pedagógico deve incluir o cultivo de uma visão plural de mundo e de um olhar que respeite as diferenças existentes entre as pessoas e entre os contextos ou culturas. Esse trabalho deve se pautar pela constante reflexão e intervenção, por parte do/a professor/a, no combate ao preconceito e às discriminações culturais, de gênero, étnico-raciais, de classe social. [...] Portanto, as instituições precisam conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade das contribuições familiares e das comunidades, suas crenças e manifestações culturais, fortalecendo formas de atendimento articuladas aos saberes e às especificidades de cada comunidade. (BRASIL, 2017, p. 56).

Desse modo, a BNCC, Base Nacional Comum Curricular, efetiva essas discussões e apresenta uma temática de trabalho voltada para a inclusão da cultura no currículo escolar. A competência 3 (três) faz menção à valorização das diversas manifestações culturais e artísticas, das locais às mundiais. “3- Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.” (BRASIL, p.9, 2017).

A BNCC, ainda menciona dois artigos da Constituição Federal de 1988, o artigo 205 que determina como direito fundamental a educação, compartilhado entre Estado, família e sociedade, onde a sociedade pode ser entendida como local, realidade de cada família e o artigo 210 onde enseja o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. (BNCC, apud BRASIL, 1988).

Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade de uma reflexão acerca da temática da multiculturalidade, bem como a verificação de como as práticas efetivas em sala de aula e os materiais didáticos utilizados têm contribuído para a formação de um sujeito cultural integral, dentro de uma formação raiz em uma sequência hierárquica das contribuições histórico/culturais. A relevância do tema se justifica, pois conhecer a cultura local requer conhecer a sua própria originalidade, significa conhecer a raiz da qual somos sujeitos integrantes e integradores do nosso processo de formação histórica inicial. (BNCC, apud BRASIL, 1988).

Sobre o Ensino Fundamental e os conhecimentos específicos na área de Ciências Humanas, a BNCC define que compete às instituições escolares possibilitar a formação de sujeitos éticos, que saibam valorizar os direitos humanos, o respeito ao ambiente e à coletividade das formações humanas e culturais que organizam a nossa sociedade, responsabilizando-os pelo mundo em que vivem e respeitando os diferentes pontos de vista.

Os conhecimentos específicos na área de Ciências Humanas exigem clareza na definição de um conjunto de objetos de conhecimento que favoreçam o desenvolvimento de habilidades e que aprimorem a capacidade de os alunos pensarem diferentes culturas e sociedades, em seus tempos históricos, territórios e paisagens (compreendendo melhor o Brasil, sua diversidade regional e territorial). E também que os levem a refletir sobre sua inserção singular e responsável na história da sua família, comunidade, nação e mundo. (BRASIL, p. 354, 2017).

Assim, de acordo com a BNCC, verifica-se que a cultura, transmitida e disseminada nas escolas, permite melhor entrosamento entre discentes que têm a possibilidade de conhecer e respeitar as diversidades de vida e de crença, a aculturação. "A aculturação aparece não como um fenômeno ocasional, de feitos devastadores, mas como uma das modalidades habituais da evolução cultural de cada sociedade". (CUCHE, 1999, p.14).

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da BNCC, a área de Ciências Humanas deve garantir aos alunos o desenvolvimento das habilidades voltadas para identificação, classificação, organização e comparação, em contexto local ou global, sendo importante para a melhor compreensão de si, do outro, da escola, da comunidade, do Estado, do país e do mundo. Dá-se, assim, um passo importante à responsabilização do cidadão para com o mundo em que vive.

O Ensino Fundamental – Anos Finais tem o compromisso de dar continuidade à compreensão dessas noções, aprofundando os questionamentos sobre as pessoas, os grupos humanos, as culturas e os modos de organizar a sociedade; as relações de produção e de poder; e a transformação de si mesmos e do mundo. O desenvolvimento das habilidades voltadas para identificação, classificação, organização e comparação, em contexto local ou global, é importante para a melhor compreensão de si, do outro, da escola, da comunidade, do Estado, do país e do mundo. Dá-se, assim, um passo importante para a responsabilização do cidadão para com o mundo em que vive. (BRASIL, p. 354, 2017).

Desse modo, pode-se observar que a área de Ciências Humanas contribui para que os alunos desenvolvam a cognição e o contexto histórico-cultural como categorias elaboradas conjuntamente, em meio a circunstâncias históricas específicas, nas quais a diversidade humana deve ganhar especial destaque, com vistas ao acolhimento da diferença, ou seja, contextualização marcada pelas noções de tempo e espaço, conceitos fundamentais da área.

Nota-se, ainda, que o raciocínio espaço-temporal baseia-se na ideia de o ser humano se constituir no espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica. A capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, interprete e avalie os significados das ações realizadas no passado

ou no presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente.

A BNCC nos mostra que cada uma dessas áreas tem papel fundamental na formação integral dos alunos do Ensino Fundamental. Isso aparece nos textos de apresentação das áreas na BNCC. Além de mostrar tal papel, o documento dá destaque às particularidades do segmento, levando em consideração as especificidades e as demandas pedagógicas de cada etapa educacional.

3.4 CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS

O CRMG, Currículo Referência de Minas Gerais, que hierarquicamente está abaixo da BNCC, e que também propõe um estudo de base comum curricular para a educação mineira, com uma busca comum em garantir os direitos de aprendizagem de todos os alunos, visando à desfragmentação da vida escolar dos estudantes, e priorizando garantir trajetórias de sucesso acadêmico e desenvolvimento integral às crianças, jovens e adultos da educação brasileira, também contempla o estudo da cultura regional como um processo originário da ocupação territorial e destaca que tanto os fatores econômicos e naturais influenciam na origem da cultura local, sendo necessário um estudo sobre as diversas abordagens culturais que constituem as várias “Minas Gerais”.

A diversidade regional do Estado de Minas Gerais é resultado de um processo histórico de ocupação do território marcado por diferentes fatores, desde aqueles de ordem socioeconômica até os naturais de clima e vegetação. Essa diversidade se traduz no que podemos entender como várias “Minas Gerais” dentro dos limites do estado, exigindo, portanto, diferentes formas de abordagem e atuação sobre a realidade mineira. De fato, a efetividade de qualquer iniciativa parte necessariamente da compreensão da realidade para a qual se propõe. (BRASIL, 2018, p.04).

Os diferentes tempos de vida constituem construções históricas, sociais e culturais que devem ser avaliadas para um melhor entendimento do sujeito e compreensão de sua subjetividade. Compreender o contexto familiar e social em que o educando está inserido, suas experiências vivenciadas e a construção de sua individualidade constitui um desafio, mas ao mesmo tempo permite conhecer a sua singularidade.

No entendimento do CRMG (2018), as instituições de ensino precisam abrir espaços para acolher a pluralidade e a diversidade, planejar práticas pedagógicas considerando as

culturas plurais, dialogar com a riqueza e toda diversidade de contribuições familiares e comunitárias, suas crenças e manifestações, fortalecendo as formas de atendimento articuladas aos seus saberes e às suas especificidades, aprimorando desta forma, os mecanismos de acesso, inclusão e permanência, lutando pela qualificação da educação mineira.

A compreensão dos estudantes, como sujeitos com histórias, e saberes construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa. (BRASIL, 2018, p. 200).

O CRMG, Currículo Referência de Minas Gerais é um documento que contempla a diversidade regional do Estado de Minas Gerais como resultado da miscigenação constituinte da formação ocupacional que originou a sociedade brasileira e reconhece e valoriza os diferentes povos, culturas, territórios e tradições existentes no Estado.

O resultado de um processo histórico de ocupação do território marcado por diferentes fatores, desde aqueles de ordem socioeconômica até os naturais de clima e vegetação. Essa diversidade se traduz no que podemos entender como várias “Minas Gerais” dentro dos limites do estado, exigindo, portanto, diferentes formas de abordagem e atuação sobre a realidade mineira. De fato, a efetividade de qualquer iniciativa parte necessariamente da compreensão da realidade para a qual se propõe. (CRMG, 2018, p. 4).

A diversidade cultural de Minas Gerais se traduz no que podemos entender como várias “Minas Gerais” dentro dos limites do Estado, exigindo, portanto, diferentes formas de abordagem e atuação sobre a realidade mineira.

Ainda neste mesmo documento, que organiza e referencia o ensino de Minas Gerais, especificamente no que tange ao desenvolvimento e à aprendizagem, o conhecimento é objetivado nas diferentes tradições culturais e modos de vida.

Defendemos uma educação que garanta a isonomia e igualdade, que consiga promover uma educação de qualidade, nos preceitos estabelecidos no Plano Nacional de Educação, reconhecendo e valorizando os atores participantes do processo, bem como as múltiplas dimensões da formação humana; uma educação que promova a inclusão e o acesso; que reconheça e valorize as diversidades; que reconheça seus sujeitos e tempos de vivência e estabeleça laços com a comunidade e seu território. (CRMG, 2018, p. 13).

Desse modo, a introdução da diversidade cultural como práticas escolares, permite depreender um esforço no sentido de um compromisso pedagógico, pois estas atividades podem

ser usadas para promover a integração de alunos, permitindo um sentido mais social da convivência.

A cultura faz parte do cotidiano das pessoas e manifesta-se nas mais variadas formas. Candau (2003) afirma que “a cultura é um fenômeno plural, multiforme que não é estático, mas que está em constante transformação, envolvendo um processo de criar e recriar”.

Sendo a cultura um componente ativo na vida de todo indivíduo, cada um criador e propagador, esta deve se fazer presente no ambiente escolar, inserida no processo de ensino-aprendizagem. Candau e Anhorn (2000) afirmam que "hoje se faz cada vez mais urgente a incorporação da dimensão cultural na prática pedagógica".

Embora a escola seja local de evidências dessas multiculturalidades, existe uma grande dificuldade em promover a interação das práticas educativas com a diversidade cultural vivenciada pelos alunos porque, normalmente, os conteúdos selecionados e trabalhados não têm relação alguma com o universo cultural, limitando-se à cultura tradicional.

[...] promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrente os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. (CANDAUI, 2009, p. 166).

Em relação às Competências das Ciências Humanas, verifica-se no Currículo Referência de Minas Gerais a necessidade de um trabalho específico de compreensão das identidades culturais e sociais, considerando as variações espaço/temporal e o acolhimento dos diferentes grupos sociais que constituem a nossa sociedade, além de considerar os alunos da educação básica enquanto sujeitos protagonistas do bem comum e na construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

1- Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos. 2- Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo. 3- Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social. 4- Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. 5- Comparar eventos ocorridos

simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados. 6- Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. 7- Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado à localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão. (BRASIL, 2018, s.p).

Em relação aos Componentes de Geografia, o Currículo de Referência de Minas Gerais (CRMG), 2018, aponta indícios para o estudo da compreensão das raízes e dos interdiscursos dessas nomeações na educação básica. O mesmo se dá com as unidades temáticas e objetos de conhecimento a desenvolver em Geografia: em uma síntese de pesquisa, observa-se no CRMG, no 1º ano do ensino fundamental, que o foco da unidade temática “o sujeito e seu lugar no mundo”, tem como objeto de conhecimento as “Situações de convívio em diferentes lugares”, o que possibilita relacioná-la com a temática de pesquisa deste artigo.

No segundo ano, a unidade temática relaciona-se a “Descrever a história das migrações no bairro ou comunidade em que vive”; “Comparar costumes e tradições de diferentes populações inseridas no bairro ou comunidade em que vive”; do 3º ano: “Identificar e comparar aspectos culturais dos grupos sociais de seus lugares de vivência; “Identificar e valorizar marcas de contribuição cultural e econômica de grupos de diversas origens”; “Reconhecer e valorizar os diferentes modos de vida dos povos e comunidades tradicionais”. No 4º ano: “Descrever processos migratórios e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira, enfatizando a mineira”; “Identificar e descrever territórios étnico-culturais”; “compreender e relacionar as diversidades regionais de Minas Gerais com a diversidade sociocultural brasileira”.

No 5º ano: “Identificar diferenças étnico-raciais, étnico-culturais e sociais em diferentes territórios, regiões e municípios”; “Identificar as formas e analisar as mudanças sociais, econômicas e ambientais”; “Compreender e relacionar as diversidades locais e regionais de Minas Gerais com a diversidade sociocultural brasileira.

No 6º e 7º anos: “Descrever e localizar os aspectos importantes do regionalismo mineiro manifestado em sua sociodiversidade”; no 8º ano: “Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do município em que se localiza a escola [...]”.

Já em relação ao ensino de História, o currículo mostra em seus componentes o estudo da dimensão temporal da existência humana e possibilita a identificação, a análise e compreensão

dos significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes.

Dessa forma, esta pesquisa possibilitará apresentar e valorizar a diversidade cultural que compõe os nomes das cidades habitadas por nossos estudantes, embasada em documentos legais brasileiros que garantem o direito à formação integral e de qualidade do sujeito e, levando em consideração as contribuições de um resgate histórico do município em que vivem.

A incorporação da cultura local no processo de ensino-aprendizagem, embasado na ideia de identidade cultural municipal é visto nesta pesquisa como um elemento que nutre o processo educacional, tendo um papel de suma importância na formação da identidade de um indivíduo crítico e socializado, tornando evidente a necessidade de uma reflexão acerca da temática da multiculturalidade. O atendimento a preceitos legais, como os constantes na CF/1988, na LDB, na BNCC e no CRMG, dentre os outros documentos legais contidos neste artigo, também reforçam a importância da discussão da temática de trabalho voltada para a inclusão da cultura no currículo escolar.

A multiculturalidade da sociedade deve transpor-se para o ambiente educacional e, aplicada à educação por meio de práticas pedagógicas que despertam os alunos para a diversidade dos grupos culturais existentes ao seu redor, promovendo a integração de alunos e permitindo um sentido mais social da convivência.

Dessa forma, conclui-se que obter informações, compreender o processo de origem e cultura local e transmiti-los através das práticas educacionais, torna-se imprescindível por agregar valor à vida social dos educandos, não permitindo contravalores incorporados, além de resguardar os objetivos da ação educativa, do desenvolvimento da capacidade crítica e responsabilidade social enquanto valores essenciais para o exercício da cidadania.

Este estudo propõe a reflexão sobre a importância do indivíduo em etapas escolares obrigatórias a conhecer suas origens históricas, constituídas no acontecimento social e histórico de uma sociedade, o que se dá na relação entre sujeito, enunciação e processo de nomeação e identificação da semantização dos nomes das cidades que é apresentada na relação que se dá entre a linguagem e aquilo que lhe é exterior e que constitui o sujeito, o mundo e a história em contato com o funcionamento da língua, levando em consideração as práticas sócio-históricas.

Sabendo que a cultura e a educação são elementos socializadores e possuem uma relação próxima e incontestável, capazes de modificar a forma de pensar de educandos e educadores, o que eleva a escola à entidade socializadora deste pensamento e com o objetivo de construir uma identidade cultural de fato, que possibilite a todos os alunos reconhecerem-se como sujeito

cultural, atuante na história a qual estão inseridos, torna-se importante conhecer e verificar como os materiais didáticos que servem de aporte teórico e metodológico dos conteúdos e áreas do conhecimento trabalhados na escola, a fim de, incorporar o estudo da cultura local, são contemplados nestes materiais didáticos, já que é sabido que as legislações vigentes garantem este direito aos educandos de forma ímpar e indissociável ao processo educativo.

4 ABORDAGEM SOBRE OS MATERIAIS DIDÁTICOS UTILIZADOS NAS ESCOLAS QUE FAZEM PARTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO.

Existe uma gama de materiais didáticos (MDs) disponíveis para os docentes utilizarem como ferramentas apropriadas aos conteúdos e aos diferentes níveis de aprendizado. Eles constituem instrumentos de "(in)formação" e podem ser pensados como elementos para aumentar o capital cultural dos alunos e, conseqüentemente, de suas famílias.

Silva (2004) afirma que o capital cultural é um recurso de extrema importância para a ressignificação de materiais pedagógicos disponíveis ao professor: “[...] do capital cultural adquirido pelo professor vem a fertilidade das mediações criativas que implementam as especificidades dos conteúdos que ministra” (SILVA, p. 59, 2004). Ainda para a referida autora, este é:

[...] um instrumento básico que possibilita a formulação dos modos do fazer didático alternativo para o ensino na sala de aula. O conteúdo amplia-se a partir dos recursos didáticos advindos do capital cultural, que oferece aos professores informações “técnicas” estruturais às explicações específicas que dão aos alunos, à formulação de exemplos, ao estabelecimento de relações com áreas afins, entre muitas outras coisas. Nessa medida, acredito que é do capital cultural adquirido pelo professor que vem a fertilidade das mediações criativas que implementam as especificidades dos conteúdos que ministra. [...] é dessa base de informações que a dimensão espontânea do fazer é alimentada. Embora o ensino na sala de aula tenha um âmbito de caráter espontâneo, essa característica do trabalho docente exige sempre uma informação sistematizada para se operar o ato de ensinar. (SILVA, 2004, p. 59).

Nessa linha de pensamento, é possível afirmar que os docentes, como agentes transmissores de saberes referentes à cultura, podem desenvolver uma metodologia educacional e fornecer recursos didáticos capazes de promover a transmissão e a incorporação de conteúdo histórico-cultural, ofertando aos alunos estes saberes, valores e práticas.

Para Silva (2012, p. 805), a permanência do livro didático nas escolas está relacionada à “[...] capacidade que editores e autores demonstraram ao longo da história da educação brasileira de adaptar o livro didático às mudanças de paradigmas, alterações dos programas oficiais de ensino, renovações de currículos e inovações tecnológicas [...]”.

Na perspectiva de Silva (2012, p. 806), o livro didático está “consagrado em nossa cultura escolar” e “tem assumido a primazia entre os recursos didáticos utilizados na grande maioria das salas de aula do Ensino Básico”. Daí depreende-se porque, mesmo no ensino particular, o uso de materiais didáticos similares (apostilas) ao livro didático tem encontrado receptividade em meio às famílias e sistemas escolares.

Outro aspecto identificado pelo autor é que "a importância do livro didático para muitos professores vai além de sua função como ferramenta didática". Para essa argumentação, Silva recorre a Franco (1982) que identificou em seus estudos que muitos professores utilizam-se desse instrumento didático "como fonte de consulta pessoal". Silva (2012, p. 807) conclui, dessa forma, que "o livro acaba sendo também o grande responsável pela informação e formação dos professores".

Além de constituir-se instrumento de "(in)formação" para professores, o livro didático precisa ser pensado como um elemento que pode contribuir para aumentar o capital cultural dos alunos e, conseqüentemente, de suas famílias.

4.1 ABORDAGEM X NÃO ABORDAGEM / IDEAL X REAL

Sabemos que o material didático (MD) ideal deve prioritariamente proporcionar o aprendizado e a formação do aluno para a vida. Deve ter excelência, não só com bons e belos conteúdos, mas necessita estar atualizado, alinhado com a realidade e às novas leis educacionais vigentes e que seja bem avaliado por alunos, pais e, sobretudo, educadores, sendo este, uma base dos conteúdos que serão trabalhados. Portanto, tem grande impacto no aprendizado.

Existem diferentes opções no mercado, desde materiais que estão direcionados ao uso de tecnologia, bem como os tradicionais. Há sistemas que estão presentes por todo o Brasil e outros em uma só região específica.

Desse modo, o MD deve ser um apoio que faça com que o estudante consiga desenvolver a sua autonomia, que o torne capaz de aprender a aprender, dentro e fora da escola, além de possibilitar ao aluno as condições necessárias para que o torne capaz de aplicar esses conhecimentos no seu dia a dia e, não apenas obtenha os melhores resultados nos vestibulares e no Enem.

Assim, torna-se necessário verificar como se processa o estudo da Cultura Local, dentro destes materiais, visto que já é sabido que as leis que regem o estudo no Brasil e em específico no estado de Minas Gerais garantem que este trabalho seja abrangido não somente nas disciplinas de História e Geografia, mas também na interdisciplinaridade entre os conteúdos e em todos os segmentos da Educação Básica, porém não nos é comprovado que esta garantia aconteça de fato. Para que tal estudo fosse garantido, partiu-se do pressuposto que seria necessário que estes estudos efetivos, estivessem contemplados nos MDs. Daí a necessidade de analisá-los para a verificação de tal premissa.

4.2 LEVANTAMENTO DOS MDs (MATERIAIS DIDÁTICOS) UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E PARTICULARES DE TODAS AS CIDADES ABRANGIDAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO.

O primeiro passo para a realização do estudo e análise dos MDs, adotado pelas escolas das cidades sul-mineiras que abrangem a Superintendência Educacional de São Sebastião do Paraíso, deu-se pela busca e localização dos nomes dos materiais didáticos Sebastião do Paraíso, deu-se pela busca e realização dos nomes dos materiais didáticos utilizados. Para tal, foi encaminhado um e-mail explicativo sobre proposta de análise e pesquisa, porém nenhuma das dezesseis cidades deu devolutiva, o que a princípio já era esperado; deste modo, foi necessário organizar novas possibilidades para solucionar a questão e dar continuidade ao processo de pesquisa.

O segundo passo para a Seleção dos nomes dos MDs deu-se pela tentativa de realizar ligação telefônica em cada uma das Secretarias de Educação (totalizando dezesseis), explicando o objetivo do interesse pelo nome do MD, a princípio apenas nome. Foram informadas a ética e moral da pesquisa, bem como o sigilo total em relação aos nomes das escolas, o que justifica o não detalhamento dos nomes das instituições escolares na tabela de nomes dos MDs adotados nos municípios Sul-Mineiros. Ainda que por telefone, houve boa recepção por algumas Secretarias, por outras nem tanto e outras inclusive não souberam informar o nome dos materiais adotados por suas escolas de ensino fundamental I.

Para a descoberta do material de análise de escolas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio contou-se com o apoio da plataforma de distribuição dos materiais didáticos do FNDE, o que possibilitou localizar as informações precisas sobre os livros didáticos disponibilizados para cada instituição de Educação nestes segmentos em todas as cidades que compõem a Superintendência de Educação de São Sebastião do Paraíso.

Já para a coleta de informações sobre os nomes dos MDs das Escolas Particulares valeu-se da tecnologia virtual para identificação do Sistema de Ensino adotado bem como por meio de ligações e visitas em campo às instituições privadas de educação básica para explicação da análise de pesquisa e coleta do nome e empréstimo de materiais para análises. Foram pesquisados e levantados os nomes de todos os materiais didáticos adotados pelas instituições privadas, municipais e estaduais de composição do setor de educação básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio e, que depois serão analisados com o objetivo de

verificar a presença de conteúdos que abrangem o estudo da história e da cultura local, seguindo alguns critérios de seleção devido à grande quantidade de exemplares.

Assim, foram constatadas 323 escolas no total, sendo elas distribuídas em 100 escolas de educação infantil: 28 escolas privadas e 72 escolas públicas. 125 escolas de ensino fundamental I: 12 escolas privadas, 99 escolas públicas municipais e 14 escolas públicas estaduais. No âmbito do Ensino Fundamental II, encontramos 52 escolas, sendo elas 09 escolas públicas municipais, 30 escolas públicas estaduais e 12 escolas privadas e no ensino médio, registramos o total de 46 escolas, sendo distribuídas em 37 escolas públicas estaduais e 09 escolas privadas.

TABELA 1 - QUANTIDADES DE ESCOLAS POR MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

Quantidades de escolas por municípios da Superintendência Regional de Ensino de São Sebastião do Paraíso											
Cidades	Educação Infantil		Ensino Fundamental I			Ensino Fundamental II			Ensino Médio		
	Municipal	Privado	Municipal	Estadual	Privado	Municipal	Estadual	Privado	Municipal	Estadual	Privado
Arceburgo	1	0	3	0	0	1	1	1	0	1	1
Capetinga	2	1	3	0	0	0	1	0	0	1	0
Cassia	5	2	6	1	0	0	2	0	0	2	0
Claraval	4	0	5	0	0	0	1	0	0	1	0
Guaranésia	6	5	0	2	1	1	2	1	0	3	1
Guaxupé	13	5	16	2	4	0	5	4	0	5	4
Ibiraci	5	1	6	1	0	0	1	0	0	2	0
Itamogi	2	1	5	0	1	0	1	1	0	2	1
Itaú de Minas	5	2	8	0	2	2	0	2	0	1	0
Jacuí	1	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0
Juruiaia	2	1	4	0	0	0	1	0	0	1	0
Monte Santo de Minas	5	2	6	0	0	0	3	0	0	3	0
Pratápolis	0	0	0	1	0	0	1	0	0	2	0
São Pedro da União	2	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0
São Sebastião do Paraíso	17	8	30	7	4	5	8	4	0	10	2
São Tomás de Aquino	2	0	3	0	0	0	1	0	0	1	0
Subtotal	72	28	99	14	12	9	30	13	0	37	9
Total	100		125			52			46		
Total geral	323										

TABELA 2 - NOMES DOS MATERIAIS DIDÁTICOS UTILIZADOS NO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL:

2.1 ENSINO FUNDAMENTAL I - 6 A 10 ANOS.

NOMES DOS MDs MAIS UTILIZADOS POR CONTEÚDO DA SUPERINTENDÊNCIA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - ENSINO FUNDAMENTAL I		
DISCIPLINA	MATERIAL DIDÁTICO	QUANTIDADE MUNICÍPIO
ARTE	NOVO PITANGUÁ - ARTE (EDITORA MODERNA LTDA.)	7
CIÊNCIAS	BURITI MAIS - CIÊNCIAS (EDITORA MODERNA LTDA.)	5
EDUCAÇÃO FÍSICA	PRÁTICAS CORPORAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA (EDITORA MODERNA LTDA.)	10
GEOGRAFIA	BURITI MAIS - GEOGRAFIA (EDITORA MODERNA LTDA.)	8
HISTÓRIA	BURITI MAIS - HISTÓRIA (EDITORA MODERNA LTDA.)	7
MATEMÁTICA	BURITI MAIS - MATEMÁTICA (EDITORA MODERNA LTDA.)	4
	NOVO BEM-ME-QUER (EDITORA DO BRASIL S.A.)	4
	SISTEMA DE ENSINO POSITIVO	4
PORTUGUÊS	BURITI MAIS - PORTUGUÊS (EDITORA MODERNA LTDA.)	5
PROJETOS INTEGRADORES	APRENDER E RELACIONAR: PROJETOS INTEGRADORES (EDITORA MODERNA LTDA.)	10

4.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS MDs E ANÁLISES

O Decreto nº 9.099, de 18/07/2017, que diz que todos os Programas do Livro foram unificados e que as ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, anteriormente contempladas pelo Programa Nacional do Livro Didático, PNLD e pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola, PNBE, foram consolidadas em um único Programa, chamado Programa Nacional do Livro e do Material Didático, PNLD, e com a abrangência do Programa passam a incluir o atendimento à educação infantil e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Todavia, com a inovação trazida pelo referido decreto, fica evidente que as Secretarias de Educação, em conjunto com as escolas da rede, decidam pela unificação ou não dos materiais que serão distribuídos, sem impedir que cada escola participante do PNLD continue registrando suas escolhas individualmente, o que de fato, neste momento de análise, com um grande volume de material para ser observado, seria inviável a análise de cada um deles dentro desta pesquisa.

Desse modo, selecionar alguns materiais para análise tornou-se imprescindível devido à grande quantidade de exemplares adotados em todos os segmentos da educação básica pelas 16 cidades do sul de Minas Gerais abrangidas pela Secretaria de Educação de São Sebastião do

Paraíso. O critério que justifica a escolha dos materiais analisados a seguir: Ensino Fundamental I – Análise do material do 4º ano do ensino fundamental I mais utilizados pelas instituições de Ensino dos municípios abrangidos por esta pesquisa, por ser a série em que houve a atuação da autora como professora municipal no ano de realização desta pesquisa.

4.3.1 ENSINO FUNDAMENTAL I – 4º ANO – ANÁLISE DOS MDs MAIS UTILIZADOS NAS ESCOLAS ABRANGIDAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO.

A escolha de análise do MD do ensino fundamental I deu-se conforme já citado, por ser o material mais utilizado pelos municípios abrangidos pela Superintendência de Educação de São Sebastião do Paraíso, SSSP. Em uma destas cidades, Guaxupé-MG, a autora atua como professora regente no Ensino Fundamental I municipal, mais propriamente no 4º ano, fato de ter escolhido este ano para a análise do material. Ainda que eles não fossem utilizados neste município, a opção de analisá-los se deu pelo fato de conhecer novos materiais e propostas efetivas de trabalho a serem apropriadas em novas práticas pedagógicas.

4.3.2 ARTE – NOVO PITANGUÁ (EDITORA MODERNA)

O primeiro livro de estudos a ser analisado refere-se ao 4º ano do Ensino Fundamental I e apresenta como componente curricular o conteúdo de Arte. O livro de Arte mais utilizado pelas escolas da SSSP é chamado “Novo Pitangua” da Editora Moderna e apresenta o conhecimento de Arte como algo essencial para a formação de cidadãos, com uma postura participativa na sociedade, objetivando aos alunos a interação na realidade social de forma crítica e consciente.

O material de Arte corresponde a um campo do saber em contato com os elementos que compõem o patrimônio histórico e cultural da humanidade e integra suas linguagens às artes visuais, dança, música e teatro.

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, p. 19, 2017).

O capítulo 1, “Universo de sons, gestos e imagens”, apresenta expressões da dança, teatro e música que fazem parte da história da humanidade. O capítulo 2, “Criando Ilusão”, apresenta como conteúdo as cenas de teatro, a produção de sons e a dança e ilusão. O capítulo 3, “Onde está a Arte?”, traz propostas teatrais com estratégias para inserir os alunos no universo cultural e artístico do teatro, além de propor expressões de monumentos históricos e sociais apresentados como Patrimônios Culturais Materiais e Imateriais. Verifica-se que a cultura local não é contemplada em nenhum momento, mas se enquadraria perfeitamente nas oportunidades temáticas.

Os capítulos 4, 5 e 6 nomeados respectivamente como “O som que vem das ruas: arte de versar e cantar o Brasil”, “Instrumentos musicais e propriedade do som” e “A forma e o espaço nas artes visuais” apresentam aos alunos a arte, por meio de representação dos sons, e possibilita o estudo e apreciação de festas e gêneros musicais tradicionais da cultura brasileira. Novamente, verifica-se que o estudo abrange apenas a cultura brasileira e em algumas citações, em âmbito estadual. Todavia, a cultura local, a regional mineira e a municipal não estão explícitas neste material, o que não justifica que o trabalho não possa acontecer por meio de uma correlação entre os conteúdos e a realidade cultural deles, porém como este não é um trabalho sugerido no MD, fica a critério e à disposição do docente esta proposta de trabalho.

4.3.3 CIÊNCIAS - BURITI MAIS (EDITORA MODERNA)

O ensino de ciências, neste material nomeado por “Buriti Mais”, inclui a compreensão do processo pelo qual o conhecimento científico é construído, contribuindo para o autoconhecimento e a formação da identidade dos alunos. O material do aluno permite o uso de práticas como: pesquisas, comparação, testes, registros e análise de dados. Isso traz aos alunos a ideia de que os conceitos não são meras “descobertas”, mas resultados da elaboração humana, incluindo suas contradições, incertezas e aproximações, o que depende também dos contextos e das influências culturais e sociais da época na qual foram pensados.

Surge neste tópico de conteúdo uma possibilidade de trabalho com a cultura local em uma linguagem interdisciplinar com outras áreas do conhecimento. Por ser apresentado de forma implícita, cabe ao professor querer ampliar os conhecimentos dos alunos e aprofundar a temática de ensino ou apenas ficar no âmbito superficial do trabalho.

Nos anos iniciais, as unidades temáticas valorizam elementos mais concretos, tendo o meio que cerca os alunos como referência. Neste MD são apresentadas três unidades temáticas em Ciências da Natureza. Explora os objetos de conhecimento em todos os capítulos, a partir das habilidades desenvolvidas na BNCC para o 4º ano do Ensino Fundamental, sendo divididas em quatro unidades: Unidade 1: A vida que a gente não vê; Unidade 2: Seres vivos e ecossistemas; Unidade 3: A matéria e suas transformações; Unidade 4: Terra e Universo.

Desse modo, verifica-se um vasto trabalho com o conteúdo de Ciências apresentado neste tópico de trabalho por meio do MD “Buriti Mais” da Editora Moderna, com conteúdos alinhados à BNCC e à realidade dos alunos, com propostas práticas de construção de conhecimento, porém novamente verifica-se neste MD ausência de um trabalho interdisciplinar específico incluindo a temática almejada por esta pesquisa.

4.3.4 EDUCAÇÃO FÍSICA - PRÁTICAS CORPORAIS (EDITORA MODERNA)

Este MD também utiliza a BNCC (2017) como documento orientador, tendo como referência os objetivos de aprendizagem preconizados para o componente curricular de Educação Física.

A Educação Física é inserida na área de Linguagens, pois as práticas corporais presentes na cultura corporal de movimento se apresentam com textos culturais, permitindo produção, reprodução e interpretação. A construção de valores neste material refere-se às discussões que viabilizam a aprendizagem de valores, considerando a formação de um cidadão crítico a partir das práticas corporais. As dimensões do conhecimento delineadas pela BNCC foram priorizadas nas atividades propostas, objetivando atribuir significados concretos e possibilidades didáticas às orientações curriculares preconizadas no documento.

As unidades temáticas, os objetos de conhecimento e as habilidades elencadas na BNCC estão assim distribuídos e relacionados às propostas de práticas didático-pedagógicas no volume do 3º ao 5º ano. As unidades temáticas desta unidade são: dança – ginásticas – esportes – brincadeiras – jogos – lutas.

Pode-se notar que o material contempla em suas unidades temáticas a cultura indígena, algumas manifestações histórico-sociais importantes, danças e brincadeiras da cultura popular brasileira, elementos básicos das ginásticas e acrobacias, experimentos e construção de valores, diferenças entre os jogos e esportes, bem como jogos de diferentes culturas populares, manifestações de ginásticas, esportes e lutas e várias danças da cultura popular brasileira e do

mundo, porém não se observa no material uma atividade específica com a proposta temática desta pesquisa acerca da cultura local, embora todas as propostas analisadas estejam de acordo com as habilidades propostas pela BNCC.

Neste ponto do trabalho é possível estabelecer a interdisciplinaridade com a história local por meio de relações de significado entre o nome da cidade e propostas lúdicas de atividades rítmicas, esportivas, etc., porém tais propostas não são efetivadas por este MD, ficando então, a critério do professor executá-las ou não.

4.3.5 GEOGRAFIA – BURITI MAIS (EDITORA MODERNA)

O ensino da Geografia neste livro “Buriti Mais”, também da Editora Moderna, apresenta esta disciplina escolar como fornecedora de instrumentos para que o aluno desenvolva a consciência espacial. Para isso, o MD deixa claro que é preciso alfabetizar o aluno em Geografia, o que consiste em prepará-lo para ler e escrever o espaço, isto é, compreender e representar o mundo, seus lugares e suas paisagens.

[...] é uma estratégia cognitiva disciplinar que, na parceria com as demais áreas, permite ao aluno adquirir uma visão do mundo, reconhecer e estabelecer seu lugar no espaço geográfico, o que inclui a noção, também, da sua possibilidade de exclusão. (Schaffer apud Buriti, p.89, 2003).

Nesse sentido, a apropriação da linguagem cartográfica torna-se fundamental. Ela é contemplada neste MD como algo que permite ao aluno não somente ler, mas também compreender e representar graficamente a realidade. Para Lana de Souza Cavalcanti, a cartografia é:

Um importante conteúdo do ensino por ser uma linguagem peculiar da Geografia, por ser uma forma de representar análises e sínteses geográficas, por permitir a leitura de acontecimentos, fatos e fenômenos geográficos pela sua localização e pela explicação dessa localização, permitindo assim sua espacialização. (Cavalcanti apud Buriti, p.39, 2002).

Este MD parte do entendimento do aluno de que a contribuição da Geografia para a sua formação resultará da compreensão que ele terá da realidade, em seu conjunto, e o conhecimento sobre o mundo e sobre o lugar em que vive contribuirão para sua formação cidadã.

No livro do 4º ano, trabalha-se com a organização político-administrativa do Brasil, suas paisagens naturais e sociais. Aborda-se, também, a produção e o trabalho no campo e na cidade

e suas interdependências e a formação da população brasileira, o que dá um gancho significativo para o trabalho a respeito da cultura local, que não é contemplada neste material, mas que aparece em um sentido mais amplo enquanto Cultura Regional.

Enfim, conclui-se esta análise do MD de Geografia, ressaltando novamente que há uma enorme possibilidade de trabalho com a cultura local na gama tecida pelos conteúdos apresentados pelo livro didático “Buriti Mais”, mas não há uma proposta explícita de trabalho com a temática, visto que o foco do trabalho relaciona-se ao circuito regional e nacional e não local. Diante das propostas, fica a critério e vontade do professor realizar ou não esse tipo de trabalho, o que não pode ser avaliado neste material.

4.3.6 HISTÓRIA - BURITI MAIS (EDITORA MODERNA)

O material de História “Buriti Mais” apresenta o estudo da história como forma específica de conhecimento e contribui ativamente para atingir um dos principais objetivos do Ensino Fundamental: garantir formação dos alunos para a cidadania, desenvolvendo a compreensão do seu papel na sociedade.

Neste contexto, um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamentos e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania. (BRASIL. p.350, 2017).

Para alcançar seus objetivos, o ensino de História proposto por este material possibilita aos alunos a observação da sua realidade no presente e o conhecimento de aspectos do seu passado, além de estimular a investigação de diferentes processos e sujeitos históricos e a discussão de relações entre grupos humanos em diferentes tempos e espaços. Nos livros destinados ao 1º, 2º e 3º anos, privilegia-se a assimilação de noções temporais básicas para o estudo da História e o contato com diversas fontes históricas. A partir do 4º ano, os alunos devem trabalhar processos mais longos na escala temporal, como a circulação dos primeiros grupos humanos, a ocupação do espaço, o desenvolvimento e a expansão do comércio, as grandes navegações.

Assim, os conceitos de História neste material estão organizados de modo a favorecer, especialmente, o desenvolvimento da reflexão crítica sobre os grupos humanos e relações que estabelecem suas histórias, formas de organização, modos de vida em diferentes tempos e espaços, além de contemplar temas como, a história pessoal da criança, da família, da escola, das tradições e da cultura da localidade (comunidade, bairro, povoado ou município), do país e do mundo e permite ao aluno estabelecer inúmeras relações, proporcionando às crianças ampliar a compreensão de sua própria história, de suas formas de viver e de se relacionar, bem como identificar diferenças e semelhanças entre as histórias vividas pelos colegas, entre grupos sociais do presente e do passado, ouvir história de vida, investigar memórias de familiares e de outros adultos são atividades que auxiliam a percepção de que as histórias individuais e coletivas participam da construção da história da sociedade e são fontes valiosas de conhecimento histórico.

Embora neste momento o material aborde a temática da cultura local, o trabalho específico com as identidades dos municípios não é explorado, ficando apenas na superficialidade da questão temática e no sentido mais amplo da formação do Brasil.

4.3.7 MATEMÁTICA - BURITI MAIS (EDITORA MODERNA)

O livro é composto de nove unidades, nas quais são explorados de forma íntegra ou intercalada os quatro blocos de conteúdos: “Números e operações, Espaço e forma, Grandezas e medidas e Tratamento da informação”.

No começo de cada unidade, há uma abertura contendo uma grande imagem que leva os alunos e refletirem sobre os assuntos que serão estudados na unidade. As demais páginas apresentam o desenvolvimento de conteúdos por meio de Atividades e Problemas variados e das seções “Compreender problemas, Compreender informações, A Matemática me ajuda a ser..., Matemática em textos e Para terminar”. Após as nove unidades, há ainda a seção “Matemática em jogos”, que continua a desenvolver conteúdos por meio de jogos, e o Glossário, que permite a consulta rápida a respeito do significado de determinados termos matemáticos.

Entende-se que o livro didático em si não apresenta a possibilidade de trabalho com a temática da cultura local, todavia a interdisciplinaridade com os eixos integradores de História, Geografia, Língua Portuguesa e Arte possibilitariam a construção de projetos investigativos que promovessem o estudo do tema.

4.3.8 PORTUGUÊS - BURITI MAIS (EDITORA MODERNA)

O ensino da leitura e da escrita tem sido amplamente discutido por pesquisadores e educadores, conforme indicam os objetivos apontados por Teberosky e Tolchinsky. Atualmente, há muitos estudos que indicam a importância de o ensino de leitura e de escrita ocorrerem em contextos significativos para a criança.

Por isso, o foco principal do trabalho em Português é a significação da leitura e da escrita e este MD foi organizado a partir de alguns propósitos comunicativos. Esses propósitos funcionam neste livro didático como organizadores gerais das atividades, tanto de uso quanto de reflexão sobre a língua e a linguagem. Os textos selecionados para cada unidade estão organizados por gêneros: entrevistas, conto, reportagem, propaganda, biografia, etc., e são trabalhados na seção “Para compreender o texto” e “Como ler o texto” em que o MD aborda alguns aspectos básicos da textualidade para garantir a aproximação dos alunos com essas formas de discurso.

Neste MD, pode-se notar que são trabalhados temas gramaticais, expressões idiomáticas, figuras de linguagem, recursos de estilo que contribuem efetivamente para a construção do significado e/ou expressivamente do texto. Os textos são, muitas vezes, o ponto de partida para a reflexão e a troca de ideias a respeito de valores que transitam nas esferas pessoal e social. Nesse boxe são trabalhados temas relativos à cidadania, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, entre outros.

Enfim, infere-se que o material didático de língua portuguesa apresenta conteúdos relevantes à aprendizagem dos educandos, está alinhado às proposições estabelecidas pelos documentos legais atuais e possibilitam ao aluno o contato real com a língua materna.

Todavia, não se localiza nesta análise um trabalho específico com a temática desta pesquisa, verificando novamente uma lacuna existente neste cenário educacional, ficando a critério do docente o estabelecimento de uma correlação ou um trabalho interdisciplinar com a temática em questão.

4.3.9 PROJETOS INTEGRADORES (AR - APRENDER E RELACIONAR) - (EDITORA MODERNA)

A utilização de metodologias ativas integradas ao currículo é contemplada neste MD por meio de situações que requerem a reflexão sobre alguns componentes fundamentais desse

processo: o papel do professor e dos alunos em uma proposta de condução da atividade didática que se distancia do modelo considerado tradicional; o papel formativo da avaliação; a contribuição das tecnologias digitais; a organização do espaço, que requer uma nova configuração para dar oportunidade à colaboração e ao uso integrado das tecnologias digitais; o papel da gestão escolar; e a influência da cultura escolar nesse processo. O papel desempenhado pelo professor e pelos alunos sofre, portanto, neste MD, alterações em relação à proposta de ensino centralizada na transmissão de saberes de um, o professor, para muitos, os alunos.

Cada livro desta coleção apresenta quatro projetos. Cada projeto tem características específicas, relacionadas ao tema por ele tratado, e características gerais, estruturantes da ABP (Aprendizagem Baseada em Projetos). Os itens que compõem os projetos são descritos na introdução deste MD, como uma breve orientação sobre a forma de encaminhamento que está alinhada com a metodologia dos projetos.

Os projetos apresentados por este material: 1- Onde estou? Para onde vou? 2- Microorganismos e nós! 3- Quem come o quê? 4- Construindo um filtro de água procuram contextualizar, de alguma forma, o que será trabalhado com a realidade do aluno; iniciam com uma visão ou uma ideia surgida de uma discussão, pela leitura de uma imagem, de um artigo ou de um texto, entre outros recursos. O objetivo do projeto e o produto final estão relacionados à questão norteadora, visto que esta não pode ser ampla demais, sob pena de não ser respondida, nem pode ser objetiva a ponto de ser respondida com uma única atividade.

O projeto “Onde estou? Para onde vou?” tem como objetivo fazer os alunos se familiarizarem com os pontos cardeais. Aspectos de Língua Portuguesa são mobilizados nos momentos de registros individuais, de debates em duplas ou em grupos, de sistematização por escrito, de leitura e de apresentação dos conhecimentos construídos. Em Matemática, são explorados aspectos de Geometria e medidas de comprimento e tempo.

O projeto “Os microrganismos e nós!” tem como objetivo levar os alunos à reflexão sobre a existência e a importância dos microrganismos. A investigação e a identificação do tema pelos alunos possibilitam o trabalho de conceitos de Ciências. A formulação de questionamentos, a pesquisa em diferentes meios e a leitura de texto instrucional na realização de atividades práticas abordam os aspectos de Língua Portuguesa. Em Matemática, serão trabalhados conceitos relacionados às medidas e ao cálculo proporcional de quantidade dos ingredientes.

O projeto “Quem come o quê?” trabalha alguns aspectos relacionados à alimentação humana. Os estabelecimentos de relações alimentares entre os seres vivos e a análise dos

impactos das alterações ambientais na produção de alimentos e nas cadeias alimentares exigem que os alunos conheçam conceitos de Ciências. As habilidades exigidas em Língua Portuguesa são exercitadas e desenvolvidas. Parte das tarefas do projeto envolve a análise de mapas, cálculo de área, além de reflexão sobre como conciliar interesses econômicos, necessidades alimentares da população e preservação da natureza que promovem o desenvolvimento de habilidades de Geografia e Matemática.

O projeto “Construindo um filtro de água” tem como objetivo levar os alunos à reflexão sobre o processo do tratamento de água e a importância dele para tornar a água adequada para o uso e o consumo dos seres humanos. Nessa perspectiva, a construção de um protótipo de filtro envolve aspectos de Ciências, Língua Portuguesa, Matemática e Arte. O estudo das probabilidades e dos estados físicos da água possibilita o trabalho com conceitos de Ciências. Serão abordadas, também, a organização e a análise de dados em tabelas, a medição e a estimativa da massa e o uso de unidades de medidas adequadas, aspectos inerentes à Matemática. A interpretação de textos, a produção de texto com base em observações experimentais e pesquisas e a ênfase das linguagens oral e escrita para o registro dos aprendizados, trabalham aspectos da Língua Portuguesa. A criação coletiva do modelo de filtro promove o trabalho com Arte.

Observa-se neste conteúdo uma vasta possibilidade de se estabelecer um trabalho efetivo com a temática da cultura local, por meio de projetos de conteúdos explícitos ou implícitos e/ou contidos em atividades interdisciplinares, mas não é visível em nenhuma das etapas de elaboração dos projetos estabelecidas neste livro didático.

4.4 UMA ANÁLISE GERAL DOS MDs

A partir da análise e reflexão dos materiais didáticos estudados no decorrer deste capítulo, pode-se notar que os conteúdos apresentados pelos MDs são atuais e estão em grande parte, em consonância com as temáticas de estudos propostas pela BNCC e CRMG, porém em relação ao estudo da cultura local, ainda evidencia-se uma lacuna existente nesses materiais, visto que poucas são as vezes em que esta temática é levada em consideração, nos temas percorridos nos MDs.

Geralmente, o que se observou durante as análises dos materiais descritos acima foi um trabalho específico com esta temática nas disciplinas de História e Geografia, porém ainda de forma bastante superficial às proposições estabelecidas pelas legislações vigentes, o que

justifica este estudo como mecanismo de suprimento de uma lacuna existente na educação básica.

Além dos materiais do 4º ano, descritos neste capítulo, ainda foram analisados os materiais de todos os segmentos da educação básica. Em todos estes, verificamos esta leveza no tangente à cultura local, enquanto identidade histórica municipal, caracterizando esta lacuna no Ensino da temática na Educação Básica, uma vez que as legislações garantem e propõem um trabalho específico com esta temática, o que efetivamente não é contemplado nos MDs e, utilizado, na maioria das vezes, como um único material de trabalho do professor em sala de aula.

5. A HISTÓRIA QUE O NOME ENUNCIA

Este capítulo da pesquisa busca focalizar a importância de um estudo efetivo sobre a cultura na escola, a partir de uma tomada de consciência sobre os processos históricos de nomeação/renomeação dos municípios mineiros que compõem a Superintendência de São Sebastião do Paraíso e propõe uma reflexão sobre a linguagem enquanto instrumento de poder e resultado de um processo de identificação ou rejeição que permite construir as chamadas subjetividades.

Tem como base construtiva o processo de formação histórica e de nomeação da cidade de GUAXUPÉ por meio da linguagem e seus elementos essenciais, partindo-se da premissa de que esta leva ao conhecimento da cultura e à compreensão dos sentidos históricos reais, muitas vezes apagados e esquecidos ao longo do processo histórico de formação e de nomeação/renomeação dos municípios e intenciona-se, como preconizado pela BNCC (2017, p. 67), em uma possibilidade de relacionar os textos a seus contextos de produção e ao desenvolvimento de habilidades, bem como do uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção, buscando preencher uma lacuna existente no ensino da Educação Básica sobre a história que marca o processo de ocupação, nomeação, exploração e formação dos municípios, dentro do contexto histórico nacional brasileiro.

Embasada na teoria do pesquisador linguista Eduardo Guimarães, Nietzsche e Foucault e em documentos legais regentes na atualidade, especificamente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), tal pesquisa traz como proposta de estudo e centralização a realidade da Educação básica brasileira e possibilita explorar o processo designativo do nome da cidade GUAXUPÉ, agrupando informações a partir dos Domínios Semânticos de Determinação, DSDs, além de explicitar os conceitos desenvolvidos por Guimarães, nessa linha teórica.

Para tal realização, considerou-se a temática da importância da incorporação da cultura local no processo de ensino-aprendizagem dentro das escolas, especificamente naquelas do Circuito Sul Mineiro zoneado pela Superintendência Regional de Educação de São Sebastião do Paraíso, embasado na ideia de identidade cultural municipal como um elemento que nutre o processo educacional e que tem um papel de suma importância na formação de um indivíduo crítico e socializado.

Portanto, foi necessário considerar neste processo de análise, o acontecimento de enunciação e traçar uma disparidade entre o presente do evento de nomeação e a história local e a temporalidade dos fatos que deram origem a esta nomeação.

5.1 MATERIAL E MÉTODO - GUAXUPÉ

Nietzsche leva à reflexão sobre a vida do cidadão a partir de suas escolhas e chama a atenção sobre a ideia de “eterno devir”: tudo veio a ser. Ressalta que não existem fatos eternos, assim como não existem verdades absolutas. Portanto, apresenta o filosofar histórico como doravante necessário, uma vez que, com ele, a virtude da modéstia nos propõe pensar o homem e o mundo não como uma eterna veritas (verdade eterna), mas como um devir.

Nesse sentido, o devir nietzschiano não está atrelado a um telos, a uma causa final, sem a qual o ser não pode ser definido e conhecido, mas supõe a multiplicidade do fenômeno humano, a impossibilidade de enclausurar essa realidade, para tomar emprestado um termo de Sartre, em esquemas universais, acabados, conhecidos *in aeternum* (para todo o sempre).

Do ponto de vista da linguagem, Foucault (2004) apresenta esta como uma tomada de prática social, revestida de grande relevância na constituição de tipos de subjetividades e nas relações dos indivíduos em diferentes esferas sociais e na relação entre o eu e o outro. Fala sobre as discursividades, que atravessam o texto oral ou escrito, e sobre como representam os sujeitos e estão atreladas a fatores econômicos, geográficos, sociais e culturais, uma vez que a linguagem institui discursivamente jogos de verdades (FOUCAULT, 2004) em que as relações de poder são definidoras.

Por fim, haverá uma consideração sobre os nomes que dizem Histórias das cidades que compõem o Circuito Sul - Mineiro (GUAXUPÉ) e mostrado, a partir de uma reflexão sobre o nome e seus sentidos, configurada no interior de uma concepção enunciativa e histórica da linguagem, embasado na teoria da Semântica do Acontecimento, de Eduardo Guimarães, como possibilidade de evidenciar que a identidade dos estudantes, enquanto brasileiros é, em suas particularidades regionais, influenciada por sua cultura.

Este estudo iniciou-se a partir da leitura do texto que se encontra no site da Prefeitura Municipal de Guaxupé, especificamente na área caracterizada por Patrimônio Histórico, e do levantamento das reescrituras. Pode-se ver que no texto analisado existiam muitas datas que referenciavam os marcos históricos que determinaram a história de nomeação e emancipação da cidade de Guaxupé; por isso os Domínios Semânticos de Determinação, DSDs, foram construídos levando em consideração tais datas.

A partir do levantamento de datas, foram selecionadas as palavras-chave para se estudar, analisar e compreender o processo de designação, nomeação, formação histórica, apagamentos e evidenciamentos que determinam a formação histórica e nomeação da cidade GUAXUPÉ.

O texto será finalizado com um breve relato conclusivo dos resultados encontrados nos materiais analisados e pesquisados.

5.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Friedrich Nietzsche, Foucault e Guimarães apresentam neste texto uma reflexão sobre a linguagem enquanto instrumento de poder e resultado de um processo de identificação ou rejeição, que permite construir as chamadas subjetividades e que têm papel fundamental na formação do caráter do indivíduo, bem como na compreensão de suas marcas e características identitárias que surgem a partir de um processo histórico/cultural.

5.2.1 FRIEDRICH NIETZSCHE

Friedrich Nietzsche propõe uma reflexão crítica acerca da democracia e de seus elementos essenciais, partindo-se da premissa de que esta leva ao empobrecimento da cultura e à indistinção entre governantes e governados. Para Nietzsche, a supervalorização da igualdade é algo repugnante e, parte do pressuposto de que na era moderna, não são os poetas e os grandes homens que produzem as representações do mundo e da vida, mas sim os escravos rudes e grosseiros, malfadados à sua eterna condição. Ou seja, para Nietzsche, a doutrina da igualdade é uma doutrina que vem de baixo, é algo do povo inferior, e não dos aristocratas no sentido aristotélico e nobre do termo.

Nietzsche ainda deixa claro que as relações de poder são constitutivas e indissociadas da vida humana, uma vez que para os gregos, por exemplo, trabalhar era sinônimo de vergonha; para os modernos, é sinônimo de dignidade. Entretanto, para o surgimento dos grandes homens, é necessário que uns trabalhem e outros não; uns tenham tempo para pensar e outros não; uns tenham ócio e outros não. Somente assim, segundo o filósofo alemão, será possível o progresso da humanidade. Deve-se ter em mente que a escravidão é a essência da civilização.

Desse modo, a era moderna equaliza senhor e escravo sob a ideia de todos são iguais perante a lei e, em virtude desta equalização, não há pessoas com tempo para pensar em coisas maiores e amplas sobre e para a humanidade. Neste caso, dialoga-se diretamente com Rousseau. Segundo Nietzsche, quando Rousseau defende o bom selvagem, ele nega as grandes obras da civilização. Rousseau seria negligente, pois, efetivamente, são os grandes homens que revolucionam e fazem a história, e não as massas.

Assim, a escravidão é a destruição da possibilidade que os homens têm de construir os grandes homens. O líder, por exemplo, não pode ficar restrito ao trabalho material, pois só se pode saber e criar se tiver disponibilidade de tempo. Mais especificamente, sem a escravidão não há cultura, civilização ou homens grandes. O homem tem potencialidades, mas a modernidade frustra o seu desenvolvimento.

A democracia, para Nietzsche, opõe-se ao sentido histórico, pois adota a “religião da novidade”, negando o passado. Ela é partidária da barbárie e da revolução, esquecendo o peso dos valores construídos historicamente, de modo a torná-los meras abstrações facilmente revogáveis.

Como se pode ver, para Nietzsche, a democracia é um movimento irreversível dentro da Europa que se apresenta em diferentes versões. A noção de democracia abrange, deste modo, o aspecto sociológico, político, histórico e cultural.

Em virtude desta condição, é preciso que os homens que queiram se contrapor à democracia sejam muito fortes e desejosos, pois, no mundo moderno, impulsionou-se a feminização e a fragilização dos indivíduos. Este mundo é uma doença que vai tomando o homem e fragilizando-o de modo a desprovê-lo de qualidades. Para evitar isso, os novos filósofos devem apoiar a sua moral na vida, e não na morte, de modo a transvalorar a dicotomia entre bem e mal.

O homem moderno só reconhece a figura do espelho dele, que seja igual a ele e, em decorrência disto, o rebanho sempre joga pedras nos diferentes. O próprio grande homem, tendo em vista a força irreversível da democracia, pode ser engolido por este movimento democrático a qualquer momento. O rebanho é tirânico e, se a sua tirania for eficiente, a possibilidade da construção de grandes homens se reduz na mesma proporção da coragem de se contrapor ao mundo moderno. O homem especial, o excepcional, não só se vê perseguido como também é forçado a introjetar algum tipo de culpa, condenando a si mesmo por não ser medíocre, por não ter uma alma de rebanho.

Desse modo, havendo uma linguagem do forte, há por sua vez uma do fraco, uma linguagem do rebanho. É dela que se deve precaver. Há nela um evidente discurso do ressentimento, que atribui todas as desgraças do mundo e da sua vida aos outros. Incapaz de assumir a sua responsabilidade pessoal (atributo apenas dos fortes), o medíocre transfere a causa dos seus inúmeros fracassos e decepções a tudo o que está além e acima dele. O sentimento do rebanho – expressão coletiva do medíocre e do baixo – volta-se então contra o que se destaca acusando-o de não ter fracassado e sucumbido na vida como os demais.

Nesse sentido, Nietzsche inverte o primado marxista de que as ideias dominantes são as da classe dominante. Para Nietzsche, ao contrário, são os dominadores que têm que se precaver das perigosas e ameaçadoras ideias dos dominados, invejosas e pervertidas que foram exatamente por terem sido de alguma forma oprimidas.

Dáí inferir-se que o filosofar histórico é necessário para limpar os conceitos atemporais acerca do homem e instaurar uma nova forma de compreensão dele. É preciso tomar o homem, tal como aparece em uma determinada configuração histórica e encará-lo sob esta contingência, reconhecendo a limitação dos resultados dessa proposição, pois a configuração humana varia de acordo com o tempo, o lugar, os costumes e tantas outras variáveis que compõem este mosaico que é o homem.

5.2.2 FOUCAULT, LINGUAGEM E PODER

A linguagem, tomada como prática social, reveste-se de grande relevância na constituição de tipos de subjetividades e nas relações dos indivíduos em diferentes esferas sociais, na relação entre o eu e o outro. As discursividades que atravessam o texto oral ou escrito representam os sujeitos e estão atreladas a fatores econômicos, geográficos, sociais e culturais. A linguagem institui discursivamente jogos de verdades (FOUCAULT, 2004) em que as relações de poder são definidoras.

Sabe-se que a linguagem é o maior recurso que o ser humano possui para alcançar tudo o que mais deseja na vida, pois é através dela que se influencia e provoca as mudanças necessárias para a construção de uma vida melhor. Ter o domínio da língua é primordial para a inserção do indivíduo em todo o seu contexto social.

Assim sendo, a escola, instituição fomentadora do conhecimento, quando deixa de realizar seus objetivos de inserção de seus alunos em práticas de linguagem, proporcionam a exclusão do indivíduo. Para Foucault, é na perspectiva de contribuir para a reflexão de uma escola mais democrática que a linguagem deve ser trabalhada como mecanismo de inclusão e não de reclusão.

Dessa forma, privilegiar o saber do aluno e toda sua identidade cultural é fundamental na construção da escola que se busca: mais democrática, mais participativa, mais humana, mais justa, mais inclusiva. Para Foucault (2015 p. 132), o papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” é, antes de tudo, o de lutar contra as formas de poder, exatamente como ele é: ao mesmo tempo objeto e instrumento na ordem do saber da “verdade” e da “consciência” do discurso.

Todavia, a linguagem enquanto constituição do sujeito, não pode simplesmente ser concebida como um instrumento de comunicação ou transmissão do pensamento, pois além de englobar múltiplos significados possibilita reconhecer esse sujeito enquanto indivíduo, pertencente a uma determinada região, a um determinado grupo e a uma determinada classe social. Portanto, deve-se pensar nas identidades sociais como produto de interação e do convívio com o outro, pois é nesse contato por meio da linguagem que formamos a nossa personalidade e significamos o mundo. A linguagem é, pois, o resultado de um processo de identificação ou rejeição, que permite construir nossas chamadas subjetividades, o que tem papel fundamental na formação do caráter do indivíduo.

Assim, para Foucault, cada indivíduo assume seu papel disciplinador na escala de poder:

Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é, portanto nem território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na fila: o lugar que alguém ocupa em uma classificação, (...). Ela individualiza os corpos por localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações. (2014, p. 143).

Tendo por base que os discursos são formados por meio das oposições e ou assimilações com outros discursos, é nítida a existência de uma relação entre o interdiscurso e o intradiscorso, o que está sendo dito em um determinado momento, sob certas condições de produção discursiva, porque ao manifestar-se discursivamente o sujeito já transpõe as verdades constituídas pela sociedade ao longo de sua existência.

Desse modo, pode-se notar que os discursos utilizados ao longo da formação da sociedade, além de estabelecer relações de poder, estão na confluência de dois eixos: o da matéria e o da realidade, e deles obtêm-se seus sentidos. Foucault afirma:

Por saber dominado se deve entender outra coisa e, em certo sentido uma coisa inteiramente diferente, uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados, saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade. (2015, p. 266).

Segundo a visão foucaultiana, o poder se expressa nas diversas relações sociais; assim, pode-se falar que a vida em sociedade se estabelece a partir das relações de poder que se tem com o outro. São relações de poder que se manifestam de múltiplas formas; não possuem localização e nem sujeitos específicos. Assim, somos todos fatores de poder, pois tanto esse poder é exercido como quantos são exercidos por ele.

A construção dos conhecimentos novos, de acordo com Foucault, só se torna possível quando há interesses comuns; quando aprendizagem significativa é aliada às vivências dos sujeitos participantes do processo. Respeitando os saberes dos alunos, sua cultura e o meio em que vivem, chega-se mais facilmente a novos saberes. Dessa forma, prestigiar uma prática de ensino voltada à realidade cultural do meio ao qual a escola esteja inserida é uma forma de ressignificar a prática de ensino.

Em relação ao poder, Foucault deixa claro que essa relação é intrínseca às sociedades e encontra-se arbitrária, enganadora e propagadora de exclusão e, por isso, ao longo da história, algumas lutas são travadas na intenção da busca de soluções.

Foucault propõe a reflexão sobre este domínio da língua como primordial para a inserção do indivíduo ao seu meio social e, em todo o seu contexto social, afirma que não saber utilizá-la de acordo com as normas que a regem é se ver excluído de uma participação mais atuante nos contextos exigidos nas muitas e variadas situações de interação.

Deste “poder” é necessário distinguir, primeiramente, aquele que exercemos sobre as coisas e que dá a capacidade de modificá-las, utilizá-las, consumi-las ou destruí-las - um poder que remete a aptidões diretamente inscritas no corpo ou mediatizadas por dispositivos instrumentais, digamos que, neste caso, trata-se de capacidade. O que caracteriza, por outro lado, o ‘poder’ que se analisa aqui, é que ele coloca em jogo as relações entre indivíduos, pois não deve deixar enganar-se: fala-se do poder das leis, das instituições ou das ideologias; fala-se de estruturas ou mecanismos de poder, o que é apenas na medida em que se supõe que ‘alguns’ exercem poder sobre os outros. (1995, p. 240, grifos do autor).

No contexto histórico das sociedades, exemplos de lutas por reconhecimento são antigos. Essas lutas se dão a partir das relações de poder estabelecidas na sociedade. Um exemplo disso é a busca por igualdade de direitos que a mulher tem procurado conquistar. A mulher que, por muito tempo, foi subjetivada pelos discursos preconceituosos dos machistas.

Já no ambiente escolar, a luta das relações de poder está nos papéis desempenhados pelos membros que compõem essa instituição social. As normas estabelecidas para cada um deles são imprescindíveis para o bom convívio; elas também estabelecem situações de hierarquia e autoridade nesse ambiente. A ordem e a disciplina são fatores organizacionais do contexto escolar e ninguém está imune a estas normas disciplinares que regulam o sistema educacional. Assim, para Foucault cada indivíduo assume seu papel disciplinador na escala de poder.

O professor, pela ordem hierárquica, tem o poder de promover essa liderança, sobre os alunos, mas subordina-se às autoridades superiores que regulamentam seus deveres:

cumprimento de horários, organização dos diários de classe, disciplina do aluno, elaboração de provas, monitoramento dos conteúdos, entre tantas outras obrigações. A escola enquanto instituição de educação deve exercer o papel de empoderar o indivíduo, pois é dela também o papel de preparar o indivíduo para a vida social. Todavia, os discursos de poder que sempre permeiam o ensino, ao invés de dar poder aos alunos, passaram a ser fruto de dominação e exclusão, pois a instituição escolar tem negado saberes constitutivos de cada ser: sua cultura, seu contexto social e a sua linguagem, além de confundir ou não exercer com retidão a autoridade hierárquica, em detrimento do autoritarismo do poder.

5.2.3 EDUARDO GUIMARÃES E A LINGUAGEM SOB UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Eduardo Guimarães propõe em seu livro “Análise de texto – procedimentos, análises, ensino” um estudo e análise textual a partir da perspectiva de funcionamento e articulações argumentativas em relação ao texto e apresenta a “Semântica do Acontecimento” como uma questão textual que contém significado e não como uma disciplina linguística encarregada de estudar o texto. “A semântica, na forma como ela tem sido praticada, não tem como objeto o texto; assim não cabe a ela, com seus procedimentos de análise, estudar o texto, interpretar e compreender textos”. (GUIMARÃES, p.13, 2017).

De acordo com os escritos de Guimarães citados no livro acima, o estudo semântico enunciativo é estabelecido ao “desenvolver procedimentos próprios para a interpretação e compreensão do texto”. (GUIMARÃES, p.13, 2017).

Assim, o objetivo principal deste trabalho não é descrever funcionamentos, analisar textos, “lê-los”, dizer que sentido eles têm, ou melhor, que sentidos produzem, numa relação de leitura. Para isso, desenvolveu-se um procedimento específico de análise de texto, tomando como posição fundamental a consideração do funcionamento enunciativo e os desenvolvimentos da semântica da enunciação. (GUIMARÃES, p.13, 2017).

Dessa maneira, a proposição deste capítulo, no artigo, apresentará como aporte teórico *A Semântica da Enunciação* de Eduardo Guimarães, que propõe um tipo de análise textual diferenciado em relação ao texto ou, neste caso, da história de nomeação das cidades, a partir da sua valorização, enquanto unidade de significação, considerando o sentido produzido na enunciação como um acontecimento de linguagem, sendo este de nomeação das cidades que

compõem o circuito sul-mineiro, considerado em virtude de estar num certo momento do tempo, antes de outro evento também no tempo.

E o que especifica este acontecimento é a temporalidade que ele constitui. Assim, um acontecimento não é considerado em virtude de estar num certo momento do tempo, antes de um outro acontecimento também no tempo. Não é este aspecto que se considera como especificador de acontecimento. O que especifica um fato é a temporalidade que ele constitui: um passado, um presente e um futuro. Ou seja, um acontecimento é distinto de outro porque ele recorta um passado de sentidos que convive com o presente da formulação do Locutor e assim faz uma projeção de futuro de sentidos que nada significariam não fosse o acontecimento em questão. (GUIMARÃES, p.19 e 20, 2017).

Eduardo Guimarães apresenta o estudo da linguagem, a partir de sua significação do ponto de vista da enunciação. Desenvolveu seus estudos, focado no seu interesse pela história, considerada por ele um elemento fundamental no processo enunciativo. “Num acontecimento em que certo nome funciona, a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas” (GUIMARÃES, 2002, p.27), compreendendo a importância de estudar os processos de designação urbanos e interpretando as questões sobre as relações sociais.

Conhecer o dispositivo teórico formulado pela Semântica do Acontecimento de Guimarães, fez despertar o interesse por explorar o processo designativo dos nomes de algumas cidades mineiras, mais especificamente, nas cidades contidas no Circuito Sul- Mineiro zoneado pela Superintendência Regional de Educação de São Sebastião do Paraíso.

Eduardo Guimarães propõe em seu livro *Análise de texto – procedimentos, análises, ensino* um estudo e análise textual, a partir da perspectiva de funcionamento e articulações argumentativas em relação ao texto e mostra a “Semântica do Acontecimento” como uma questão textual que contém significado e não como uma disciplina linguística encarregada de estudar o texto. “A semântica, na forma como ela tem sido praticada, não tem como objeto o texto, assim não cabe a ela, com seus procedimentos de análise, estudar o texto, interpretar e compreender textos”. (GUIMARÃES, p.13, 2017).

De acordo com os escritos de Guimarães, apresentados neste livro, o estudo semântico enunciativo é estabelecido ao “desenvolver procedimentos próprios para a interpretação e compreensão do texto”. (GUIMARÃES, p.13, 2017).

Assim, o objetivo principal não é descrever funcionamentos, analisar textos, “lê-los”, dizer que sentido eles têm, ou melhor, que sentidos eles produzem, numa relação de leitura. Para isso, desenvolveu-se um procedimento específico de análise de texto, tomando como posição fundamental a consideração do funcionamento enunciativo e os desenvolvimentos da semântica da enunciação. (GUIMARÃES, p.13, 2017).

Desse modo, analisar os nomes das cidades que constituem a Superintendência de São Sebastião do Paraíso, e mais especificamente a cidade Guaxupé, é possível ao se considerar que o processo de formação e ocupação histórica destas terras onde se originaram as cidades, contam com um passado histórico repleto de sentidos que deram origem a seus nomes atuais.

Assim sendo, será necessário considerar, neste processo de análise do acontecimento de enunciação, uma disparidade entre o presente do evento de nomeação e história local e a temporalidade dos fatos que deram origem a esta nomeação.

Guimarães (2007) propõe o conceito de Domínio Semântico de Determinação (DSD) que visa explicar o funcionamento da significação em um texto. Como dito por Guimarães (2002, p.9), a designação pode ser entendida como “significação de um nome [...], uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história”.

Estudar e constituir o que se chama DSD é poder estabelecer as relações que se configuram entre uma determinada palavra, objeto deste estudo, e as outras palavras pertencentes a determinado(s) texto(s). Assim, esclareceu-se a forma como esta palavra é significada nestas relações a partir do funcionamento do memorável que se apresenta enquanto um passado, que juntamente com um futuro – interpretabilidade - e o presente, configurados todos no acontecimento, e que recorta e atualiza a história de sentidos da palavra (GUIMARÃES, 2002). Desse modo, diante da retomada e atualização de enunciados tem-se a configuração de sentidos e o processo de significação.

É importante explicitar, no entanto, que o analista deve utilizar-se de determinados procedimentos metodológicos que lhe permita esclarecer estas relações, apontando a forma como uma e outra palavra determinam e/ou são determinadas. Podem-se citar as diversas formas de reescrituras (GUIMARÃES, 2007) como fundamentais para o estudo das determinações.

As reescrituras consistem nas diversas repetições da palavra estudada no decorrer do texto, mediante substituições, elipses, expansões, por sua condensação, ou ainda pela formulação de sua definição. Tem-se também as articulações e as paráfrases que se apresentam como manipulações importantes nas análises.

5.3 MATERIAL E MÉTODO

A partir da leitura do texto, que se encontra no site da Prefeitura Municipal de Guaxupé, especificamente na área caracterizada por Patrimônio Histórico, realizamos o levantamento das reescrituras. Constatou-se que no texto analisado existiam muitas datas que referenciavam os marcos históricos que determinaram a história de nomeação e emancipação da cidade de Guaxupé; por isso, o DSD (Domínios Semânticos de Determinação) aconteceu levando em consideração tais datas. Com o levantamento das datas, selecionou-se as palavras-chave a partir das quais será estudado e compreendido o processo de designação, nomeação, formação histórica, apagamentos e evidenciamentos que determinam a formação histórica e nomeação da cidade GUAXUPÉ.

Até o começo do século passado, o território em que se situa Guaxupé era mata virgem. As mais antigas referências dão conta de que somente em 1813 pés de homens civilizados pisaram a região que era habitada pelos primitivos "Caminho das Abelhas", significado indígena da palavra Guaxupé, é a versão mais aceita para a denominação que ficou até hoje. Tomou esse nome, por volta de 1814, o ribeirão e mais tarde o arraial, denominado Dolores de Guaxupé. O documento mais antigo sobre posse de terras, até agora conhecido, tem a data de 28 de outubro de 1818: É uma escritura passada em Jacuí e pela qual João Martins Pereira e sua mulher Maria de Jesus do Nascimento vendiam a Antônio Gomes da Silva "terras de cultura de matos virgens e serrados" na paragem do Ribeirão do Peixe vertente para o Rio Pardo, junto a terras do próprio Gomes da Silva, que foi então, ao que tudo indica, o segundo proprietário das terras em que depois surgiu a cidade.

Mais tarde, as terras foram transferidas a Paulo Carneiro Bastos, que doou 24 alqueires para a fundação da Capela de Nossa Senhora das Dolores. Essa área era parte da Fazenda Nova Floresta, e nela, em 1837, celebrou-se a primeira missa, num ato que pôde corresponder ao ato de fundação de Guaxupé. Paulo Carneiro Bastos, Francisco Ribeiro do Valle, o licenciado José Joaquim da Silva e o tenente Antônio Querubim de Rezende, são os nomes que os anais registram como fundadores de Guaxupé. A capela foi construída em 1839 e ao redor dela construíram-se as primeiras casas, exatamente no local onde está hoje a Avenida Conde Ribeiro do Valle, de onde derivava o "caminho de Santa Barbara das Canoas", atual rua Barão. Por volta de 1850, o Arraial de Nossa Senhora das Dolores de Guaxupé já contava com 180 casas, 07 ruas e engenhos. Em 1853, a povoação foi elevada a Distrito de Paz, na jurisdição de Jacuí e, em 1856, criava-se a Paróquia de Nossa Senhora das Dolores de Guaxupé,

pertencente à Câmara Eclesiástica de Caconde, no bispado de São Paulo. Iniciou-se então a construção da nova igreja na atual praça Américo Costa. Francisco Ribeiro do Valle ao falecer, em 1860, 13 de abril, legou "quatrocentos mil réis" à Paróquia. Em 23 de junho de 1854, o povoado foi elevado a Freguesia, no termo de Jacuí e Município de São Sebastião do Paraíso. O município de Guaxupé foi instituído pela lei 556, de 30 de agosto de 1911, com território desmembrado de Muzambinho, e instalado solenemente em 1º de junho de 1912, data em que se comemora. Era uma consequência da grande expansão econômica que tomara vulto desde 1904, quando chegaram os trilhos da Mogiana. A Comarca foi criada em 1925, pela lei 879, de 25 de janeiro. Eis, pois, os traços essenciais da bela história de Guaxupé, a "Cidade das Abelhas".

Fonte: Jornal Diário de São Paulo (Ed. 16 /06/1962),(Texto original retirado do site da Prefeitura Municipal de Guaxupé)

Pesquisa: Historiador Marcos David

Tabela 4 – Reescrituras das linhas, a partir do texto retirado do site da Prefeitura municipal de Guaxupé.

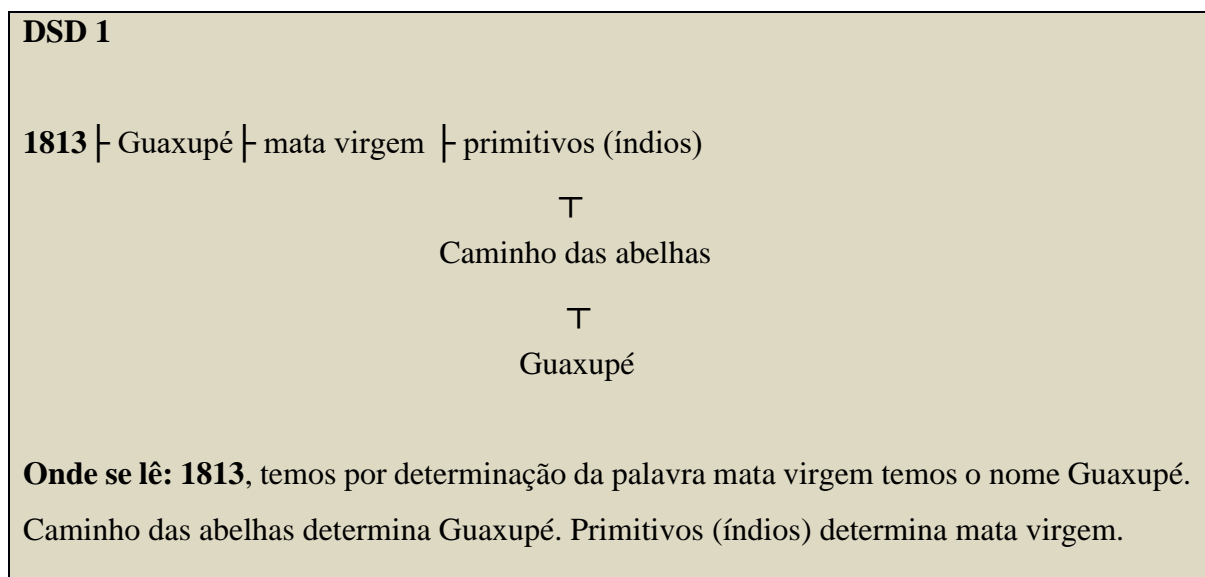
Reescrituras /Linha
1813 - GUAXUPÉ - MATA VIRGEM – PRIMITIVOS (ÍNDIOS) – CAMINHO DAS ABELHAS
1814 - GUAXUPÉ – ARRAIAL – DORES DE GUAXUPÉ
1818 - GUAXUPÉ – JOÃO MARTINS PEREIRA – MARIA DE JESUS DO NASCIMENTO
1837 – GUAXUPÉ – CAPELA NOSSA SENHORA DAS DORES
1839 – GUAXUPÉ – PRIMEIRAS CASAS
1850 – GUAXUPÉ – ARRAIAL NOSSA SENHORA DAS DORES DE GUAXUPÉ – ENGENHOS

1853 – DISTRITO DE PAZ
1854 – FREGUESIA
1856 – PARÓQUIA
1911 – GUAXUPÉ - MUNICÍPIO – TRILHOS DA MOGIANA (1904)
1925 - COMARCA

5. 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como resultado dos DSDs construídos tem-se:

GRÁFICO 1: DSD 1



Verifica-se neste ponto um silenciamento da cultura indígena, uma vez que etimologicamente a palavra “VIRGEM” é um substantivo feminino e masculino, que por extensão determina ou caracteriza o que ainda não é fecundado, ou seja, o que não tem vida,

não tem existência, sendo também empregado como algo jamais utilizado, jamais visto. “3 POR EXT Ainda não fecundado. 4 Jamais visto ou usado: “O que era mata virgem virou tudo descampado [...]” (RJ).”

Nesta condição, verifica-se uma palavra determinante na história de formação da origem de nomeação da cidade de Guaxupé, e o silenciamento de uma cultura tão importante, (indígena) em seu processo de formação que é tido como “NADA” ou “Ninguém”. Ainda no sentido metafórico da linguagem, pode-se relacionar VIRGEM a “vazio”, “nada”, ou seja, o índio não é ninguém e, por isso, não pode ser dono de nada; todavia, uma Terra que ainda era “virgem”, e o índio não é caracterizado como um cidadão!

Em pesquisas, observa-se que a Constituição Federal de 1824 não contemplava a garantia de direitos aos indígenas, considerando a sociedade brasileira homogênea, o que já é revisto na Constituição de 1988, que passa a considerar a sociedade como uma pluralidade étnica, e evidencia o direito e a proteção às comunidades indígenas. Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio, sendo, portanto, o órgão federal responsável pela política indigenista. Já em 1967, foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai), cuja função está relacionada à delimitação, à demarcação, à regularização e ao registro das terras indígenas. É também de responsabilidade do órgão coordenar e implementar as políticas de proteção aos povos indígenas.

Nota-se ainda que foi em meados da década de 90 que o recenseamento passou a incluir os povos indígenas no censo demográfico.

O censo demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, constatou que atualmente há no Brasil aproximadamente 817.963 indígenas. Observa-se que desse total, 502.783 encontram-se na zona rural e 315.180 habitam os centros urbanos e estão distribuídos entre as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 2: DSD 2

DSD 2

1841 | Guaxupé | arraial

┆

Dores de Guaxupé

Onde se lê: 1814, verificamos que o arraial marca o processo de ocupação. Guaxupé já era habitada pelos índios primitivos. Dores de Guaxupé determina a cultura Alemã, Germânica. Aqui temos a presença dos índios (primitivos) que marcam a história de formação de Guaxupé. Dores de Guaxupé é uma marca da padroeira da cidade e nos remete à cultura alemã. Verificamos até aqui a presença de índios, do europeu português e da cultura alemã.

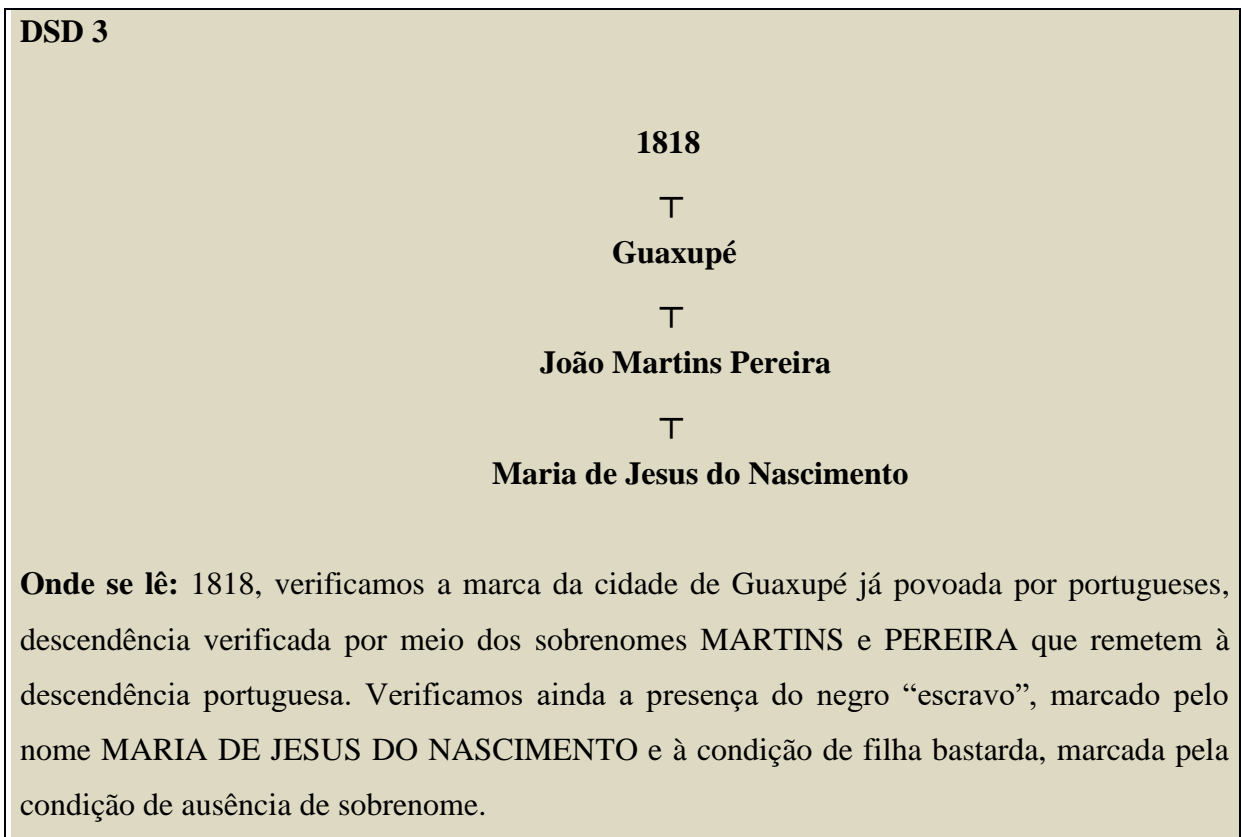
Nesta parte da história de formação da cidade de Guaxupé, pode-se ver que ARRAIAL determina a cidade em processo de formação, ou seja, arraial é uma marca característica de um período colonial. Percebe-se que a imigração e a colonização alemã no Brasil tiveram um importante papel no processo de diversificação da agricultura e no processo de urbanização e de industrialização, tendo influenciado, em grande parte, a arquitetura das cidades e, em suma, a paisagem físico-social brasileira.

O imigrante alemão difundiu no Brasil a religião protestante e a arquitetura germânica, contribuiu para o desenvolvimento urbano e da agricultura familiar, introduziu no país o cultivo do trigo e a criação de suínos. Na colonização alemã, não se pode negar, está a origem da formação de um campesinato típico, marcado fortemente por traços da cultura camponesa da Europa Central.

No domínio religioso, há de se reconhecer a influência dos pastores, padres e religiosos descendentes de alemães. Várias igrejas luteranas foram implantadas com a chegada dos imigrantes e o próprio ritual católico adquiriu certas especificidades nas comunidades alemãs.

Percebe-se nesta parte da formação e nomeação da cidade de Guaxupé a presença da nomeação Dores de Guaxupé, representando a padroeira da cidade e a religiosidade predominante, tendo como marca predominante a influência da cultura Germânica.

GRÁFICO 3: DSD 3



Sabe-se que conhecer a origem do sobrenome e da família é muito importante para que se entendam os laços afetivos e a origem dos antepassados. Os sobrenomes portugueses são extremamente populares no Brasil, por conta do período de colonização. Cerca de 80% da população brasileira possuem pelo menos um ancestral de origem portuguesa. E nesta parte da origem da história do nome Guaxupé, verifica-se a presença do português nos sobrenomes MARTINS e PEREIRA, **sobrenomes portugueses comuns** e muito utilizados no país europeu.

Já MARIA DE JESUS DO NASCIMENTO apresenta por elipse, a marca da escrava e mãe solteira. Os sobrenomes JESUS E NASCIMENTO remetem à nomeação de personagens bíblicos, como preenchimento da ausência de sobrenome paterno.

Ainda mostra que experiências vividas por mulheres coloniais negras, remetem à discussão das historiadoras norte-americanas Barbara Bush-Slimani e Jennifer Morgan. Segundo elas, mulheres negras e escravas sofreram uma dupla sujeição à dominação masculina e à branca.

Além disso, tais mulheres foram submetidas a uma dupla exploração: a do trabalho e a de sua sexualidade e poder reprodutivo, mas apesar de tamanha desvantagem social, política e econômica, elas ainda assim desenvolveram estratégias para minimizar, ou ao menos manejar,

o peso da cor e do gênero nas suas oportunidades de ascensão social e na preservação de certo status por seus filhos e demais descendentes.

No contexto colonial das Minas Gerais, as mulheres negras cultivaram um nicho praticamente exclusivo na economia local, por meio de suas atividades como vendedoras de rua ou negras de tabuleiro.

Nas Minas Gerais, a miscigenação constituiu, sem dúvida, um dos principais legados do chamado ciclo do ouro Setecentista. Durante a primeira metade do século, uma crônica escassez de mulheres brancas conduzia a inúmeros amassios entre homens brancos e mulheres escravas africanas ou de ascendência africana. Frequentemente, embora nem sempre, tais uniões resultavam na alforria de parceiras escravas e de seus filhos. Dessa forma, no decorrer do século, um segmento bastante substancial da população legalmente livre foi caracterizado por vários graus de ascendência africana, da mesma maneira que não poucos escravos foram rotulados como pardos e cabras (em princípio pessoas de 'três quartos' de ascendência africana), havendo também muitas variações de ascendência mista (inclusive a indígena). Quando da virada do século, o desequilíbrio entre os sexos havia desaparecido na população nascida livre e liberta. Inversamente, em função da preferência por peças masculinas que sempre caracterizou o tráfico negreiro internacional, os homens continuavam a superar as mulheres, na população escrava, ainda por boa parte do século XIX.

Os significados dos rótulos étnicos e de origem usados em Minas Gerais no fim do século XVIII e na primeira metade do século XIX são variados e complexos. Estudiosos do Brasil colonial aceitam a noção de que a falta de informação relativa à cor de pele ou da condição de alguém pode ser interpretada como significando que ele/ela era branco e livre ou, mais precisamente, nascido livre.

Tal pressuposto, no entanto, pode ser errôneo, pois os clérigos, escrivães de cartório e outras pessoas encarregadas de fazer registros nem sempre se preocupavam com a designação de etnia ou de condição legal, talvez porque tal informação não era considerada de importância em certas circunstâncias, ou porque era dada como de conhecimento comum dentro da comunidade imediata. Não obstante às possíveis ambiguidades dos espaços vazios na documentação, em Minas a terminologia usada para designar os nativos de alguma ascendência africana decididamente se referia à tonalidades da pele. Embora o termo pudesse ter representado um tipo de condição social, como querem alguns, nas Minas, e em especial na nomeação da cidade GUAXUPÉ, a referência principal trata MARIA de JESUS NASCIMENTO como parte da miscigenação de origens africanas e europeias.

GRÁFICO 4: DSD 4

DSD 4

1839 | Guaxupé | Primeiras casas

Onde se lê: 1839, verificamos a marca de ocupação e formação do território. Remontam a arquitetura do século XIX. Nos séculos XIX e XX, a arquitetura Ocidental se renova completamente, concretizando as propostas emergentes desde o século XV, quando o fenômeno da Modernidade começa a se delinear. A tendência neoclássica foi inicialmente imposta, já presente na segunda metade do século XVIII, mas, concomitantemente à difusão da sensibilidade romântica e ao conseqüente interesse pelo historicismo, logo surgiram tendências arquitetônicas. A recuperação de estilos de épocas anteriores (em particular a Idade Média como o berço presumido das identidades nacionais).

Desse modo, o século XIX é, portanto, caracterizado por uma espécie de código: o ecletismo historicista, em que todos os gostos podem estar simultaneamente presentes no trabalho global do mesmo projetista ou até no mesmo prédio. Isso, pelo menos, até o final do século do movimento.

As características invariantes são: plantas bloqueadas em figuras regulares, simetria bilateral encontrada no plano e elevação, prevalência do sistema trilítico sobre as arqueadas e abóbadas (essencialmente ligadas à nova tendência neogótica), composições volumétricas que favorecem o desenvolvimento horizontal. Os materiais utilizados nas construções que remontam esse período histórico são: pedra, mármore, estuque branco ou até mesmo coloridos, quando o policromo da arquitetura grega foi descoberto.

O neoclassicismo é expresso, sobretudo, no desenho de grandes edifícios públicos representativos, mesmo com novos tipos, como: museus, bibliotecas e teatros públicos.

Algumas construções de GUAXUPÉ que fazem história:



Foto: Palácio das Águias em Guaxupé/MG

Fonte: Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Guaxupé.

<http://www.guaxupe.mg.gov.br/cidade/patrimonio-historico>

O Palácio das Águias, o bem cultural perdeu algumas de suas características originais devido à ação degradante do tempo, e devido às reformas e adaptações aos vários usos sequenciais a que foi submetido. Mesmo assim, o prédio se destaca dentro da arquitetura de Guaxupé, como obra de artista original e como exemplo da tendência estilística colocada pelo ecletismo. Todavia, sua importância extrapola o âmbito local, e ainda hoje as suas ruínas adubam a imaginação de muitos técnicos e leigos curiosos, que transmitem às novas gerações as várias lendas urbanas surgidas a seu respeito. (Fonte:).

Desde o fim da década de 1980, falava-se na importância de tombar o conjunto arquitetônico, por se tratar de imóvel de grande referência para os moradores da cidade, que muito admiram, não só as suas características arquitetônicas, como também as histórias que são contadas sobre eles. Assim, as edificações tidas como patrimônios históricos, são objetos de curiosidade pela

originalidade da sua arquitetura eclética, em que o tratamento aprimorado denota alta criatividade artesanal de seu construtor.



Foto: A Casa dos Elefantes em Guaxupé/MG

Fonte: Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Guaxupé.

<http://www.guaxupe.mg.gov.br/cidade/patrimonio-historico>

A Casa dos Elefantes, como é chamada a construção acima na cidade, foi construída em 1931. O bem destaca-se por sua fachada extremamente decorada e elementos escultóricos de fatura original e aprimorada, tais como janela movimentada e colorida; consoles de suporte e sacada em forma de cabeças de elefantes; decoração naturalística e, ao mesmo tempo, classicizante. Os detalhes construtivos sobressaem-se sobre qualquer rigor ou racionalismo de planejamento. O prédio passou por uma ampla reforma entre 2015 e 2017. A parte superior serve de uso residencial, enquanto o piso térreo é alugado para fins comerciais. (Fonte:).



Foto: Cia Mogiana de Estradas de Ferro em Guaxupé/MG

Fonte: Patrimônio Histórico da Prefeitura Municipal de Guaxupé.

<http://www.guaxupe.mg.gov.br/cidade/patrimonio-historico>

A Cia Mogiana de Estradas de Ferro inaugurou a Estação Ferroviária de Guaxupé, em 15 de maio 1904, que foi fator primordial para o desenvolvimento da cidade e de toda a região. A Mogiana era responsável pelo escoamento da produção cafeeira de boa parte do sudoeste mineiro. Os trens levavam o café e traziam levas e levas de imigrantes italianos, sírio-libaneses, entre outros, que muito contribuíram para o progresso de Guaxupé. Portanto, depois da chegada das estradas de ferro da Cia Mogiana, em 1904, Guaxupé deu um salto de desenvolvimento, sendo, inclusive, chamada de “o Rio de Janeiro em ponto pequeno”. A Mogiana transportava o café de Guaxupé para Campinas; lá ele seguia na Sorocabana até o Porto de Santos, de onde era exportado para toda a Europa. Assim, a Cia Mogiana ligava Guaxupé ao resto do mundo. Em 1971, a Cia Mogiana foi encampada pela FEPASA (Ferroviárias Paulistas Sociedade Anônima). A FEPASA operou na cidade até 1978, quando o tráfego ferroviário em Guaxupé foi definitivamente desativado. E a partir de 1989, os trilhos deram lugar à Av. Felipe Elias Zeitune.

GRÁFICO 5: DSD

DSD 5

1850 ┆ Guaxupé ■ Arraial de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé
┆ Engenhos

Onde se lê: 1839, verificamos o nome Arraial Nossa Senhora das Dores de Guaxupé como sinonímia da palavra GUAXUPÉ, também considerada uma reescritura de nomeação por expansão. Trata-se de um nome híbrido que marca a presença do português, do germânico e do índio. Já a palavra engenho, marca o processo de exploração da terra. Neste caso temos a representação do negro escravo como o trabalhador dentro dos engenhos. Neste ponto da história, verificamos o silenciamento da cultura negra na história de nomeação da cidade.

A abolição da escravatura foi um dos acontecimentos mais marcantes da história do Brasil e determinou o fim da escravização dos negros no Brasil. A abolição do trabalho escravo ocorreu por meio da Lei Áurea, aprovada no dia 13 de maio de 1888 com a assinatura da regente do Brasil, a princesa Isabel. A abolição da escravatura foi a conclusão de uma campanha popular que pressionou o Império para que a instituição da escravidão fosse abolida de nosso país.

A Lei Imperial nº 3353 que em seu Art. 1º declarava “extincta desde a data desta lei a escravidão no Brasil” foi precedida por outras três leis focadas na tentativa de extinção do trabalho escravo no Brasil. A Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850, que teve o intuito de acabar com o tráfico de escravos transportados da África em navios negreiros (Lei Eusébio de Queirós); pela Lei nº 2010, de 28 de setembro de 1871, que concedia a liberdade às crianças de mães escravas a partir de então (lei do Ventre Livre); pela Lei nº 3270, de 28 de setembro de 1885, que previa a liberdade aos escravos com 60 anos de idade ou mais (lei dos Sexagenários).

Embora o diploma original da Lei Áurea encontre-se no Arquivo Nacional, o Projeto do Decreto de Extinção da Escravatura está guardado nos cofres da Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional. O documento é dividido em duas partes: 1) a ata da assembleia geral – com as assinaturas do 1º vice-presidente, Antonio Candido de Machado, do 1º secretário, barão de Manguapi, e do 2º secretário, Joaquim Floriano de Godoy. 2) decreto da assembleia geral, sancionado pela Princesa Imperial Regente, declarando extinta a escravidão no Brasil, e datada do Paço do Senado, em 13 de maio de 1888.

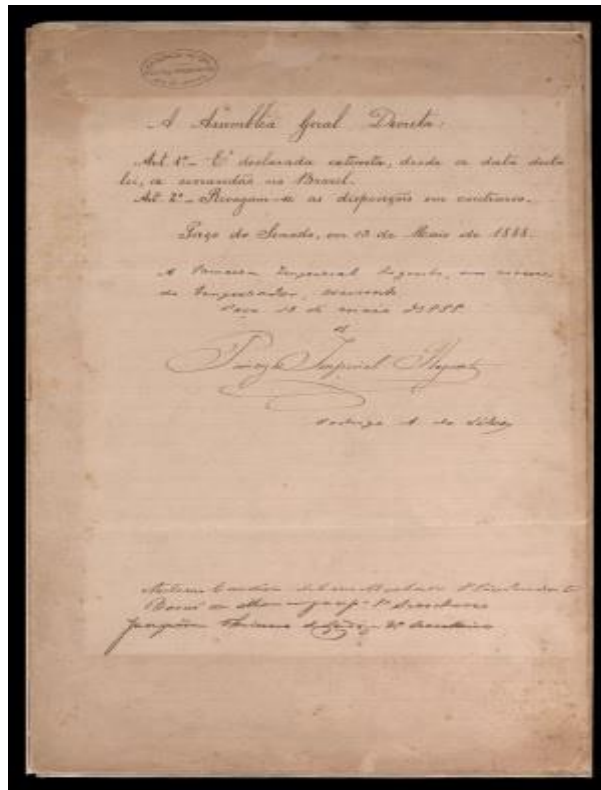


Foto: Decreto de abolição da escravatura

Fonte: Biblioteca Nacional - <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/13-maio-dia-abolicao-escravatura>

GRÁFICO 6: DSD 6

DSD 6

1853 | Guaxupé ■■■■ Distrito de Paz ■■■■ Paróquia

Onde se lê: 1853, verificamos o nome da cidade GUAXUPÉ determinado sinonimicamente por Distrito de Paz e Paróquia, uma marca de expansão econômica local. A cidade passa de Capela para Paróquia, o que se dá por um processo de expansão e exploração do território.

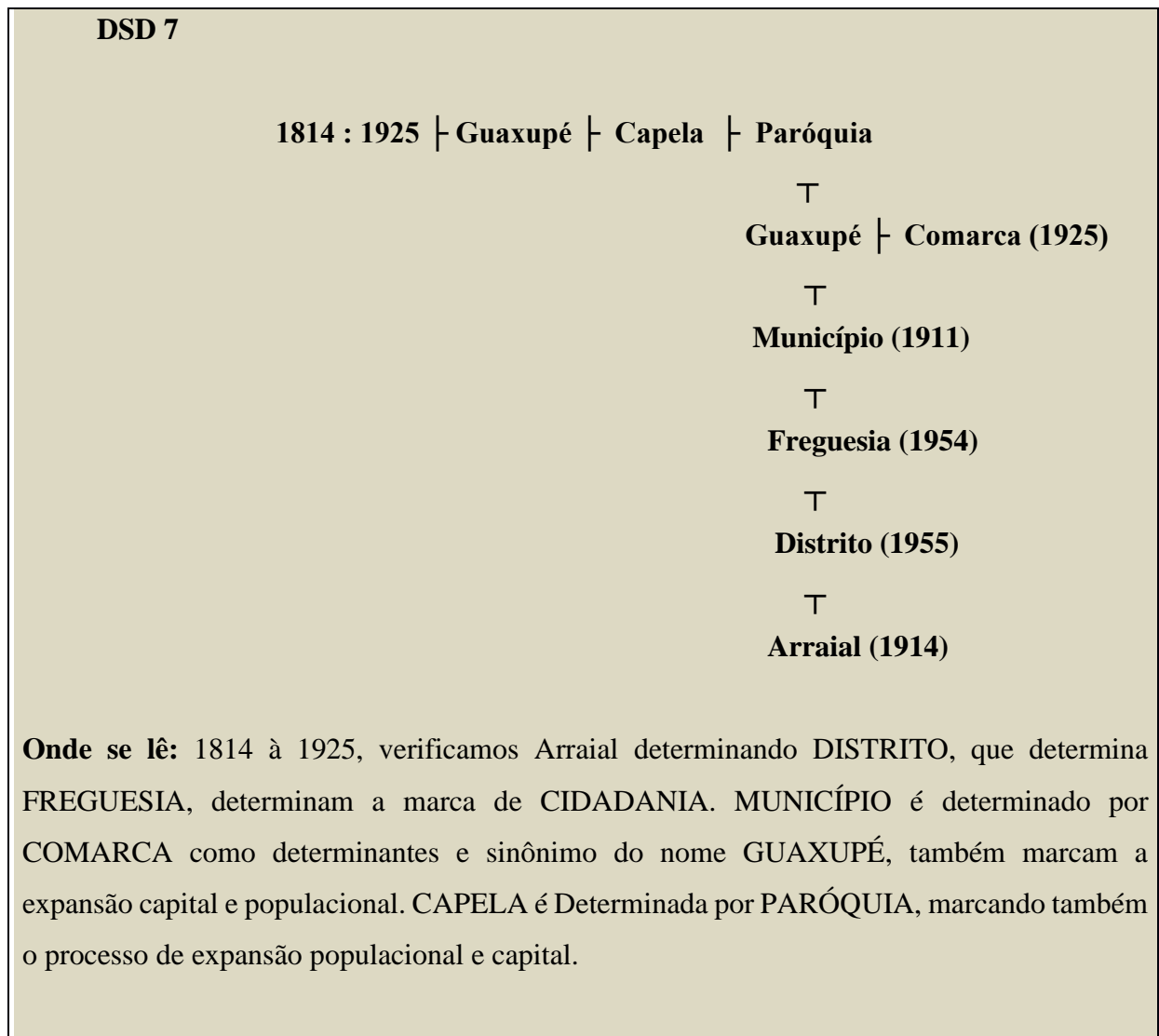
A história da Igreja do Brasil, no período colonial, deve ser compreendida num contexto de colonização e conquista. A descoberta de novas partes do mundo, a partir do século XV, fez com que Espanhóis e Portugueses obtivessem os privilégios pontifícios para a colonização das novas terras. Com isso, a conversão dos pagãos primitivos foi por muito tempo o principal

objetivo de Portugal e Espanha. Isabel de Castela, a grande protetora de Cristóvão Colombo, consignou a ordem de converter os “índios” das colônias espanholas, em um parágrafo especial de seu testamento. Os Reis de Portugal e Espanha, seus sucessores, certamente não descuidaram desta ordem 1. Por meio de suas bulas 2 1.493, o Papa espanhol Alexandre VI traçara a linha de demarcação que dividia o mundo em duas metades, uma para Espanha e outra para Portugal. Desde então, começou o movimento de expansão que duraria séculos.

Entre os espanhóis e portugueses, a expansão do cristianismo era um ponto importante da colonização. Apoiando tal opinião, pode-se referir às bulas já citadas de Alexandre VI e aos Papas seguintes que as confirmaram. Reconheciam para sempre a autoridade dos soberanos daqueles dois países sobre as novas Igrejas que tinham a incumbência de fundar. Foram eles que organizaram as primeiras missões, confiando-as quase que exclusivamente aos franciscanos, espanhóis e portugueses. Admitiram, além desses, outros religiosos, inclusive contemplativos, notadamente os beneditinos, que fundaram abadias.

Na metade do século XVII, os reis procederam ao estabelecimento da hierarquia eclesiástica e à fundação de paróquias. Todas as nomeações estavam em suas mãos. O direito reservado ao Papa de confirmar a instituição canônica não era mais do que uma formalidade, pois se dizia, com alguma razão: “a Igreja era o Rei”. Foi graças a eles que, durante os séculos XVI e XVII, os missionários conseguiram a conversão de muitos indígenas, até o século XVIII, como também o pioneirismo quanto à penetração no interior das terras. A princípio foi obra dos franciscanos; depois, dos agostinianos, dominicanos, oratorianos, mercedários e jesuítas. Tal conversão geral constituiu um grande resultado para o cristianismo, mesmo supondo-se que a conversão em grande massa fosse superficial e perpetuassem muitas superstições da parte dos novos convertidos.

GRÁFICO 7: DSD 7



Como recorte de estudos realizados percebe-se neste ponto que a Igreja Católica Romana mantém estratégias de expansão e preservação que são capitaneadas por determinadas estruturas da territorialidade do sagrado. A presença da Igreja Católica em realidades cada vez mais urbanas cosmopolitas demonstra vários arranjos institucionais na manutenção da hegemonia territorial do sagrado diante do processo de secularização e da diversidade de identidades religiosas não católicas. A cidade brasileira hodierna é a realização de um mundo secularizado que outrora fora eminentemente eclesiástico.

Muito embora a secularização do território das práticas sociais seja evidente, os espaços de representação do sagrado e as práticas religiosas permeiam a dinâmica social da cidade.

Neste sentido, a secularização é muito mais um processo de perda da autoridade eclesiástica sobre a cultura contemporânea do que propriamente um desterro do sagrado. Neste

recorte de texto está selecionado o plano discursivo com a interpretação simbólica da prática espacial da Igreja galvanizada pelas relações de poder que marcam a constituição de um território marcado pelo desenvolvimento do cristianismo, bem como a marca da evolução e expansão de um território, neste caso, a cidade de Guaxupé.

5.5 RESULTADOS

A partir dos estudos de Nietzsche, Foucault e Guimarães foi possível refletir sobre o processo de identificação e nomeação da cidade de Guaxupé como determinada pela linguagem. Linguagem esta que determina o poder, bem como apresenta pressupostos que motivam a investigar as raízes mais profundas que determinam o processo de nomeação das cidades.

Múltiplos foram os estudos linguísticos em relação ao funcionamento da linguagem, em que se pôde observar e analisar as materialidades referentes ao processo de nomeação da cidade de Guaxupé por diferentes caminhos, seja de uma posição que toma a linguagem como uma relação das palavras com as coisas no mundo, passando pelos estudos cognitivistas que sustentaram uma posição intencionalista e pragmática, seja também por posições que se ancoraram por um viés do materialismo histórico baseada na teoria enunciativa construída sob os domínios da Semântica do Acontecimento.

A construção dos DSDs permitiu tratar do estudo da significação, bem como de sua constituição ao considerar a relação designativa produzida pelo acontecimento de nomeação, além de permitir uma análise de modo analítico interpretativo, que levou à compreensão semântica.

No DSD 1, nota-se um silenciamento da cultura indígena, marcada etimologicamente pela palavra “VIRGEM”, que se refere ao termo mata, ao dizer que as terras guaxupeanas estavam vazias de habitantes. Por extensão dessa palavra, houve a interpretação de algo caracterizado como não fecundado, sem vida, inexistente, sendo também empregado como algo jamais utilizado, jamais visto.

No DSD 2, pode-se ver que ARRAIAL determina a cidade em processo de formação, ou seja, arraial é uma marca característica de um período colonial. Destaca-se ainda neste ponto do texto o processo de imigração como determinantes para a colonização alemã no Brasil, fato este que se deu como um marco histórico no processo de diversificação da agricultura e no processo de urbanização e de industrialização, além de marcar influência nas características arquitetônicas do município de Guaxupé, bem como na paisagem físico-social brasileira.

O DSD 3 é marcado pela origem dos sobrenomes MARTINS e PEREIRA, sobrenomes portugueses comuns e muito utilizados no país europeu. Observam-se ainda os sobrenomes JESUS E NASCIMENTO que remetem à nomeação de personagens bíblicos, e apresenta uma ideia de preenchimento da ausência de sobrenome paterno. Ainda se observa nesta parte da história de nomeação da cidade um apagamento das mulheres negras e escravas, submetidas a uma dupla exploração: a do trabalho e a de sua sexualidade e poder reprodutivo.

Já o DSD 4 exalta a arquitetura ocidental do século XIX desencadeada pelas palavras PRIMEIRAS CASAS, posto que O DSD 5 leva a considerar a abolição da escravatura e abolição do trabalho escravo no Brasil como características do processo de emancipação do território guaxupeano. Tal consideração se dá por inferência, ao considerar a palavra ENGENHO como marca histórica e considerando o sujeito que estava por trás desta nomeação manipulando o engenho, os escravos. Novamente um apagamento do escravo em nossa história de formação.

No DSD 6, observa-se o processo de expansão econômica da cidade de Guaxupé marcado pela amplitude de nomeação DISTRITO DE PAZ e PARÓQUIA, palavras sinônimas, porém que representam a evolução e expansão do território. Já o DSD 7 marca o processo de expansão da cidadania e do território. Ambos DSDs remetem ao processo de expansão econômica e populacional que determinaram e influenciaram o processo de nomeação e renomeação da cidade GUAXUPÉ.

6 A APLICABILIDADE E O GÊNERO DOCUMENTÁRIO COMO FERRAMENTA EFICAZ NO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL

O quinto e o último capítulo deste trabalho propõem uma reflexão sobre a pesquisa por meio de um produto educacional a ser utilizado por outras escolas, como forma de auxiliar na reprodução das análises gráficas dos DSDs, e na aplicabilidade da ação pedagógica. Para tanto, foi realizada uma formação teórica sobre o processo de análise e procedimento de leitura para a construção dos DSDs e também será disponibilizado um documentário, construído às vistas de um trabalho de campo com a preocupação constante da melhoria no aprendizado e, principalmente da Educação Básica, visando várias estratégias inovadoras a serem desenvolvidas e aprofundadas, para suprir a lacuna destacada na análise dos MDs do capítulo 2.

6.1 A APLICABILIDADE

Em 24 (vinte e quatro) de junho às 19 (dezenove) horas no link da plataforma meet: meet.google.com/wjf-pxkq-gqo, aconteceu a SEMANA DA CULTURA E DIVERSIDADE - Minicurso 2, no Instituto Federal, Campus Muzambinho, quando houve a oportunidade de aplicar a metodologia de ensino: leitura da história e cultura local das cidades brasileiras no texto de Guaxupé.

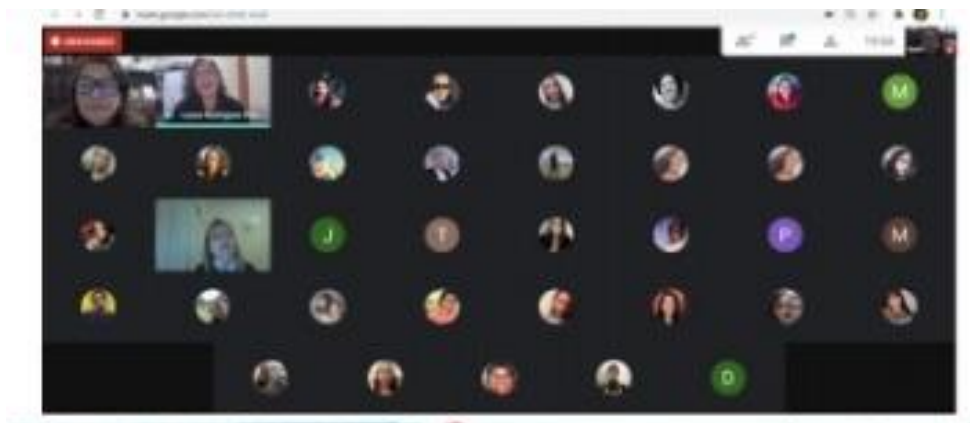


Foto da Aplicabilidade da pesquisa na SEMANA DA CULTURA E DIVERSIDADE - Minicurso, no Instituto Federal, Campus Muzambinho.

No início, a formação aconteceu com uma explanação de toda a trajetória do grupo Atlas e do percurso da formação do mestrado, seguindo com a formação teórica com base em Guimarães e as possibilidades de leitura, interpretação e recortes que irão culminar na análise dos Domínios Semânticos de Designação, DSDs. Posteriormente, aconteceram oficinas com o

objetivo de aplicar a teoria estudada e colocar em prática o conhecimento e esclarecimento de dúvidas. Foi necessário para esta formação apresentar os conceitos técnicos da teoria, tais como Transversalidade: Endógena – dentro do próprio texto; Exógena – fora do texto Processos: Reescrituração – como o determinado nome está reescrito no texto com outras palavras; Articulação – como a palavra estabelece relação com outras palavras, além do reconhecimento do texto: análise da materialidade textual, conforme transcrições de fragmentos.

A leitura analítica, a retomada do texto, observando as transversalidades, enunciações, reescrituras, articulações e os registros e definições das designações – reescrituras dos nomes das cidades no tempo/espaço foram os embasamentos teóricos que possibilitaram os registros definidos e apresentados nas tabelas e gráficos das observações.

A formação ainda possibilitou compreender o processo de migração para outros textos com o objetivo de compreender, especificamente, as relações culturais ainda presentes no município que marca a presença de distintos povos e culminou em consideração dos gráficos, análise e discussão do processo designativo de reescrituras dos nomes dos municípios, seus significados e suas significações.

Um procedimento simples que compreende um conjunto de atividades conectadas entre si, e prescinde de um planejamento para delimitação de cada etapa e/ou atividade para trabalhar os conteúdos disciplinares de forma integrada para uma melhor dinâmica no processo ensino-aprendizagem. (OLIVEIRA, 2013, p.39).

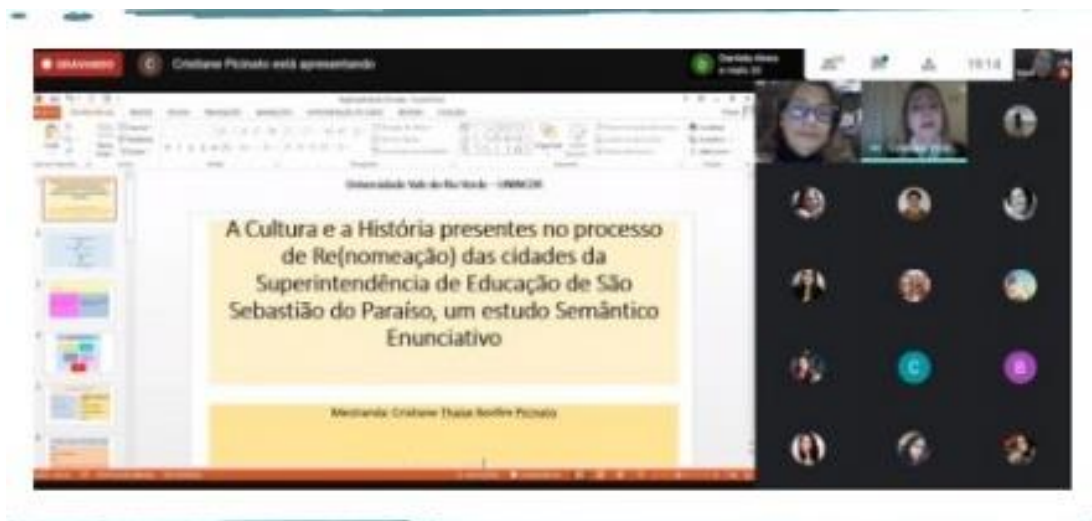


Foto da Aplicabilidade da pesquisa na SEMANA DA CULTURA E DIVERSIDADE - Minicurso, no Instituto Federal, Campus Muzambinho.

Essa estratégia educacional permite a organização, o planejamento e a execução da prática pedagógica de maneira reflexiva. Sua lógica sequencial auxilia os alunos na resolução de problemas ou dificuldades reais sobre um tema específico, a partir da construção e acumulação de conhecimento sobre o assunto em questão.

Esse diferencial de leitura proposto pela teoria proporciona um maior significado no processo de ensino-aprendizado, resultando em maior envolvimento dos alunos nas atividades pedagógicas e, com isso, ampliando seu aprendizado.

Segundo Zabala (1998), o modelo constitui o ponto de partida, com variações significativas, de muitas formas de ensino habituais e visa:

[...] introduzir nas diferentes formas de intervenção aquelas atividades que possibilitem uma melhoria de nossa atuação nas aulas, como resultado de um conhecimento mais profundo das variáveis que intervêm e do papel que cada uma delas tem no processo de aprendizagem dos meninos e meninas. (ZABALA 1998, p.54).

De acordo com os objetivos traçados, o professor deverá ofertar aos alunos atividades diversificadas e significativas, com uma sequência lógica, e organizadas de forma contínua. As informações relevantes ao problema, para que o aluno consiga chegar a uma conclusão, poderão ser passadas em forma de textos, gráficos, tabelas, imagens, mapas, práticas simples de laboratórios, etc. A complexidade das tarefas e sua possibilidade de execução devem estar adequadas às competências e habilidades apresentadas pelos alunos ao longo do processo e às disponibilidades de recursos. O professor deve oportunizar situações para que os alunos assumam uma postura reflexiva e se tornem sujeitos do processo aprendizagem. Todos os momentos da realização desta proposta de leitura possibilitarão aos alunos compreender e ampliar as estratégias de leitura, com a possibilidade de intervenções para a melhoria no processo ensino e aprendizagem.

O produto final culminou em um documentário que foi constituído por meio de pesquisa de campo e bibliográfica, com junções de vídeos, fotos e entrevistas, com o objetivo de servir de material de pesquisa para as escolas, e também como possibilidade de replicabilidade deste trabalho educacional.

6.2 DOCUMENTÁRIO HISTÓRICO

O gênero documentário, como em outros discursos sobre o real, tem como principal característica descrever e interpretar o mundo da experiência coletiva (determinado fato, lugar ou pessoa). Por etimologia latina, a palavra documentário significa “instrumento escrito que dá fé daquilo que atesta”.

O documentarismo consagrou-se mais pela prática de sua produção e experimentação do que pela atribuição formal de seu conceito, principalmente porque impõe poucos critérios limitantes quanto à exploração de sua linguagem e formas de expressão. Sendo assim, o gênero documentário não pode ser definido a partir da presença de determinados enunciados estereotipados ou de tipos textuais fixos (narração, descrição, injunção, dissertação), mas sim com características particulares e que são essas características que fazem apreendê-lo como tal.

Barsam (1974, p.1) definiu como gêneros documentários aqueles cujos “filmes registram, em película, fatos que ocorrem naturalmente em frente à câmera ou que são reconstruídos com sinceridade e por necessidades devidamente justificadas”.

O próprio nome Documentário não existia até 1928. Foi a partir da exibição do filme de Robert Flaherty, *Nannok do Norte* (1922), sobre os esquimós, que John Grierson, produtor e estudioso do cinema, nomeou este filme como documentário, já que o considerava com uma linguagem diferente dos conhecidos filmes de viagem. (BRASIL, 2008).

John Grierson é considerado um dos principais nomes da história dos primórdios do documentário. Este produtor cinematográfico, diretor de cinema e roteirista, ao lado de Robert Flaherty e Dziga Vertog, fundou a Escola Britânica de Documentários (*Documentary Film Movement*), que foi um movimento do cinema britânico das décadas de 1930 e 1940 abordando o gênero do documentário de forma pioneira, lançando as bases para o que hoje se denomina documentário clássico. Para Grierson, o documentário é uma das mais importantes formas de educar a sociedade e o aspecto social: é peça chave da sua construção.

O cinema no ensino e na pesquisa científica no Brasil iniciou-se em 1910, quando foi instalada a filmoteca do Museu Nacional e empregado com sucesso em diversos pontos do país para o ensino primário, secundário e superior. Entretanto, não havia medidas legislativas que estabelecessem as bases de sua utilização regular. Em 1928, o Departamento de Educação do Distrito Federal determinou a utilização do cinema em todas as escolas primárias do Distrito Federal e foi promovida a 1ª Exposição de Cinematografia Educativa. Na década de 1930, foi criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo - INCE, pensado para orientar a utilização da

cinematografia no Brasil, principalmente como ferramenta auxiliar do ensino e forma de educação popular.

Ao longo das décadas, esse gênero vem se modificando, assim como a história dos países, podendo se compreender o processo de formação das línguas, dos costumes e da cultura dos povos por meio dos relatos, enunciações e documentos produzidos. Entende-se que documentar a cena enunciativa que se pretende registrar, por meio desse documento que captura e recorta o real, poderá trazer legitimidade ao fato que se deseja historicamente anunciar, por meio do olhar de um “locutor-enunciador”, como ensina Guimarães (2017), podendo-se, dessa forma, produzir importantes documentos, principalmente da cultura e da história regional/local.

Não se nega o valor documental das imagens em movimento; elas são usadas para a catalogação factual e pesquisas futuras dos acontecimentos e fenômenos sociais. Sendo assim, o filme documentário é presumivelmente caracterizado pelo registro daquilo que é considerado o real. [...] o filme documentário é aquele que, pelo registro do que é e acontece, constitui uma fonte de informação para o historiador e para todos os que pretendem saber como foi e como aconteceu. (PENAFRIA, 1999, p.20).

Diversas áreas têm desenvolvido pesquisas com o intuito de entender o processo de aquisição e transmissão do conhecimento por parte dos alunos e, com isso, surgem novos paradigmas apresentando novas práticas pedagógicas e metodologias que tornam a apropriação do saber uma prática autônoma e participativa. Dentro desses novos paradigmas está o documentário, que surgiu com diferentes possibilidades e modelos de inserção.

A proposta origina-se da perspectiva do papel ativo dos discentes como protagonistas na concepção dos documentários, a partir da história de formação histórico-cultural das cidades, com análise e discussão de produtos acabados trazidos para a prática pedagógica. Parte-se, dessa forma, de uma produção subjetiva heterogênea dando visibilidade e enunciabilidade na construção da identidade brasileira. Do mesmo modo, “Exige-se, pois, problematizar o desenho organizacional da instituição escolar, que não tem conseguido responder às singularidades dos sujeitos que a compõem”. (BRASIL, 2010).

Dessa maneira, a produção do documentário, como instrumento de transformação social e pedagógica, pode se associar com a didática e a prática do ensino com os estudos das Linguagens, da Arte, da Filosofia, das Ciências Humanas e da Natureza; enfim, poderá perpassar diversas áreas do ensino em diferentes campos de experiências, inventando novos sujeitos e novas cenas enunciativas. O discente, dessa maneira, por meio da gramática do documentário, poderá estar mais capacitado para conectar-se e entender os recursos da

linguagem utilizados e os seus efeitos de razão e argumentação, pois esta “é significação produzida pela enunciação”. (GUIMARÃES, 2018, p. 108).

O documentário se traduz em um filme que faz recorte de uma observação que foi estudada, analisada e determinada e, por meio do viés educativo, com foco no desenvolvimento linguístico-enunciativo, na cultura, na formação e ocupação do território regional/local, pode-se desenvolver um trabalho que agregue e faça com que o saber seja adquirido de forma significativa.

É certo que a abordagem dos documentários transpassa diversos temas: culturais, históricos, biográficos e sociais. Compreende-se que este gênero pode dar voz a diversas vozes por meio do olhar daqueles que estão envolvidos nos processos: diretor, produtor, pesquisador, roteirista. De tal modo, partindo-se das falas dos entrevistados e da forma como são trazidos os fatos, cada documentário pode ser a representação e a interpretação das experiências coletivas e da cultura regional/local.

A divisão básica do documentário pode-se dar em primeira fase - início (pensar a apresentação do tema, o assunto a ser tratado, quem serão as pessoas envolvidas, o lugar, de que forma e quem filmará); segunda parte (central) – desenvolvimento (estudo e levantamento das informações, dos fatos, dos contextos, das personagens) e a terceira parte - o final (resultado da ação, apresentação, debates, aprendizagens). Dessa forma, a produção do documentário, apesar de não ser profissional, pode seguir uma série de normas e cuidados com a elaboração: planos, enquadramentos, movimentos de câmera, montagem e outros, que inicia com a pesquisa e vai até a montagem final com a concretização por meio da edição das imagens. Todavia, ele pode ser produzido por meio de tecnologias de fácil manejo e com baixo custo de equipamentos e softwares.

Como produto desta pesquisa, criou-se um Documentário para contar a história da formação inicial e as lendas que deram origem a este processo de nomeação das cidades pesquisadas. O documentário é composto de narrativas e imagens de representações histórico/culturais, e utiliza-se de recursos artísticos e recicláveis sobre a história local do município Guaxupé, a partir do processo histórico de formação inicial e territorial. Será um recurso audiovisual de alta tecnologia que se destinará à Secretaria de Educação do município com o objetivo de ser utilizado pelos professores para fundamentar o trabalho pedagógico. Tal produto poderá ser utilizado separadamente, bem como complementar diversas práticas pedagógicas e a pretensão é que se destine a todas as etapas da Educação Básica, como forma de instrumentalizar os estudos histórico/culturais regionais, partindo da origem de seus nomes.

Assim, produzir esta pesquisa e criar este produto de embasamento e instrumentalização pedagógica sobre a cidade Guaxupé, será uma ferramenta eficaz no estudo da cultura/ história local deste município, visto que caracterizará um marco histórico no âmbito educacional como prevê a 3ª competência da BNCC, Base Nacional Comum Curricular, Repertório Cultural, especificamente nas áreas Investigação e identidade cultural, Consciência multicultural, Respeito à diversidade cultural e Mediação da diversidade cultural.

6.3 Prospecto do Produto

Atualmente, vive-se em uma civilização completamente audiovisual, porém apesar do destaque que a linguagem audiovisual possui na vida, ela não desfruta da mesma atenção no ambiente escolar. Raras são as instituições que desenvolvem atividades sistemáticas voltadas para a educação do olhar e para a produção visual. Por isso, optou-se pela realização de um Documentário narrado por uma estudante da educação básica contextualizando a pesquisa e representando a história da formação inicial do município pesquisado.

O trabalho, a partir de visualizações de documentários na escola, permite aos alunos a familiarização não apenas com o gênero, mas com o funcionamento da linguagem do audiovisual em geral, bem como faz com que adquiram mais compreensão e interesse pelo conteúdo abordado, por se tratar de uma tecnologia muito familiar na vida da sociedade nesta era tecnológica, o que lhes amplia as condições para apresentarem uma postura mais crítica a respeito da representação dos municípios, com imagens em movimento.

E, em fase tecnológica em que a geração dos *nativos digitais* registra tudo o que vê e publicam seus registros em redes sociais, cabe à escola usufruir destes recursos digitais a favor do ensino e aprendizagem. Daí explica-se a intenção deste produto de pesquisa.

Segundo Bill Nichols (2012) cada documentário tem seu tipo de voz, e cada voz é como uma marca digital de determinada forma de ver o mundo histórico. O autor enfatiza seis tipos de vozes do gênero audiovisual documentário, sendo eles: poético, expositivo, observativo, participativo, reflexivo e o performático.

Modo poético: enfatiza as associações visuais, qualidades tonais ou rítmicas, passagens descritivas e organização formal. Exemplos: *A ponte* (1928), *Song of Ceylon* (1934), *Listen to Britain* (1941), *Nuit et brouillard* (1955), *Koyanishqatsi* (1983). Esse modo é muito próximo do cinema experimental, pessoal ou de vanguarda. (NICHOLS, 2012, p. 62).

Modo expositivo: enfatiza o comentário verbal e tem uma lógica argumentativa. Exemplos: *The Plow Broke The Plains, Trance and Dance in Bali* (1952), *A Terra Espanhola* (1937), *Os Loucos Senhores* (1955), noticiários da televisão. Esse é o modo com que a maioria das pessoas identifica o documentário geral. (NICHOLS, 2012, p. 62).

Modo observativo: mostra o engajamento direto no cotidiano das pessoas que representam o tema do cineasta, conforme são observadas por uma câmera discreta. Exemplos: *A Escola* (1968), *Salesman* (1969), *Primárias* (1960), a série *Netsilik Eskimos* (1967-1968), *Soldier Girls* (1980), (NICHOLS, 2012, p. 62).

Modo participativo: ressalta a interação entre cineasta e tema. A filmagem acontece em entrevistas ou outras formas de envolvimento ainda mais direto. Frequentemente une-se a imagem de arquivo para examinar questões históricas. Exemplos: *Crônica de um verão* (1960), *Solovetsky Vlast* (1988), *Shoah* (1985), *Le Chagrin et la Pitié* (1970), *Kurt e Courtney* (1998). (NICHOLS, 2012, p. 62-63).

Modo reflexivo: chama a atenção para as hipóteses e convenções que regem o cinema documentário: Aguça a consciência da construção da representação da realidade feita pelo filme. Exemplos: *O Homem da Câmera* (1929), *Terra Sem Pão* (1932). (NICHOLS, 2012, p. 63).

Modo performático: enfatiza o aspecto subjetivo ou expressivo do próprio engajamento do cineasta com seu tema e a receptividade do público a esse engajamento. Rejeita a ideia de objetividade em favor de evocações e afetos. Exemplos: *Diário Inconcluso* (1983), *História e Memória* (1991). [...] Desse modo, todos os filmes compartilham características com outros experimentais, pessoais e de vanguarda, mas com ênfase vigorosa no impacto emocional e social sobre o público. (NICHOLS, 2012, p. 63).

Desse modo, será usado o modo participativo como recurso e estratégia de construção do documentário, por enfatizar a relação de cineasta, tema e interação entre os envolvidos com a aplicabilidade deste produto. A filmagem acontecerá a partir de entrevistas e relatos orais de vivências e registros histórico-culturais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação da cultura local no processo de ensino-aprendizagem, embasado na ideia de identidade cultural municipal, como um elemento que nutre o processo educacional, tem um papel de suma importância na formação da identidade de um indivíduo crítico e socializado, tornando evidente a necessidade de uma reflexão a cerca da temática da multiculturalidade. O atendimento a preceitos legais, como os constantes na CF/1988, na LDB, na BNCC e no CRMG, dentre os outros documentos legais contidos neste artigo, também reforçam a importância da discussão da temática de trabalho voltada para a inclusão da cultura no currículo escolar.

A multiculturalidade da sociedade deve-se transpor-se para o ambiente educacional e, aplicada à educação por meio de práticas pedagógicas que despertem o interesse dos alunos para a diversidade dos grupos culturais existentes ao seu redor, promovendo a integração de alunos e permitindo um sentido mais social da convivência.

Esta pesquisa teve como objetivo servir como uma estratégia de leitura e escrita amplo, com garantia das bases do letramento em textos, uma das maiores dificuldades apresentadas nos últimos tempos pelos alunos da educação básica de acordo com os índices de IDEB, SAEB, PROVA BRASIL e outros avaliadores externos, utilizados em nível Nacional para verificação dos níveis de proficiência leitora e escritora.

Mas o que se verifica é uma grande dificuldade em interagir as práticas educativas com a diversidade cultural vivenciada pelos alunos, ocasionados na maioria das vezes pela falta de estratégias e recursos didáticos e, no que tange à leitura e escrita, a falta de conhecimentos de metodologias que dão suporte para a aquisição de novas estratégias promotoras da leitura e escrita, que se deem sobretudo, dentro de um contexto interdisciplinar, impedem que estudantes da educação básica brasileira atinjam níveis mais profundos de proficiência em leitora e escritora nas avaliações externas realizadas pelos governos estadual e federal.

Desta forma, conclui-se que obter informações, compreender sobre o processo de origem e cultura local e transmiti-los através as práticas educacionais que contemplem links com outras disciplinas e outros portadores textuais, torna-se imprescindível por agregar valor a vida social dos educandos, não permitindo contravalores incorporados, e resguardar os objetivos da ação educativa, do desenvolvimento da capacidade crítica e responsabilidade social, valores essenciais para o exercício da cidadania e também como ferramenta eficaz para o desenvolvimento da leitura e da escrita.

A teoria da Enunciação de Eduardo Guimarães nos fundamentou e nos convidou para uma reflexão sobre os estudos dos sentidos constituídos no acontecimento social e histórico de uma sociedade, o que se deu na relação entre sujeito e enunciação e o processo de nomeação e identificação da semantização dos nomes das cidades nos apresentada na relação que se dá entre a linguagem e aquilo que lhe é exterior e que constitui o sujeito, o mundo e a história em contado com o funcionamento da língua, levando em consideração as práticas sócio-históricas e as análises e recortes históricos e literários que possibilitam a reescritas das histórias enunciadas, sobretudo nas linguagens orais, em textos que nunca serão escritos.

Este material culminou em um documentário *A história que o nome de Guaxupé enuncia*, que retratam vozes não oficializadas em textos acadêmicos que servirá de material de pesquisa para as escolas e modelo para replicabilidade em outros municípios do estado de Minas Gerais.

8. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, O. G. **Professores, Reformas Curriculares e Livros Didáticos de Ciências: parâmetros para a produção e avaliação do Livro didático**. XI Encontro de Pesquisa em Ensino de Física. 21 a 24 de outubro de 2008, Campus Curitiba da UTFPR, PR, 2008.
- ALBUQUERQUE, E. B. C. **O discurso dos professores sobre a utilização do livro didático: O que eles afirmam/negam em relação a este material?** Recife, 2002 (mimeo).
- BANDEIRA, D. **Material didático: conceito, classificação geral e aspectos da elaboração**. In: CIFFONE, H. (Org.). **Curso de Materiais didáticos para smartphone e tablet**. Curitiba, IESDE, 2009, p. 13-33.
- BARSAM, Richard Meran. *Nonfiction Film: a critical history*, London: George Allen & Unwin Ltda, 1974. 482p.
- BOURDIEU, Pierre - *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão - *Educação Escola e Cultura(s): construindo caminhos*. Revista Brasileira de Educação, 2003.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão - *Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação*. Educ. Soc., 79: 125-161, 2002.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: < 568 >. Acesso em: 10 dez. 2020.
- _____. **Constituição Política do Império do Brasil**. 25 de março de 1824.
- _____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. **Currículo Referência de Minas Gerais. CRMG/2018**. Belo Horizonte: SEE/MG, 2018.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2010.
- _____. Ministério da Educação. **Debate: Cinema, Documentário e Educação**. 2008.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB. Nº 7 de 2010**.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Lei nº 9.394, de 20 dez. 1996**.
- _____. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Orientações curriculares para o ensino médio.** Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Ano 2006. p. 1-240.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANDAU, Vera Maria Ferrão - **Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s):** uma aproximação. Educ. Soc., 2002.

_____. Vera Maria Ferrão - **Educação Escola e Cultura(s): construindo caminhos.** Revista Brasileira de Educação, 2003.

_____. Vera Maria Ferrão, ANHORN, Carmen Teresa Gabriel. **A questão didática e a perspectiva multicultural:** uma articulação necessária. 2000.

CARMO, Anderson Braga do. Ciência, língua(gem) e significação: considerações teórico-metodológicas de uma semântica enunciativa no Brasil. Língua e Instrumentos Linguísticos. Campinas, 243-258. n°42. jul-dez., 2018.

CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico. Semântica do acontecimento: agenciamento enunciativo, designação e argumentação. Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, 2018. Disponível em [HTTP://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2321163585088253#repercussão](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2321163585088253#repercussão). Acesso em: 20 abr.2021.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** 2ª ed. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

FERREIRA, Nilza Brandolfo, *A relação Cultura e Educação.* Projeto apresentado no curso de Pós-Graduação Lato Sensu: Psicopedagogia Clínica e Educacional da UNESP. São Paulo, 2005.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993. FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 11ª ed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 42ª Ed. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2014.

_____. **O sujeito e o poder.** In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul, Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Microfísica do poder.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz& Terra, 2015.

_____. **Arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Bacta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 1986. GUEDES, Ivan Cláudio, **O que é sequência didática.** Disponível em: <https://www.icguedes.pro.br/sequencia-didatica-passo-a-passo/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**: para além das teorias da reprodução. Trad. Ângela Maria B. Biaggio. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

GUIMARÃES, Eduardo. Os limites do sentido. Campinas: Pontes, 1995.

_____. História, sujeito, enunciação. Cad. Est.Ling., Campinas, (35):109-116, jul.-dez. 1988.

_____. Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.

_____. A marca do nome. RUA, Campinas, SP, v.9, nº1, p.19-31, 2003.

_____. Domínio semântico de enunciação. In. GUIMARÃES, E. A palavra. Forma e sentido. Campinas: Pontes, 2007.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. In.Cad. Est.Ling., Campinas, 51(1): 49-68, jan.-jun.2009.

_____. Análise de textos: procedimentos, análises, ensino. Campinas: Editoras RG, 2011.
GUIMARÃES, Eduardo. Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2017.

GUIMARÃES, E. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2018.

_____. (2004). **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes.

_____. (2002). **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas: Pontes.

_____. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2005.

_____. **Semântica do Acontecimento** – um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Ed. Pontes. 4ª ed. 2017.

_____. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. **Civilização na Linguística Brasileira no século XX**. Matranga. Rio de Janeiro, n.16, p. 89-104, 2004.

_____. **A Língua Portuguesa no Brasil. Ciência e Cultura**, 57, n. 2, São Paulo: SBPC, p. 24-28, 2005.

_____. Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil. In: NIETZSCHE, Friedrich. **O Estado entre os gregos**. Disponível em: Acesso em: 17 jul. 2005. [trad.: Noéli Correia de Melo Sobrinho].

HALL, S. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, nº 2, v. 22, p.5, 1997.

HARVEY, David. From space to place and back again. In: Justice, nature and the geography of difference. Oxford: Blackwell, 1996.

HESSEN, J. (1980). **Filosofia dos Valores**. Coimbra: Armenio Amado Editor Sucessor.

HÖFLING, E. de M. **Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo**: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação & Sociedade*, ano 21, nº 70, abr., 2000, p. 159-170.

<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/13-maio-dia-abolicao-escravatura>.

https://www.escrevendoofuturo.org.br/caderno_virtual/caderno/documentario/introducao/oito-razoes-para-adotar-o-documentario-na-escola.

KARIM, Taisir Mahmudo. Um atlas (re)desenhando o lugar identitário: Mato Grosso e seus municípios. Simpósio Mundial de estudos da Língua Portuguesa, Simpósio AT022, p. 1410-1417, 2019.

KOBASHIGAWA, A. H. *et al.* **Estação ciência: formação de educadores para o ensino de ciências nas séries iniciais do ensino fundamental**. In: IV Seminário Nacional ABC na Educação Científica. São Paulo, 2008.

MORTIMER. E. F. **A evolução dos livros didáticos de química destinados ao ensino secundário**. Em *Aberto*, v. 7, nº 40, p. 25-41, 1988.

MS, GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. UEMS e UNEMAT vão estudar a origem dos nomes de cidades de MS. Disponível em <HTTP://www.ms.gov.br/uems-e-unemat-va-estudar-a-origem-dos-nomes-de-cidades-de-ms/> Acesso em: 20 abr.2021.

NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário/Bill Nichols, tradução Monica Saddy Martins-Campinas, SP: Papyrus, 2005. - (Coleção Campo Imagético).

OLIVEIRA, Maria Marly. **Sequência didática interativa no processo de formação de professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, S. E. de SANTOS, J. F. (Orgs.). **Mosaico de linguagens**. Campinas: Pontes/CELLIP, 2006.

_____. **Domínio Semântico de Determinação. A Palavra: Forma e Sentido**. Campinas: RG/Pontes, 2007a.

_____. **The Concept of Civilization in Historic Brazilian Linguistics**. In: Kibee, D. (Org.). *History of Linguistics 2005*. Amsterdam: Benjamins, b.

_____. **Política de línguas na linguística brasileira**. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007c.

_____. **Análise de texto: um Estudo Enunciativo.** Conferência na 60ª. Reunião Anual da SBPC, Campinas: Unicamp, 2008.

_____. **Análise de Texto.** Procedimentos, análises, Ensino. São Paulo: Hucitec, 2013.
PENAFRIA, Manuela. **O filme documentário.** Lisboa, 1999.

PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. 2001. Disponível em: <http://www.marcprensky.com/writing/>.

RELPH, E. Place and placelessness. London: Pion, 1980.

RIBEIRO, M. L. **História da Educação Brasileira: organização escolar.** Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SACRISTÀN, José Gimeno. *O que significa o currículo?* In: SACRISTÀN, José Gimeno (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SILVA, E. T. **Livro didático: do ritual de passagem à ultrapassagem.** Em Aberto. Ministério da Educação e Desporto SEDIAE/ INEP, v. 16, nº 69, 1996.

SILVA, M. A. **A fetichização do livro didático no Brasil.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 37, nº 3, p. 803-821. set./dez. 2012.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna.** Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petropolis: Vozes, 2009.

TRINDADE, Azoilda L. **Multiculturalismo: mil e uma faces da escola.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

UNEMAT, Universidade do estado do Mato Grosso. Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras: Um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=editora&m=em-manutencao&c=atlas-dos-nomes-que-dizem-historias-das-cidades-brasileiras-um-estudo-semantico-enunciativo-do-mato-grosso>. Acesso em: 18 abr. 2021.

VIEIRA, Marta de Paula. Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras –um estudo semantico-enunciativo do Mato Grosso. Línguas e Instrumentos Linguísticos - nº39 - jan.-jun., 2017.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. “**A elaboração de materiais didáticos de línguas estrangeiras: autoria, princípios e abordagens**”. In: Cadernos do CNLF, Vol. XVI, nº 04, t.1. Anais do XVI CNLF, 2012. p.51-60

WARREN, Mark. **Nietzsche and political thought.** Massachusetts: The MIT Press, 1988 [trad.: Noéli Correia de Melo Sobrinho].

WITZEL. G. Z. **Identidade e Livro Didático: Movimentos Identitários do Professor de Língua Portuguesa,** 2002. 181 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, UME, Maringá, 2002.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Anexo

1 ROTEIRO DO DOCUMENTÁRIO

Produto – artefato: Documentário Guaxupé – MG <i>A história que o nome de Guaxupé enuncia</i>	
Tempo de duração: 20 a 30' Data da gravação: abril e maio de 2021 Narração: Roberta Kelly Gomes dos Santos (Estudante da Educação Básica)	
Vídeo: Conta a história de apagamentos e silenciamentos na formação e constituição do processo de nomeação da cidade de Guaxupé-MG. Apresenta personagens importantes no processo de formação municipal, traz traços e evidências do progresso econômico, crescimento urbano, caracterização da arquitetura e monumentos e patrimônios históricos da cidade: Palácio das Águias, Casa dos Elefantes, Antiga Estação Ferroviária de Guaxupé e diversas construções antigas, denominados como patrimônios históricos.	Guaxupé – MG
Áudio: sons de elementos da natureza, barulho da cidade (pedestres) e sons instrumentais.	
Roteiro de gravação e edição do vídeo com ordem das imagens	
Cena 1: Narrador com apresentação do tema.	
Local: Ponto central de Guaxupé (Trevos – Nome da Cidade – Catedral – Praça Avenida).	
Fala: Será contada a história mais conhecida da origem de Guaxupé e as características dos povos e culturas presentes na sua formação. A memória histórica de Guaxupé é frágil e confusa, como quase todas as histórias de cidades do Brasil. A documentação existente também é insuficiente para analisar a origem da população daqui da região. Buscas por evidências de apagamentos e esquecimentos ao longo de toda a história de formação e nomeação do município de Guaxupé são os fundamentos deste documentário.	
Cena 2: Narrador	

Local: Ponto central de Guaxupé 2.

Fala: Parece que a região já era habitada muito tempo antes de se formar um núcleo de população propriamente dito.

Até o começo do século passado, o território em que se situa Guaxupé era mata virgem habitada pelos índios primitivos. Então, o início da povoação é anterior a 1800, com a presença de alguns poucos bugres, possivelmente Cataguases. Porém não se sabe exatamente, o que de fato aconteceu com estes povos, porém o silenciamento desta cultura instiga a buscar por mais informações ao longo de seu processo de formação.

Vários bandeirantes andaram procurando esses índios, desde a Serra da Mantiqueira até o planalto Sul-Mineiro. Assim, esses descobridores caminharam pelo sul de Minas, em todas as direções, abrindo novos caminhos e deixando as primeiras habitações.

Outros desbravadores vinham em busca do que conheciam vagamente. Em longas caminhadas, que podiam durar meses, traziam suas famílias e tudo o que podiam transportar em seus carros de boi.

Cena 3: Imagem 1: *“Núcleos urbanos na Capitania de Minas Gerais – meados do século XVIII”*

Fala: O professor e pesquisador Tarcísio José Martins em seu livro: Quilombo do Campo Grande menciona uma expedição chefiada por Bartolomeu Bueno do Prado, que teria como missão acabar com quilombos ou arraiais formados por escravos fugitivos, libertos ou criminosos.

Em 1759, esta expedição teria destruído um quilombo em terras que hoje formam o município de Guaxupé.

Naquela época era comum, após a destruição dos quilombos, a instalação de fazendas de lavouras ou de criação de gado.

Verifica-se que ao longo da história houve um silenciamento da cultura dos negros e dos escravos que aqui estiveram, porém registros históricos evidenciam uma figura importante na construção do município: Pio Damião. Negro, descendente de escravo. Não era guaxupeano nato, mas muito fez por Guaxupé e muita história deixou como legado. Ao longo de sua história, muito contribuiu...

Cena 4: Imagem 2: *“Trapeiros de Minas Gerais em meados do século XVIII – Gravura de Debret”*

Fala: Guaxupé, como muitas cidades mineiras, nasceu com o fim da mineração na região, onde homens saíam em busca de terras virgens, desbravando as matas que iam de São João Del-Rei aos lados da divisa com a Província de São Paulo.

No início, Guaxupé foi um rancho de pouso para tropeiros. Destas pousadas, a história foi sendo contada de pai para filho até que começaram a aparecer alguns registros sobre a história do lugar.

Cena 5: Narrador

Local: Ponto central de Guaxupé 3 e Museu Municipal.

Fala: Visitou-se o Museu Municipal com o intuito de coletar mais informações sobre o processo de nomeação e renomeação da cidade Guaxupé. O historiador Inácio relatou que as mais antigas referências históricas dão conta de que somente em 1813 pés de homens civilizados pisaram a região que era habitada pelos primitivos "Caminho das Abelhas". Tomou esse nome, por volta de 1814, o ribeirão e, mais tarde o arraial, passando a denominar-se Dores de Guaxupé. Recortes históricos e geográficos embasaram a busca por estabelecer a relação entre a célebre personagem religiosa e o processo de nomeação da cidade de Guaxupé. Verifica-se neste ponto da história que "Dores de Guaxupé", marca da padroeira da cidade, remetem à presença de uma cultura muito importante e constitutiva na formação de seu povo: a cultura germânica.

Os registros sobre o processo de nomeação e renomeação do município de Guaxupé evidenciam a presença de personagens como o "branco europeu", mostrando a cultura portuguesa como influente no processo de formação histórico-cultural municipal e a "cultura indígena", a princípio silenciada e, posteriormente, evidenciada ao longo da história. Encontra-se ainda a cultura germânica, evidenciada implicitamente por meio de buscas referentes às marcas religiosas trazidas pela Padroeira Dores de Guaxupé.

Cena 6: Narrador

Local: Ponto central de Guaxupé 4.

Fala: O documento mais antigo sobre posse de terras até agora conhecido tem a data de 1818. É uma escritura pela qual João Martins Pereira e sua mulher Maria de Jesus do Nascimento venderam a Antônio Gomes da Silva, "terras de cultura de matos virgens e serrados" na paragem do Ribeirão do Peixe vertente para o Rio Pardo. Mais tarde, as terras foram transferidas a Paulo Carneiro Bastos.

E nesta parte da origem da história do nome Guaxupé, verifica-se a presença do português nos sobrenomes MARTINS e PEREIRA, sobrenomes portugueses comuns e muito utilizados no país europeu.

Cena 7: Narrador

Local: Ponto central de Guaxupé 5.

Fala: Um exemplar da Revista de Guaxupé de 1922, pertencente ao acervo do Museu Histórico e Geográfico de Guaxupé, mostra os nomes dos primeiros habitantes do antigo arraial de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé: Paulo Carneiro Bastos, Francisco Ribeiro do Valle, José Joaquim da Silva, Alferes Mariano e Alferes Nunes.

Cena 8: Narrador

Local: Catedral de Nossa Senhora das Dores.

Fala: Fervorosos crentes e suas famílias faziam longas caminhadas para outros arraiais da região para o cumprimento de seus deveres religiosos.

Então, Paulo Carneiro Bastos doou 24 alqueires, da área que era parte da Fazenda Nova Floresta, para a fundação da Capela de Nossa Senhora das Dores, onde, em 1837, celebrou-se a primeira missa.

Esse fato é considerado como a fundação do arraial e o fim das exaustivas caminhadas a que estavam sujeitos.

Cena 9: Narrador

Local: Esquina da Rua João Pessoa com a Avenida Conde Ribeiro do Valle.

Fala: Paulo Carneiro Bastos também doou o terreno para a formação do patrimônio e cedeu várias edificações, inclusive a própria casa de morada, que ficaria sendo a casa paroquial.

A Casa Paroquial ficava nessa esquina da Rua João Pessoa com a Avenida Conde Ribeiro do Valle e, ao lado, construíram a espaçosa igreja de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé, parte de madeira e parte de pau a pique e coberta com esteira.

Esta igreja foi construída em 1839 e, a partir daí, a povoação não tardou a aumentar e o território a crescer.

Ao redor da igreja foram construídas as primeiras casas, exatamente no local onde está hoje a Avenida Conde Ribeiro do Valle, de onde derivava o "Caminho de Santa Bárbara das Canoas", atual Rua Barão.

Cena 10: Narrador

Local: Ponto central de Guaxupé 6.

Fala: Em 1850, verifica-se o nome Arraial de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé, que já contava com 180 casas, 07 ruas e engenhos. Marcado por um nome híbrido que reflete a presença do português, do germânico e do índio, o arraial se prepara para o crescimento. Em 1853, o povoado foi elevado a Distrito da Paz, uma marca da expansão econômica local.

Cena 11: Imagem 3: “*Igreja Matriz Nossa Senhora das Dores - 1864*”

Fala: Em 1856, criou-se a Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé e a construção da nova igreja na atual Praça Américo Costa.

Em 1864, o Distrito de Paz foi promovido à Freguesia de Nossa Senhora das Dores de Guaxupé e, nesse ano, foi inaugurada a Matriz Nossa Senhora das Dores, que foi demolida em 1943 para a construção de uma nova igreja.

Cena 12: Imagem 4: “Tropeiros no antigo centro histórico”

Fala: O centro de comércio existente era bem comentado nas redondezas.

Cena 13: Imagem 5: “Aspecto da Vila Dores de Guaxupé”

Imagem 6: “*Aspecto da Praça da Matriz no início do século XX*”

Fala: Em 1911, a Freguesia Dores de Guaxupé foi elevada à categoria de Vila.

Cena 14: Imagem 7: “Primeira Câmara Municipal e Prefeitura - 1925”

Fala: Em 1912, foi Guaxupé elevada à categoria de cidade, em consequência da grande expansão econômica que se iniciou em 1904, quando chegaram os trilhos da Mogiana.

Nesse ano também, foi instalada a primeira Câmara Municipal.

Cena 15: Imagem 8: “*Coronel Antônio Costa Monteiro*”

Fala: Coronel Antônio Costa Monteiro assumiu como primeiro presidente da Câmara Municipal e também exerceu o cargo de Agente Executivo, denominação correspondente à de Prefeito.

Cena 16: Imagem 9: “*Primeira Bandeira da cidade*”

Fala: Em 1961, a Câmara dos Vereadores de Guaxupé, oficializou o Brasão da cidade.

A criação foi do poeta Guilherme de Almeida, a maior autoridade em heráldica no país.

Cena 17: Imagem 10: “Bandeira oficial e escudo de Guaxupé”

Fala: Vê-se um escudo português arredondado a lembrar a raça descobridora e colonizadora, em azul, cor emblemática da lealdade e virtude das nobres cidades.

A abelha chamada Guaxupé, que deu nome à cidade e mais tarde ao ribeirão, vem espalmada no escudo, correspondente à cabeça, ao pensamento, ao espírito da prosperidade.

A coroa mural de ouro ostenta quatro torres, das quais se veem uma inteira e meia de cada lado.

O escudete com as armas do Ribeiro do Valle é uma homenagem aos fundadores da cidade.

Como suporte, ramos de café frutificado, riqueza maior do município, representados com suas folhas e frutos, em sua cor natural.

Ápice, Apta Ápis é a divisa, traduzindo: a abelha que exprime um ideal de progresso. Exclusivamente composta para este Brasão de Armas, grafada em latim para ter universalidade e perenidade. Escrita em ouro, pois nos Brasões as divisas sempre eram em metal.

Cena 18: Imagem 11: “*Hino Municipal*”

Fala: O Hino Municipal foi oficializado em 1980.

A letra é de autoria de Jarbas Bayeux e o arranjo musical de Vicente Prado, ambos filhos da terra.

Cena 19: Narrador

Local: Vista aérea de Guaxupé, ressaltando várias construções antigas.

Fala: Algumas construções de Guaxupé fizeram sua história.

São imóveis de grande referência para os moradores da cidade, que muito admiram não só as suas características arquitetônicas, como também as histórias que são contadas sobre eles.

As características invariantes são: plantas bloqueadas em figuras regulares, simetria bilateral encontrada no plano e elevação, prevalência do sistema trilítico sobre as arqueadas e abóbadas (essencialmente ligadas à nova tendência neogótica), composições volumétricas que favorecem o desenvolvimento horizontal. Os materiais utilizados nas construções que remontam a este período histórico são: pedra, mármore, estuque branco ou até mesmo colorido, quando o policromo da arquitetura grega foi descoberto.

Esses prédios são tombados como patrimônios históricos e são objetos de curiosidade pela originalidade da

sua arquitetura, pois mostram a criatividade artesanal de seu construtor.

Cena 20: Imagem 12: “*Palácio das Águias*”

Fala: Inicia-se pelo Palácio das Águias. Um prédio construído em 1914 que se destaca dentro da arquitetura de Guaxupé, como obra de artista original e como exemplo da tendência estilística colocada pelo ecletismo.

O Palácio possui cômodos em formatos de labirinto, com várias figuras medievais como gárgulas, medusas, estátuas humanas, leões alados, águias alçando voo entre outras e já foi encarado pela população como mal-assombrado.

Por isso, ao longo das décadas, surgiram muitas lendas urbanas a respeito do Palácio, como a existência de várias passagens e saídas secretas.

O bem cultural perdeu algumas de suas características originais devido à ação do tempo e às várias reformas e adaptações pelas quais passou.

Mesmo assim, ainda hoje as suas ruínas encantam muitos técnicos e deixam as pessoas curiosas.

Cena 21: Imagem 13: “*Casa dos Elefantes*”

Fala: A Casa dos Elefantes foi construída em 1931 e passou por uma grande reforma entre 2015 e 2017.

O bem se destaca por sua fachada extremamente decorada e elementos escultóricos de estatura original e aprimorada, tais como janela movimentada e colorida; consoles de suporte e sacada em forma de cabeças de elefantes; decoração naturalística e, ao mesmo tempo, classicizante. Os detalhes construtivos sobressaem-se sobre qualquer rigor ou racionalismo de planejamento.

A parte superior é de uso residencial, enquanto o piso térreo é alugado para comércio.

Cena 22: Imagem 14: “*Catedral de Nossa Senhora das Dores*”

Fala: Em 1943, iniciam-se os trabalhos de demolição da antiga catedral e construção da nova Catedral de Nossa Senhora das Dores. No total, a construção levou 17 anos, até a sua sagração.

Finalmente, em 1960, foi inaugurado um dos maiores templos católicos do Brasil, cartão-postal oficial da cidade e parada obrigatória para todos aqueles que visitam a cidade.

A segunda Catedral de Guaxupé e os arredores da Praça Américo Costa, edificações, calçamento de paralelepípedos, formam um conjunto arquitetônico, paisagístico e histórico de grande relevância histórico-cultural.

Cena 23: Imagem 15: “Antiga *Estação Ferroviária de Guaxupé*”

Fala: A Cia. Mogiana de Estradas de Ferro inaugurou a Estação Ferroviária de Guaxupé, em 1904, e isso contribuiu muito para o desenvolvimento da cidade e de toda a região.

Os trens levavam boa parte do café produzido na região para Campinas; lá ele seguia na Sorocabana até o Porto de Santos, onde era exportado para toda a Europa. Assim, a Cia. Mogiana ligava Guaxupé ao resto do mundo.

Os trens também traziam imigrantes, como italianos e sírio-libaneses.

Em 1971, a Cia. Mogiana foi encampada pela FEPASA (Ferrovias Paulistas Sociedade Anônima) e operou na cidade até 1978, quando o tráfego ferroviário em Guaxupé foi definitivamente desativado. Em 1998, o imóvel foi tombado e formou-se o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Antiga Estação Ferroviária de Guaxupé.

Cena 24: Imagens das diversas construções antigas de Guaxupé

Fala: Guaxupé conta com muitas outras edificações tidas como patrimônios históricos.

Todas são consideradas objetos de curiosidade pela originalidade de suas arquiteturas ecléticas que denotam alta criatividade artesanal.

Dentre eles, citamos:

- Prédio da Academia de Comércio São José, construído em 1914;
- Antiga Loja Jacob Miguel Sabbag e Cia. Ltda., atual Agência da Administração Fazendária de Guaxupé, que é uma ampla e elegante edificação em estilo italiano, construída em 1924 a mando do imigrante sírio-libanês;
- Antiga Cadeia Pública Estadual, construção do primeiro quartel do século XX, cuja fachada é nitidamente um exemplo de arquitetura romana;
- Antiga Câmara Municipal, construída no início do século XX e que abriga hoje o Museu Histórico e Geográfico Comendador Sebastião de Sá;
- Palácio da Justiça, que foi o antigo Fórum da Comarca e onde atualmente funciona a Câmara Municipal de Guaxupé;
- Antigo Hotel Cobra, inaugurado em 1923, com estilo eclético, construído por mão de obra italiana e sua fachada principal é neoclássica, obra de um artista italiano;
- Antiga Agência do Banco do Brasil, atual Prefeitura Municipal, foi construída por italianos entre 1920 e 1923, e apresenta estilo romano com colunas encimadas por capitéis, lembrando o período renascentista;
- Escultura Herma Cel. Antonio Costa Monteiro, erguida, em 1917, é o mais antigo monumento urbano de Guaxupé;
- Monumento ao Trabalhador Rural, estátua fundida em bronze artístico por um escultor mineiro, inaugurado em 1999, no “coração da cidade”;

- Obelisco em Homenagem ao Expedicionário Guaxupeano da FEB, inaugurado em 1947, é uma construção simples em sua concepção arquitetônica, mas de inestimável valor histórico e de gratidão do povo guaxupeano para com os “pracinhas” que foram para o front;
- Catedral de Nossa Senhora das Dores, construída em etapas de 1943 a 1960, transformou-se no cartão-postal oficial de Guaxupé, sendo o local mais fotografado da cidade, ostenta toda sua beleza carregada de detalhes arquitetônicos e de seus simbolismos;
- Casa de pau a pique, antiga sede da Fazenda Bom Jardim dos Machados, construída em 1882, é exemplo de técnica arquitetônica e construtiva dos oitocentos, representa a saga dos pioneiros que aqui chegaram para desafiar a mata e plantar café nestas terras e reflete o início da colonização da região;
- Capela de São Miguel, erguida em 1925, para abrigar a imagem de São Miguel Arcanjo que foi trazida de navio da Itália na primeira metade do século XX;
- Casa Vermelha, construída durante a década de 1930 e 1940, apresenta uma arquitetura original, tem suas paredes externas pintadas de vermelho desbotado e exibe ainda outros ornamentos elaborados artesanalmente, numa combinação criativa, na qual se encaixam rostos arnovistas de mulheres (camafeu), faces bizarras, ave fênix e bustos masculino e feminino.

Cena 25: Narrador com encerramento do tema

Local: Vídeo Roberta – Bastião de Folia de Reis.

Fala: Atualmente, Guaxupé desponta como pólo de referência da região.

É sede da Associação de Municípios da Microrregião da Baixa Mogiana, a AMOG, e centro comercial e de prestação de serviços para as cidades do entorno.

As tradições culturais ainda permanecem em Guaxupé, como as companhias de reis e pastorinhas. Todo ano, os amantes da tradição se encontram no Encontro Folclórico, organizado pela Associação de Defesa do Folclore, na Casa da Cultura de Guaxupé.

